

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
ESCOLA NORMAL SUPERIOR – ENS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

CARMEN MILY DOS REIS LEOCÁDIO

“VOCÊS IRÃO ENSINAR ‘OS MENINOS’ A TRANSAR?”
VIOLÊNCIA SEXUAL DE GÊNERO: UM ESTUDO A PARTIR DAS CULTURAS
EM UMA ESCOLA PÚBLICA, DA CIDADE DE TEFÉ-AMAZONAS

MANAUS

2023

CARMEN MILY DOS REIS LEOCÁDIO

**“VOCÊS IRÃO ENSINAR ‘OS MENINOS’ A TRANSAR?”
VIOLÊNCIA SEXUAL DE GÊNERO: UM ESTUDO A PARTIR DAS CULTURAS
EM UMA ESCOLA PÚBLICA, DA CIDADE DE TEFÉ-AMAZONAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Amazonas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa 2: Educação, Saberes e Culturas

Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia Fraga Machado

MANAUS

2023

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

L576v" Leocádio, Carmen Mily dos Reis
"Vocês irão ensinar 'os meninos' a transar?"
Violência sexual de gênero : um estudo a partir das
culturas em uma escola pública, da cidade de Tefé
Amazonas / Carmen Mily dos Reis Leocádio. Manaus :
[s.n], 2023.
110 f.: color.; 30 cm.

Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Educação -
Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2023.
Inclui bibliografia
Orientador: Machado, Rita de Cássia Fraga

1. Cultura escolar. 2. Educação. 3. Escola. 4.
Gênero. 5. Violência sexual. I. Machado, Rita de
Cássia Fraga (Orient.). II. Universidade do Estado do
Amazonas. III. "Vocês irão ensinar 'os meninos' a
transar?" Violência sexual de gênero

CARMEN MILY DOS REIS LEOCÁDIO

“VOCÊS IRÃO ENSINAR ‘OS MENINOS’ A TRANSAR?”
VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UM ESTUDO A PARTIR DAS CULTURAS EM UMA
ESCOLA PÚBLICA, DA CIDADE DE TEFÉ-AMAZONAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Amazonas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Profa. Dra. Rita de Cássia Fraga Machado
Presidente da Banca Examinadora / Orientadora
Universidade do Estado do Amazonas/PPGED

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Roberto Sanches Mubarac Sobrinho
Universidade do Estado do Amazonas/PPGED
Membro Titular

Prof. Dr. Fábio Alves Gomes
Universidade do Estado do Amazonas CESTB/UEA
Membro Suplente

Dedico este trabalho a todas as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e aos profissionais da Educação que com eles/elas trabalham.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me presentear com o fôlego da vida.

Minha gratidão a cada pessoa que fez parte desta minha caminhada, pois esta pesquisa tem um pouco de cada uma delas, seja contribuindo com troca de ideias, seja apresentando novos(as) autores(as), seja com outras maneiras de pensar a minha temática de estudo e seja lembrando de me avisar quando sabiam de alguma notícia/informação sobre violência sexual. Todas essas experiências e contribuições fortaleceram o meu processo de escrita.

Meu agradecimento especial à minha orientadora, professora Dra. Rita de Cássia, que me acompanha há um bom tempo. Minha gratidão pela parceria e pela amizade, pelos incentivos nos momentos difíceis, assim como pelos diferentes momentos alegres que compartilhamos nas orientações, viagens e atividades de extensão.

Aos membros da banca de qualificação e da banca examinadora, professoras e professores que contribuíram imensamente com este trabalho, Dra. Jane Felipe e Dra. Meire Terezinha Botelho, Dr. André Luiz Machado das Neves, Dr. Fábio Alves Gomes e Dr. Roberto Sanches Mubarak, meu muito obrigada pelas reflexões, sugestões de leituras e críticas.

À Profa. Dra. Rosângela Chaves, pela revisão dos meus trabalhos acadêmicos e da dissertação, ao longo do curso de pós-graduação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Amazonas, que teve o início de suas atividades no período da Covid-19 e continuou oferecendo uma qualificada formação gratuita, de modo que me possibilitou cursar o mestrado.

Agradeço também aos funcionários da biblioteca do Ensino Normal Superior (ENS) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) de Manaus, em especial à senhora Ana Castelo, à Thalia Okamura e ao Jorgenson Barros, pela simpatia e pelo apoio no período de três meses.

À Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC) – Tefé, pela concessão e pela parceria para o desenvolvimento desta pesquisa.

Meus sinceros agradecimentos à gestão da escola pesquisada, aos profissionais que participaram da pesquisa e aos outros(as) funcionários(as) da escola estadual¹ de Tefé, especialmente, à pedagoga pela acolhida afetuosa e pela disposição durante o período do campo de pesquisa.

Aos(às) queridos(as) amigos(as) que tive o prazer de conhecer ao longo do curso de pós-graduação: Aline Souza, Elane Alves, Girlane Santos, Giovana Praia, Jocelena Leão, Kelson

¹ Por questões éticas, o nome da escola não é citado.

Oliveira, Pollyana Almeida, Odevilson Felicio, Sabrina Seixas, Marcela Barbosa, Michelle Nunes e William Lima.

Ao amigo Jhonatan Gomes da Silva, por colaborar com suas orientações e diálogos no período da minha escrita.

À minha irmã Beth, amiga/parceira, que me recebeu com tanto carinho na casa dos meus pais, me abrigando todos os dias, durante o período do estágio de docência, no CEST/UEA e também no campo de pesquisa, na cidade de Tefé.

Aos meus pais, pelo amor, pelo carinho e pela dedicação, desde quando eu ainda era criança, por fazerem de mim este ser humano que sou, contribuindo com minhas conquistas. Eterna gratidão ao meu saudoso pai, minha referência de leitor, pois, mesmo estando enfermo, sempre se mostrou interessado pelo meu tema de pesquisa, acreditando na minha aprovação no curso e me pedindo para não desistir, independente do que poderia acontecer com ele. À minha mãe, pelas orações em meu favor e pela torcida pelo meu êxito no curso.

Aos meus filhos Rute, Isabel, Lucas e à minha pequena Raquel, que contribuíram e tiveram que compreender, ao longo do curso de pós-graduação, a minha ausência, principalmente no período do estágio e da pesquisa em Tefé.

Ao meu parceiro e esposo Paulo, que esteve presente neste processo de meus estudos, me dando apoio, cuidando dos nossos filhos enquanto eu estava estudando, preparando alguma refeição, me incentivando nos momentos difíceis com amor e felicidade e principalmente me auxiliando na parte financeira.

Às minhas irmãs, sobrinhas, aos meus amigos e colegas, pelo carinho e por toda a ajuda que ofereceram de diferentes maneiras, contribuindo na minha jornada.

Por fim, à Capes, pela ajuda financeira à pesquisa.

Não me toque aqui

Papai, não! O que é isso?
Não, isso não se faz
O senhor deveria me amar
Me respeitar, sem me maltratar
Deveria ser lindo como o sol
A certeza depois do frio
Eu o peixe e o senhor o rio
Assim? Tendo medo, calafrio!
Tio? Avô? Primo? Vizinho?
Pessoas que chamo de senhor
Se acham confusas na própria ilusão
E eu criança, ferida na escuridão
Atenção a todos, TODOS!
Ele parece confiável, PARECE!
Mas, sou eu menina que padece
Alerta, me ouve, não me esquece
Não me toque aqui, não me aperte
Sou menina, quero só ser criança
Festa, cores, luz, muita dança
Sem traumas, só esperança
Preciso de sonhos e não pesadelos
Quero tudo de bom e bom
Quero grandeza de gente grande
Quero o caminho que não constrange

(Lauro Souza)

RESUMO

LEOCÁDIO, Carmen Mily dos Reis. **“VOCÊS IRÃO ENSINAR ‘OS MENINOS’ A TRANSAR?” VIOLÊNCIA SEXUAL DE GÊNERO:** um estudo a partir das culturas em uma escola pública, da cidade de Tefé-Amazonas. 2023. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2023.

Esta dissertação investiga a compreensão dos(as) profissionais da Educação a respeito da violência sexual e as interferências dessa compreensão nas práticas educativas. O texto foi dividido em quatro capítulos. No primeiro, se concentra a discussão teórica, na qual mostramos os dados estatísticos sobre a violência sexual, atestando-a como uma cultura dos cotidianos escolares. O segundo compreende o estado da arte, no qual analisamos autores e autoras que discutiram ou discutem sobre a temática. Os documentos analisados retratavam dissertações sobre violência sexual contra crianças e adolescentes, publicadas entre os anos de 2017 e 2021, no Amazonas, levantadas no Banco de Teses e Dissertações do portal Capes. O terceiro e o quarto capítulos apresentam o detalhamento metodológico da pesquisa em Educação e seus resultados. Para isso, o estudo utiliza a pesquisa social de cunho qualitativo e o método de estudo de caso. Por fim, ao analisar a compreensão dos(as) educadores(as), conferimos o (des)conhecimento desses profissionais com relação à temática, pois as ideias encontradas traduzem uma visão que condiz com a do público, visto que ela não é inserida em sua prática docente. Entende-se, portanto, que a não apropriação desses saberes leva, conseqüentemente, à impossibilidade de uma prática educativa voltada para o enfrentamento da violência sexual.

Palavras-chave: cultura escolar; educação; escola; gênero; violência sexual.

RESUMEN

LEOCÁDIO, Carmen Mily dos Reis. **“LE ENSEÑARÁS ‘A LOS NIÑOS’ CÓMO TENER SEXO? VIOLENCIA SEXUAL DE GÉNERO:** un estudio a partir de las culturas en una escuela pública, de la ciudad de Tefé-Amazonas. 2023. 110 f. Disertación (Maestría en Educación) – Universidad del Estado de Amazonas, Manaus, 2023.

Esta disertación investiga la comprensión de los profesionales de la Educación sobre la violencia sexual y la interferencia de esa comprensión en las prácticas educativas. El texto se dividió en cuatro capítulos. En el primero, se concentra la discusión teórica, mostramos datos estadísticos sobre la violencia sexual, testificándola como cultura de la vida escolar cotidiana. El segundo comprende el estado del arte en el que analizamos autores que han discutido o están discutiendo el tema. Los documentos analizados retrataron disertaciones sobre violencia sexual contra niños y adolescentes, publicadas entre los años 2017-2021, en Amazonas, levantadas en el Banco de Tesis y Disertaciones del portal de la Capes. Los capítulos tercero y cuarto presentan detalles metodológicos de la investigación en Educación y sus resultados. Para ello, el estudio utiliza la investigación social cualitativa y el método de estudio de caso. Finalmente, al analizar la comprensión de los educadores, verificamos la (falta de) conocimiento de estos profesionales sobre el tema, ya que las ideas encontradas reflejan una visión que coincide con la del público, ya que no está incluido en su práctica docente. Se entiende, por tanto, que la no apropiación de ese saber lleva, en consecuencia, a la imposibilidad de una práctica educativa dirigida al enfrentamiento de la violencia sexual.

Palabras clave: cultura escolar; educación; escuela; género; violencia sexual.

ABSTRACT

LEOCÁDIO, Carmen Mily dos Reis. **“WILL YOU TEACH ‘THE KIDS’ HOW TO HAVE SEX?” GENDER SEXUAL VIOLENCE:** a study from the cultures in a public school, in the city of Tefé-Amazonas. 2023. 110 f. Dissertation (Master in Education) – State University of Amazonas, Manaus, 2023.

This thesis investigates the understanding of Education professionals regarding sexual violence and the interference of this understanding in educational practices. The text was divided into four chapters. The first focuses on the theoretical discussion, in which we show statistical data on sexual violence, attesting to it as a culture of everyday school life. The second comprises the state of the art, in which we analyze authors who have discussed or discuss the theme. The documents analyzed portrayed dissertations on sexual violence against children and adolescents, published between 2017 and 2021, in Amazonas, surveyed in the Bank of Theses and Dissertations of the Capes portal. The third and fourth chapters present the methodological details of the research in Education and its results. For this, the study uses qualitative social research and the case study method. Finally, when analyzing the understanding of educators, we confer the (dis)knowledge of these professionals regarding the theme, since the ideas found translate a vision that matches that of the public, since it is not inserted in their teaching practice. It is understood, therefore, that the non-appropriation of this knowledge leads, consequently, to the impossibility of an educational practice aimed at confronting sexual violence.

Keywords: school culture; education; school; gender; sexual violence.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Formas de violência sexual _____	31
Figura 2 – Livro O professor diante da violência sexual _____	77
Figura 3 – Livro Violência sexual contra meninos – Teoria e intervenção _____	77

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantitativo de notificações de violência sexual, total e contra crianças e adolescentes, segundo ano de notificação, Brasil, 2011-2017 _____	32
Gráfico 2 – Local da violação – violência sexual _____	44
Gráfico 3 – Relação vítima e suspeito da violência sexual _____	45
Gráfico 4 – Sexo da vítima da violência sexual _____	47
Gráfico 5 – Distribuição dos crimes sexuais (estupro e estupro de vulnerável), Brasil, 2017 e 2018 _____	50
Gráfico 6 – Distribuição dos crimes de estupro e estupro de vulnerável segundo sexo, Brasil, 2017 e 2018 _____	51
Gráfico 7 – Distribuição dos crimes de estupro e estupro de vulnerável, segundo relação com o autor, Brasil, 2017 e 2018 _____	52
Gráfico 8 – Distribuição dos crimes de estupro e de estupro de vulnerável, segundo sexo do autor, Brasil, 2017 e 2018 _____	52
Gráfico 9 – Síntese de notificações do tipo de violência sexual – estupro, no Brasil, 2017-2021 _____	57
Gráfico 10 – Síntese do quantitativo de notificações do tipo de violência sexual, estupro, no Amazonas, 2017-2021 _____	60
Gráfico 11 – Síntese do quantitativo de notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes, Tefé, 2017-2021 _____	61
Gráfico 12 – Grau de instrução dos(as) profissionais da escola pesquisada _____	81
Gráfico 13 – Distribuição dos respondentes por sexo _____	81
Gráfico 14 – Distribuição dos(as) profissionais por satisfação no ambiente escolar _____	82
Gráfico 15 – Quantitativo de profissionais por conhecimento/suspeita de caso de violência sexual, na escola _____	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Recorte de características sociodemográficas de crianças vítimas de violência sexual notificada no Sinan, segundo sexo, Brasil, 2011-2017	34
Tabela 2 – Recorte de características da violência sexual contra crianças, notificada no Sinan, segundo sexo, Brasil, 2011-2017	35
Tabela 3 – Recorte de características do provável autor da violência sexual contra crianças notificada no Sinan, segundo sexo, Brasil, 2011-2017	36
Tabela 4 – Recorte de características sociodemográficas de adolescentes, vítimas de violência sexual, notificada no Sinan, segundo sexo, Brasil, 2011-2017	37
Tabela 5 – Recorte de características da violência sexual contra adolescentes notificada no Sinan, segundo sexo, Brasil, 2011-2017	38
Tabela 6 – Recorte de características do provável autor da violência sexual contra adolescentes notificada no Sinan, segundo sexo, Brasil, 2011-2017	39
Tabela 7 – Quantitativo de denúncias registradas por grupo de violação e tipo de violação comparada entre 2018 e 2019	41
Tabela 8 – Tipologia de violações para crianças e adolescentes	41
Tabela 9 – Recorte do detalhamento e comparativo de denúncias por estado, da região Norte, 2019 – Violência sexual	41
Tabela 10 – Recorte de distribuição de denúncias, absolutas, variação e taxa por estado para crianças e adolescentes, entre 2018 e 2019, região Norte, Brasil – Violência sexual	42
Tabela 11 – Recorte de distribuição de denúncias por estado da região Norte, 2019- Abuso sexual	43
Tabela 12 – Demonstrativo de denúncias do estado do Amazonas – 2019	43
Tabela 13 – Recorte de denúncias por local do tipo de violação – abuso sexual	45
Tabela 14 – Recorte de distribuição da relação vítima e suspeito por tipo de violação – abuso sexual	46
Tabela 15 – Recorte de faixa etária da vítima por sexo – abuso sexual	48
Tabela 16 – Recorte de escolaridade da vítima de abuso sexual	48
Tabela 17 – Distribuição dos(as) participantes da pesquisa quanto ao tempo de serviço na Educação	82

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Demonstrativo de notificações de violência sexual, total e contra crianças e adolescentes, segundo ano de notificação, Brasil, 2011-2017 _____	33
Quadro 2 – Recorte de faixa etária da vítima por sexo da violência sexual _____	47
Quadro 3 – Principais informações das produções analisadas sobre violência sexual contra crianças e adolescentes no Amazonas _____	65
Quadro 4 – Participantes da pesquisa por eixo _____	74
Quadro 5 – Encontro I _____	76
Quadro 6 – Encontro II _____	77
Quadro 7 – Participantes da pesquisa por formação _____	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abrapia	Associação Brasileira de Proteção à Infância e Adolescência
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Cest	Centro de Ensino Superior de Tefé
CID	Catálogo Internacional de Doenças
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENS	Ensino Normal Superior
ES	Educação Sexual
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FTC	Faculdade de Tecnologia e Ciências
HTP	Horas de Trabalho Pedagógico
MS	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONDH	Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
POP	Procedimento Operacional Padrão
SDH/PR	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação e Desporto
Sinan	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
Sondha	Sistema de Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
Unicef	United Nations International Children's Emergency Fund
Viva	Vigilância de Violências e Acidentes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO 1 – ARTESANIA DO PROBLEMA	30
1.1 OS CONCEITOS DE VIOLÊNCIAS SEXUAIS	30
1.2 ANÁLISES DOS GRÁFICOS DE ESTATÍSTICAS DO TIPO DE VIOLAÇÃO – ESTUPRO, NO BRASIL, EXPRESSOS NO ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2018-2022.....	57
1.3 ANÁLISES DOS GRÁFICOS DE ESTATÍSTICAS DO TIPO DE VIOLAÇÃO – ESTUPRO, NO AMAZONAS, EXPRESSOS NO ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2018-2022	59
1.4 DADOS DAS DENÚNCIAS DO CONSELHO TUTELAR DE TEFÉ, AMAZONAS – VIOLÊNCIA SEXUAL - CRIANÇAS E ADOLESCENTES, 2017 A 2021.....	61
CAPÍTULO 2 – ESTADO DA ARTE E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	64
2.1 AS DISSERTAÇÕES ACHADAS	64
CAPÍTULO 3 – CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO ..	69
3.1 NATUREZA DA PESQUISA.....	69
3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA NO CAMPO DE PESQUISA.....	69
3.2.1 Observação participante	69
3.2.2 Questionários individuais.....	74
3.2.3 Grupo focal.....	75
CAPÍTULO 4 – “NÃO! NÃO VAMOS ENSINAR AS CRIANÇAS A TRANSAR”: UMA RESPOSTA	79
4.1 CONHECENDO O PERFIL DOS(AS) PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DA ESCOLA PESQUISADA	80
4.2 O OLHAR DO EDUCADOR(A) SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL	82
4.2.1 A violência sexual como ato sexual ou tentativa sem o consentimento da vítima ..	83

4.2.2	A violência sexual como ato de crueldade	84
4.2.3	Violência sexual intrafamiliar associada à violência dentro de casa	85
4.3	A VIOLÊNCIA SEXUAL NO CONTEXTO ESCOLAR	85
4.3.1	Os passos estudados pela escola diante da identificação de violência sexual	86
4.3.2	A escola como lugar de acolhimento	88
4.3.3	A fragilidade diante da violência sexual	89
4.3.4	A percepção dos(as) profissionais quanto à educação para a sexualidade na escola	91
4.3.5	A percepção dos(as) professores(as) e da gestão quanto à formação docente na rede de ensino	94
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
	REFERÊNCIAS	103
	APÊNDICE A – OFÍCIO ENCAMINHADO PARA PESQUISA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO	110

APRESENTAÇÃO

Este estudo tem como objetivo geral investigar a compreensão que os(as) profissionais da Educação têm a respeito da violência sexual contra crianças e adolescentes e sobre como essa compreensão interfere na prática educativa. Para o alcance deste objetivo geral, traçamos os seguintes objetivos específicos:

- analisar a compreensão dos(as) educadores(as) sobre a violência sexual e se compreendem a discussão dessa temática em suas práticas educativas;
- refletir criticamente a respeito da violência sexual contra a criança e o adolescente;
- sensibilizar os(as) educadores(as) sobre o fato de que não é possível enfrentar seriamente o tema da violência sexual na educação sem a instituição mais importante da sociedade atual – a escola –, unindo esforços em busca de objetivos e estratégias comuns;
- realizar um levantamento de trabalho científico sobre violência sexual, na área da Educação, no Amazonas (2017-2021).

Sob esta perspectiva, apresenta-se a dissertação, disposta em quatro capítulos, conforme a seguinte estrutura:

O primeiro capítulo, intitulado “Artesania do problema”, discorre sobre a visão teórica da violência sexual contra crianças e adolescentes, com a análise dos dados elaborados pelo *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, do Brasil e do Amazonas. Também foram analisados dados a partir dos protocolos internos do Conselho Tutelar, do município de Tefé (2017 a 2021).

No segundo capítulo, “Estado da arte e revisão bibliográfica”, apresenta-se o cenário do estudo da violência sexual contra crianças e adolescentes, na área da Educação, no Amazonas, entre 2017 e 2021, através das pesquisas de pós-graduação levantadas no Banco de Teses e Dissertações do portal Capes.

Já no terceiro capítulo, “Caminhos metodológicos da pesquisa em educação”, descreve-se a proposta metodológica construída, detalhando-se o contexto do campo de pesquisa, as amostras, as técnicas e os instrumentos (observação participante, grupo focal e o questionário) que foram utilizados para direcionar todo o período da pesquisa *in loco* e o aporte teórico que sustenta o método de pesquisa: pesquisa social em Educação, abordagem qualitativa do estudo de caso.

No quarto capítulo, denominado “Não! Não vamos ensinar as crianças a transar: uma resposta”, são apresentados os resultados obtidos a partir dos dados coletados. Para esses dados

analisados, se utilizou a técnica de análise de conteúdo em Bardin (2016), de perspectiva qualitativa, como um conjunto de técnicas que envolvem fases para obter a significação dos dados coletados.

Por fim, nas considerações finais, busca-se levantar algumas questões sobre a importância da compreensão acerca da violência sexual na escola, bem como sobre a necessidade de estudos, tornando-se sementes a serem plantadas e que a pesquisa possa contribuir nessa direção.

INTRODUÇÃO

A pesquisa realizada se consolida nesta dissertação sobre o tema “Vocês irão ensinar os meninos a transar? Violência Sexual de Gênero: um estudo a partir das culturas em uma escola pública, da cidade de Tefé-Amazonas”. Para iniciar, apresenta-se uma pequena biografia da autora. Me chamo Carmen Mily. Sou filha do enlace do casal Beth Aurora dos Reis Otiniano e João Mantilha dos Reis.

Do lado materno, minha referência foi a determinação de uma jovem senhora que substituiu o tempo de estudo para cooperar no sustento dos irmãos, que cedo se tornaram órfãos de mãe, o que obrigou a minha mãe a se tornar vendedora. Do lado paterno, a referência é ser descendente de alguém criado na roça que conseguiu alcançar o nível médio com muito esforço. Tornou-se, assim, um ativo comerciante. Ter nascido dessa união tem um significado muito especial, que não pode ser traduzido por qualquer tentativa de racionalização sobre a minha vida.

Tive a oportunidade de terminar os estudos de nível infantil, Ensino Fundamental e uma parte do Ensino Médio nas seguintes escolas: Escuela Virgen de las Mercedes, em Juanjuí, Colegio Particular Inmaculada Virgen de la Puerta, em Trujillo, e Colegio Nacional Santa Rosa, em Trujillo, no Peru.

O sonho de concluir o Ensino Médio no colégio em Peru não foi possível. Tive que acompanhar meus pais para o Brasil. Em virtude dessa mudança de país, enfrentei, juntamente com a minha família, vários obstáculos. Sair de um país para outro exige coragem, acarreta perdas e demanda que, principalmente, se confie em Deus. Meu contexto socioeconômico não me permitia brincar muito, então, tive de ajudar nas tarefas de casa, por ser a filha mais velha. Meus pais tinham de trabalhar na área de vendas para a manutenção e o sustento do lar. Mesmo com todas essas dificuldades, meus pais participaram da minha vida escolar. Desse modo, consegui concluir o Ensino Médio na Escola Estadual Frei André da Costa, na cidade de Tefé-AM.

Ainda cursando o Ensino Médio, estimulada pela disciplina de Literatura Brasileira, ministrada pela Profa. Núbia Litaiff, despertou em mim o desejo de cursar a Licenciatura Plena em Letras. Desejo esse que se consolidou após realizar o terceiro exame de vestibular e ser aprovada em Licenciatura Plena em Letras, pelo CEST/UEA. Movida pelo exemplo da professora da disciplina de Literatura, decidi traçar alguns pontos importantes com o intuito de

orientar minha graduação no curso de Letras. Apesar dos desafios e dos obstáculos e até mesmo a vontade de desistir que enfrentei nesse período, segui em frente.

O exemplo da postura profissional da professora de Literatura me acompanhou em todo o período da minha graduação. Ao evocar essas minhas memórias, faço uma correlação com o desejo expresso pela professora Maria Firmina dos Reis, “um segundo desejo: o de incentivar outras mulheres a praticarem a escrita e a publicarem” (MIRANDA, 2022, p. 58).

Lembro do primeiro dia como graduanda de licenciatura, quando disse a mim mesma: “E agora?”. Agora é olhar para além dos muros da universidade, adquirir conhecimento, apreender e compartilhar os saberes e levá-los para a população. Quando coloco aqui a pergunta que me fiz, é no intuito de enfatizar que a academia apresenta produções e reproduções visando ao conhecimento e à inserção dos gêneros (mais o masculino). Ser/estar mulher, casada e mãe na graduação foi desafiador, porém, esse desafio fez me olhar e me questionar reflexivamente.

As atividades técnico-científicas, artístico-culturais e na área de prestação de serviços à comunidade, durante o período de graduação, tiveram um forte significado de aprendizagem, partilha de saberes e contribuição em determinados espaços para a constituição da minha formação como professora do Ensino Básico. A experiência como professora-bolsista no Programa de Letramento Reescrevendo o Futuro, de 2006 a 2007, trouxe experiências impactantes, como ouvir de um aluno da terceira idade me dizer: “Obrigada, professora, por me ensinar a escrever meu nome! Você é importante para mim e sempre será a primeira professora que lembrarei”. Palavras de gratidão que continuarão sempre a me emocionar, me fazer refletir sobre a minha responsabilidade e o papel de educadora na minha vida.

Ainda na graduação, o contrato para lecionar em uma escola estadual como professora, nas séries finais, do Ensino Fundamental, se concretizou, dando início à minha caminhada na Educação Básica.

Além da graduação, propus-me a fazer a especialização em Metodologia do Ensino da Língua Espanhola, pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), a fim de aperfeiçoar minha práxis em sala de aula do Ensino Fundamental.

O ato de ensinar me fez ter esperanças primeiramente em mim mesma e, através desse sentimento, ter esperanças quanto à Educação. Essa esperança me fez galgar espaços, participar de discussões e até mesmo ter a coragem de discordar de algumas atitudes que existem no ambiente escolar. De maneira que cada momento vivido no ambiente escolar consolida o meu desejo de pesquisar e ser professora-pesquisadora. Assim, partilho estas minhas linhas de escrita corroborando sempre a autora bell hooks (2017, p. 60): “Os alunos também me ensinaram que é preciso praticar a compaixão nesses novos contextos de aprendizado”.

Os saberes temporais e os saberes personalizados

Para apresentar a relação entre o tema escolhido e as trajetórias pessoais e profissionais, evoco as minhas memórias, que me permitem um reencontro com o sentimento de luta e sensibilização. Compreendo, tal como Maurice Tardif (2014), que a docência como uma profissão envolve várias aprendizagens. O autor denomina-os como saberes temporais e saberes personalizados. Os saberes temporais são adquiridos ao longo do tempo, resultado de experiências e da vida escolar. Já os saberes personalizados relacionados às histórias de vida marcam os contextos em que os sujeitos estão inseridos. Tais saberes têm uma estreita relação com as memórias de cada sujeito.

Com base nesse entrelaçamento de conceitos, adicionados aos meus questionamentos, curiosidades e indignações, traço uma breve linha do tempo sobre a minha docência, o que reflete significativamente na minha constituição como professora-pesquisadora.

Ao me debruçar sobre os estudos e as pesquisas, compreendo que a violência sexual é uma temática cada vez mais preocupante, tendo em vista que ela só vem crescendo. As vítimas desse evento traumático apresentam consequências presentes em todos os aspectos de sua condição humana, com marcas físicas, psíquicas, sociais, sexuais, entre outras, comprometendo seriamente a sua vida, sejam elas crianças, sejam elas adolescentes.

Em 2004, iniciei a Licenciatura em Letras, que me habilita como professora de Língua Portuguesa, na Educação Básica. No período em que fui graduanda do curso de Licenciatura em Letras no CEST/UEA, não se via, e essa situação permaneceu até certo tempo depois, um espaço para discutir questões relacionadas à educação para a sexualidade e à formação de professores(as) para tais especificidades, mesmo sendo algo tão importante e urgente no dia a dia da região amazônica.

A Licenciatura em Letras me possibilitou o acesso ao Estágio Supervisionado I e II. Durante esse período do estágio, pude observar os seguintes fatores no ambiente escolar: o baixo rendimento dos alunos, a indisciplina, a violência, a evasão escolar e o desencontro entre família e escola. Apesar de ser apenas uma estagiária e ainda estar começando a compreender as questões envolvendo a docência, fazia reflexões sobre esses aspectos. A partir dessas impressões na escola, senti a necessidade de ler e estudar um pouco mais. E decidi pesquisar e escrever o meu TCC sobre o tema “A falta de participação da família no processo educativo do(a) aluno(a) de 5ª série de uma escola estadual em Tefé”. Mesmo estando em um espaço receptivo como é o da sala de aula no Ensino Fundamental, pude perceber a tristeza no rosto de

muitas crianças. Concluí o período do estágio, assim como o curso, levando essas impressões na minha memória.

Ainda como graduanda da Licenciatura em Letras, fui exercer meu trabalho com crianças e adolescentes na escola, como também pesquisar na literatura de psicologia sobre aprendizagem e violência escolar. Esses estudos me propiciaram aperfeiçoar e ampliar meus conhecimentos, além de me permitir problematizar as experiências que tinha nesse espaço chamado escola.

Minha formação em Licenciatura de Letras me permitiu ainda o encontro com a temática. Esse encontro com a temática surgiu após ser selecionada para lecionar como professora contratada do Ensino Fundamental numa escola estadual situada na cidade de Tefé-AM. A partir desse contrato, tive a oportunidade de desenvolver, ao lecionar a disciplina de Língua Portuguesa, atividades em sala de aula através de textos, projetos de leitura e atividades extraclasse, como palestras no dia 18 de maio: Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Com essas experiências na escola, pude perceber o quanto a sexualidade dos(as) alunos(as) estava comprometida pela violência sexual. As narrativas orais dos(as) alunos(as), através dos textos estudados sobre temas diversificados, especificamente sobre violências e adolescência, configuravam a dor, o desânimo, o baixo rendimento, a dissociabilidade em relação aos(as) outros(as) alunos(as), a evasão, os conflitos e as violências na escola. Algo em comum nas narrativas orais dos(as) alunos(as) sobre os abusadores era o fato de estes serem sempre homens, principalmente pessoas da própria família, como o pai, o padrasto, o avô ou algum parente. Isso significa que, em geral, os casos de abusos sexuais contra crianças e adolescentes são intrafamiliares, segundo a Abrapia (2002, p. 13). “A relação incestuosa representa a maioria dos casos de abuso sexual. Os principais responsáveis são o pai, o padrasto, os tios e os avôs da criança.”

A violência sexual é uma cultura em contexto escolar, pois é uma prática muito presente nas escolas². Várias culturas podem ser instituídas numa escola e cada escola tem, em seu cotidiano, uma cultura escolar própria, uma multissubjetividade. Morin (2015, p. 88) afirma que:

Sempre há uma virtualidade conflitual entre os que detêm a autoridade e dispõem de sanções e os que as sofrem. Acrescenta-se a isso as virtualidades conflituais entre duas classes de idade, de costumes de **culturas diferentes** que se encontram na mesma sala de aula. Daí se origina a possibilidade de formação e desenvolvimento de uma luta de classes específica entre uns e outros. (grifo nosso).

² Pois muitos(as) dos(as) alunos(as) que são vítimas de violência sexual estão inseridos na escola.

Devido a isso, nenhuma escola é igual a outra. É o que nos convida a pensar a autora Alves (2003, p. 64), ao dizer que à educação formal cabe a “[...] apreensão do cotidiano escolar, de seus sujeitos, de seus problemas e das soluções possíveis para estes”. Logo, entre as violências múltiplas enquanto culturas escolares evidentemente instituídas, a violência sexual apresenta-se como tônica.

As escolas reproduzem as relações sociais da sociedade patriarcal, machista e “conservadora”, e momentos importantes que permitem a adesão da educação para a sexualidade nas instituições escolares, oportunizando experiências temáticas como o conhecimento do aluno-sujeito sobre o próprio corpo (base ao *aprender a ser*), reduzem-se a um “ensinar as crianças a fazer sexo”, pelo discurso das frentes políticas conservadoras. Logo, o discurso e as práticas da educação para a sexualidade são condenados, tratados como experiências que não devem ser trabalhadas nas escolas.

A educação enquanto área de pesquisa deve deter-se a essa questão, seccionando esse objeto de maneira a contextualizar a problemática na tentativa de buscar encaminhamentos para uma mudança de postura de profissionais do Ensino Básico quanto ao tratamento da violência sexual nas escolas.

Considero muito significativa a oportunidade que tive como professora do Ensino Fundamental na cidade de Tefé. Dessa forma, pude perceber, de uma maneira mais ampla, muitos dos aspectos que envolvem a educação para a sexualidade, podendo compartilhar as experiências teóricas e as práticas construídas. Além disso, impulsionada pelas questões de gênero e de sexualidade que me surgiram como professora de Ensino Fundamental, tinha em mente que problematizaria alguma temática que se originasse dessa vertente. Assim, resolvi me apropriar com maior ênfase das questões sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes na escola.

A minha inserção no grupo do Clube das Manas,³ em 2019, me ajudou no amadurecimento da minha temática de pesquisa, por meio da socialização de conhecimentos produzidos por mulheres pesquisadoras para o enfrentamento das diversas ações do sistema social comumente conhecido como patriarcado. Deste modo, as ações realizadas em conjunto no clube, as leituras e o compartilhamento de vivências me proporcionaram, de forma significativa, refletir criticamente sobre as questões de gênero que nos cercam diariamente,

³ O Clube das Manas chegou a Tefé em 2016, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), por meio de um projeto de extensão coordenado pela professora Amanda Braga e pela bibliotecária Priscila, além da Profa. Dra. Rita de Cássia Fraga Machado. Participavam alunas do IFAM e da UEA (MACHADO; MARINHO, 2023).

produzindo novos conhecimentos a partir das discussões, das leituras e dos apontamentos e marcando meu posicionamento literário e militante acerca das questões de mulheres.

Assim, se deu o meu interesse inicial em estudar a violência sexual contra crianças e adolescentes na escola estadual de Tefé. Já realizando a pesquisa no mestrado para a constituição desta dissertação, *“Vocês irão ensinar os meninos a transar?” Violência sexual de gênero: um estudo a partir das culturas em uma escola pública, da cidade de Tefé - Amazonas*, resolvi apresentar, no título desta pesquisa, a expressão-pergunta proferida por uma professora participante do grupo focal que será mencionada no capítulo 4, ao descrever a dificuldade de trabalhar o projeto sobre orientação sexual juntamente com outro professor e a incompreensão do apoio pedagógico no ambiente escolar, que os questionou: “Vocês irão ensinar os meninos a transar?”⁴. Utilizo-me dessa expressão-pergunta em virtude das questões por ela suscitadas.

A priori, a palavra “transar” aparece de maneira recorrente nos discursos pedagógicos e docentes sempre que estes/estas se referem às questões de sexualidade. Em concordância com as regras gramaticais, utilizei-me das aspas para indicar que nem as questões sobre a sexualidade, nem sobre gênero, nem sobre a violência sexual devem ser vistas ou entendidas exclusivamente sob a perspectiva do sexo e da invisibilidade, mas, como diria Felipe (2008, p. 32), a “educação para a sexualidade (e não educação sexual) [requer] uma abordagem mais ampla, com ênfase nos aspectos históricos, sociais e culturais, que extrapolam uma visão meramente biológica, pautada apenas na prevenção”.

A escola pode ser considerada um dos mais importantes espaços de convivência social, pois todas as representações de gênero ou sexuais se fazem através de sinais e códigos culturais. A esse respeito, Jane Felipe se posiciona da seguinte forma (2007, p. 79):

As instituições escolares podem ser consideradas um dos mais importantes espaços de convivência social [...]. As relações de poder entre homens e mulheres, meninos e meninas, nas suas múltiplas possibilidades, atravessam a escola dos mais diferentes modos: seja através de piadas de cunho sexista ou racista; seja através de uma acirrada vigilância em torno da sexualidade infantil, principalmente dos meninos, tentando normatizar os comportamentos que porventura não sejam “condizentes” com as expectativas de gênero instituídas; seja através da distribuição dos espaços e das tarefas a cada grupo; seja, ainda, através do descaso para com situações que envolvam violência doméstica e/ou abuso sexual.

Diante disso, me parece que essas questões deveriam interessar à escola e a todo o corpo docente.

⁴ Ver o capítulo 4: “Não! Não vamos ensinar as crianças a transar: uma resposta”, p. 79.

O estudo dessa questão se justifica pela necessidade de realizar discussões que enfatizem o corpo e a sexualidade na escola. Essas discussões devem estar pautadas nos conhecimentos científicos – e não em valores e crenças pessoais. Por isso, os(as) profissionais da Educação podem buscar fundamentação na formação continuada e nos materiais de apoio didático-pedagógico referente aos temas. Dessa forma, defende-se que um olhar atento impede que inúmeras formas de opressão e discriminação se mantenham na sociedade e nas escolas, em um esforço para que o processo de ensino-aprendizagem não seja contaminado por preconceitos e rótulos precipitados e para que os(as) educandos(as) não sejam afetados(as) no seu desenvolvimento intelectual.

Após o destaque do objeto de pesquisa, com relação ao problema científico, se faz o seguinte questionamento: Como vem se compreendendo a temática violência sexual e como essa compreensão interfere na prática educativa na cidade de Tefé-AM?

A partir desta questão de pesquisa, busco como objetivo principal investigar a compreensão que os(as) profissionais da Educação têm a respeito da violência sexual contra crianças e adolescentes e sobre como essa compreensão interfere na prática educativa. Penso que analisar o meio educacional é uma tarefa desafiadora, porque entendo que cada prática é movida pela realidade local, mas, como professora da escola a ser analisada aqui, trabalhei nela observando sem compreender muito bem a (in)compreensão existente sobre sexualidade entre os(as) professores(as) na escola.

Dessa forma, foram desenvolvidas as seguintes questões norteadoras da pesquisa: 1 – Qual a compreensão dos(as) educadores(as) sobre a violência sexual e eles compreendem a discussão dessa temática em suas práticas educativas?; 2 – É possível refletir criticamente a respeito da violência sexual contra a criança e o adolescente?; 3 – Como sensibilizar os(as) educadores(as) sobre o fato de que não é possível enfrentar seriamente o tema da violência sexual na educação sem a instituição mais importante da sociedade atual – a escola –, unindo esforços em busca de objetivos e estratégias comuns?; 4 – Como se encontra a área da Educação, no Amazonas (2017-2021), com relação ao estudo da violência sexual nas escolas?

Esses questionamentos compõem uma premissa nossa de que ações sobre sexualidade e gênero em espaços da escola que estão na região amazônica mudam o olhar dos indivíduos em relação à compreensão da violência sexual. E a escola, como agente de transformação, a qual contribui com a construção de novos conhecimentos e valores no desenvolvimento intelectual dos(as) estudantes, pode auxiliar, a partir do ensino de educação para a sexualidade, na formação ética e integral de alunos(as) e dos seres humanos.

Quando se pensa em trabalhar a educação para a sexualidade na escola, tem-se como peças fundamentais os(as) professores(as), os quais atuam no processo de desenvolvimento de aprendizagem dos(as) alunos(as) e, a partir do ensino da sexualidade, contribuem na construção de atitudes sadias, ensinando-os(as) a respeitar o(a) outro(a), transformando-os(as) em cidadãos conscientes e comprometidos com o futuro do país. Mas, infelizmente, ainda existe um número considerado de docentes que desconhecem a essência da educação para a sexualidade, e, conseqüentemente, sem esse conhecimento, não adicionam educação para a sexualidade nas suas aulas.

Ribeiro (2004) traz importantes contribuições para entender como a sexualidade foi encarada ao longo dos séculos e, a partir disso, a educação para a sexualidade no Brasil. A educação para a sexualidade ocorre como “[...] os processos culturais contínuos, desde o nascimento, que, de uma forma ou de outra, direcionam os indivíduos para diferentes atitudes e comportamentos ligados à manifestação de sua sexualidade”. Sobre a orientação sexual, esta se “[...] refere a uma intervenção institucionalizada, sistematizada, organizada e localizada, com a participação de profissionais treinados para este trabalho” (RIBEIRO, 2004, p. 16).

Tendo como elementos deste estudo cultura escolar, educação, escola, gênero, violência sexual, escolhidos como palavras-chave em nossa pesquisa, enfatizamos as contribuições teóricas de: Felipe (2006; 2007; 2008; 2019); Jeffrey (1998); hooks (2017); Lamas (2002); Louro (2007; 2011), Hohendorff, Habigzang, Koller (2014); Spaziani (2017), Bueno (2019), Brasil (2018), Brasil (2019). Já os autores que fundamentam o caminho metodológico são: Iervolino (2001); Maia (2020) Minayo (2001; 2007; 2010; 2016); Oliveira (2016); Pádua (2016); Yin (2015), dentre outros, na revisão de literatura.

Como autora deste estudo de investigação, em âmbito de mestrado, e como professora da escola que é o meu campo de pesquisa, da qual tenho memórias de luta e que considero também meu segundo lar, minha saudosa escola, desejo não só analisar a temática e as problemáticas que a cercam, mas incentivar, através do resultado deste estudo, a escola e os(as) professores(as) impactados(as) pela importância da educação para a sexualidade, assim como fui quando tive acesso a essas informações. Este esforço é para que valorizem e vivam em harmonia com a pedagogia engajada, “ela dá ênfase ao bem-estar” (HOOKS, 2017, p. 28).

No intuito de abrir horizontes acerca da temática e perceber como estão as discussões atuais, fizemos um levantamento de produções científicas, um ensaio do estado da arte, buscando o que vem sendo pesquisado em relação à violência sexual contra crianças e adolescentes, os tipos de pesquisa, as referências teóricas nos referidos estudos encontrados e, sobretudo, a relevância delas para o nosso contexto social. Todo esse levantamento veio ao

encontro do primeiro objetivo específico, por ser um conceito fundante no trabalho. O levantamento foi realizado no banco de dissertações da Capes, dos programas de mestrado em Educação do Amazonas, em um recorte de cinco anos (2017 a 2021).

Louro (2007) enfatiza que a conceituação de um fenômeno não reflete apenas uma maneira de conhecer, mas principalmente constitui um jeito de conhecer. Considerando que os programas *stricto sensu* de pós-graduação visam, dentre outras coisas, gerar e divulgar conhecimentos, torna-se interessante investigar e entender quais os discursos sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes estão sendo produzidos nesse contexto. Conforme pontuaram Cláudia Vianna e Sandra Unbehau (2016, p. 63), a academia “[...] desempenha um fator importante na formação de opinião e consolidação de um campo de estudos, tanto por meio de sua produção científica, projetos de extensão como por meio de assessorias e consultorias para o Estado”.

Buscando analisar a presença da educação para a sexualidade na prática docente, o estudo utiliza como metodologia a pesquisa social de cunho qualitativo (MINAYO, 2001, 2007, 2010, 2016; OLIVEIRA, 2016) e do método do estudo de caso (YIN, 2015), porque possibilitam considerar as instâncias da complexidade que surgem no contexto educacional, responder a questões particulares da pesquisa e possibilitar a compreensão da violência sexual do mundo real, compreendendo certamente importantes condições contextuais que se referem ao caso em estudo de uma organização denominada escola.

Dessa maneira, nos aspectos metodológicos da investigação, utilizam-se os seguintes técnicas e instrumentos: a observação participante, dois encontros de grupo focal e os questionários (perguntas abertas e fechadas) para a coleta de dados. Através desses momentos, procurei propor situações de discussões e de aprendizagens, buscando operar com possibilidades para contribuir com experiências e relações com a temática em pauta, na escola estadual de Tefé, Amazonas.

Sobre a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes, a literatura demonstra o quanto é um terreno de confrontos teóricos e, sobretudo, políticos. À vista das diferentes formas de nomear e caracterizar essa problemática, assumo nesta pesquisa a utilização do conceito violência sexual contra crianças e adolescentes.

Para as autoras Felipe (2006) e Lowenkron (2015), esse conceito enfatiza a violência sempre presente nas situações em que adultos(as) ou adolescentes tratam as crianças como objetos sexuais, a fim de serem atendidos, independentemente do contato físico ou não.

Assim, neste estudo, pude constatar que a violência sexual contra crianças e adolescentes é compreendida de diferentes maneiras pelos(as) educadores(as), seja como um ato de muita

crueidade, seja como qualquer ato sexual que faz uso de formas violentas, seja como ato sexual ou tentativa sem o consentimento e seja como crime hediondo.

Essas várias formas de entender a violência sexual contra crianças e adolescentes se correlacionavam à forma como a abordagem da temática era tratada na escola, seja por meio de um diálogo sobre o assunto, tensionando as ações de prevenção (namoro, gravidez e cuidados com o corpo), seja pela ausência de qualquer discussão, pelo (des)conhecimento acerca da questão, refletindo, em grande parte, a opinião do senso comum (uma visão similar à do público, que não trabalha cotidianamente com a temática da violência).

Também pude perceber o (des)conhecimento por parte dos(as) educadores(as) da política Procedimento Operacional Padrão (POP)⁵, que será apresentada no Capítulo 4, que trata do acolhimento, do registro e da notificação dos casos de violação de direitos contra crianças e adolescentes percebidos no ambiente escolar.

⁵ O POP é citado pelos(as) participantes, especificamente no item 4.3.5. – A percepção dos(as) professores(as) e da gestão, quanto à formação docente na rede de ensino (p. 94).

CAPÍTULO 1 – ARTESANIA DO PROBLEMA

1.1 OS CONCEITOS DE VIOLÊNCIAS SEXUAIS

Para iniciar a apresentação teórica do estudo da violência sexual contra crianças e adolescentes, é preciso compreender o que entendemos por violência. Falar dela é algo que envolve uma diversidade de aspectos, formas e contextos.

Nessa mesma percepção teórica, a World Health Organization compreende que a violência pode ser definida de diferentes maneiras e a conceitua como (2002, p. 5):

[...] uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha a possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.

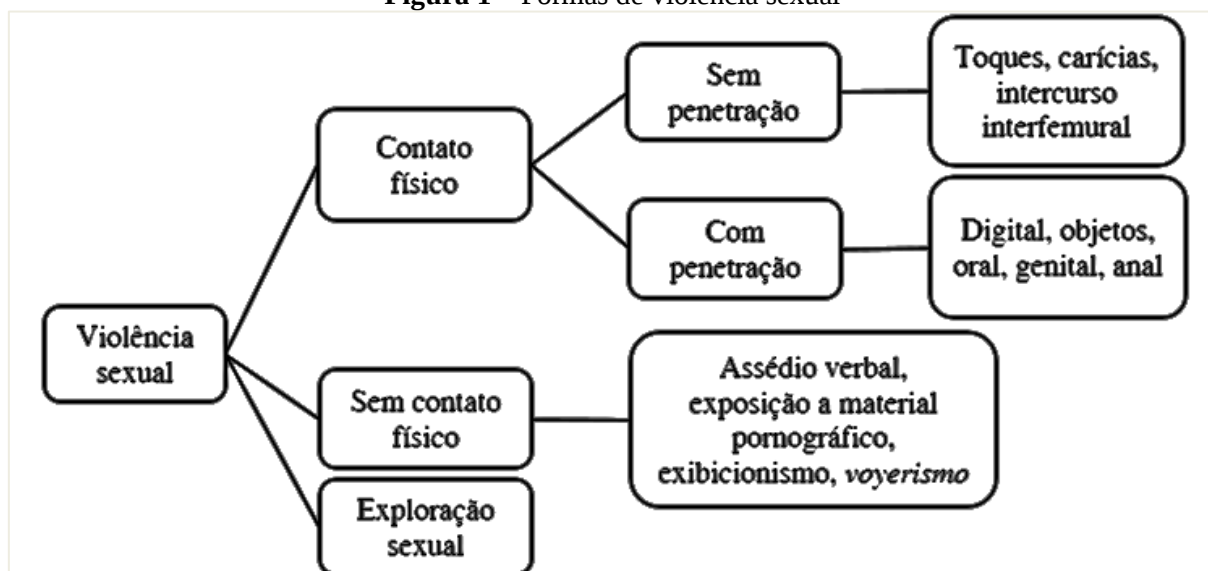
A violência deve ser compreendida para além dos atos que utilizem a força ou o contato físico. Também inclui as situações de sedução e coerção, nas quais os indivíduos têm como objetivo que os seus desejos sejam atendidos, utilizando-se de uma relação de poder, para obter satisfação própria. É imprescindível compreender as diversas dimensões (histórica, social, cultural, psicológica, sexual e de poder) como fatores que caracterizam a violência.

Os autores Hohendorff, Habigzang, Koller (2014, p. 17) explicam que “A definição de violência sexual contra crianças e adolescentes é um aspecto que requer atenção devido à multiplicidade de conceitos existentes”.

O Ministério da Saúde (BRASIL, 2002) define que a violência sexual é o envolvimento de uma criança ou um adolescente em ato sexual, em que eles/elas são incapazes de dar seu consentimento, ou estão despreparados para tal ato, devido ao seu estágio de desenvolvimento. Também é considerada uma violação porque contraria as leis do país e confronta os tabus da sociedade.

Para Hohendorff, Habigzang, Koller (2014), a violência sexual pode ocorrer de várias maneiras, conforme a Figura 1.

Figura 1 – Formas de violência sexual



Fonte: Hohendorff, Habigzang, Koller (2014)

Compreende-se que a violência sexual ocorre com o contato físico (com ou sem penetração) e sem o contato físico. Inclui, ainda, situações de exploração sexual que visam ao lucro.

Landini (2011) afirma que a violência sexual contra crianças e adolescentes compreende diversas modalidades, como: prostituição, tráfico sexual, abuso sexual, pornografia infantil, violência sexual doméstica, entre outros. No Brasil, essas modalidades classificam-se em dois grupos distintos: a *exploração sexual*, de cunho comercial, e o *abuso sexual*, sem fins de lucro. Ainda há um terceiro termo, muito utilizado em casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, que é a pedofilia. Para tal, a autora Landini (2011) explica que “[...] é um termo clínico que, de forma alguma, deve ser utilizado como sinônimo para qualquer um dos atos de violência sexual” (LANDINI, 2011, p. 49).

Outra contribuição esclarecedora acerca da violência sexual é encontrada em Brasil (2018), no boletim *Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017*. Trata-se de um estudo⁶ descritivo do perfil das violências sexuais contra crianças e adolescentes, notificadas pelos serviços de saúde, no período de 2011 a 2017.

As violências sexuais sofridas por meninas e meninos ocorre muitas vezes nos espaços doméstico, familiar e escolar, o que compromete a sua visibilidade na esfera pública, como também dificulta o acesso das vítimas aos serviços de saúde. Na análise de todo esse material, evidenciaram-se vários pontos relevantes para este estudo, dentre os quais destacamos:

⁶ Esse estudo analisa as violências contra crianças e adolescentes como problemas de saúde pública e de violação dos direitos humanos, que geram graves consequências nos campos individual e social.

– o chamado “Caso Araceli”⁷, ocorrido na cidade de Vitória-ES em 18 de maio de 1973, um crime bárbaro que chocou o país. A partir desse caso e de outros, no ano 2000, instituiu-se a data de 18 de Maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, no Brasil;

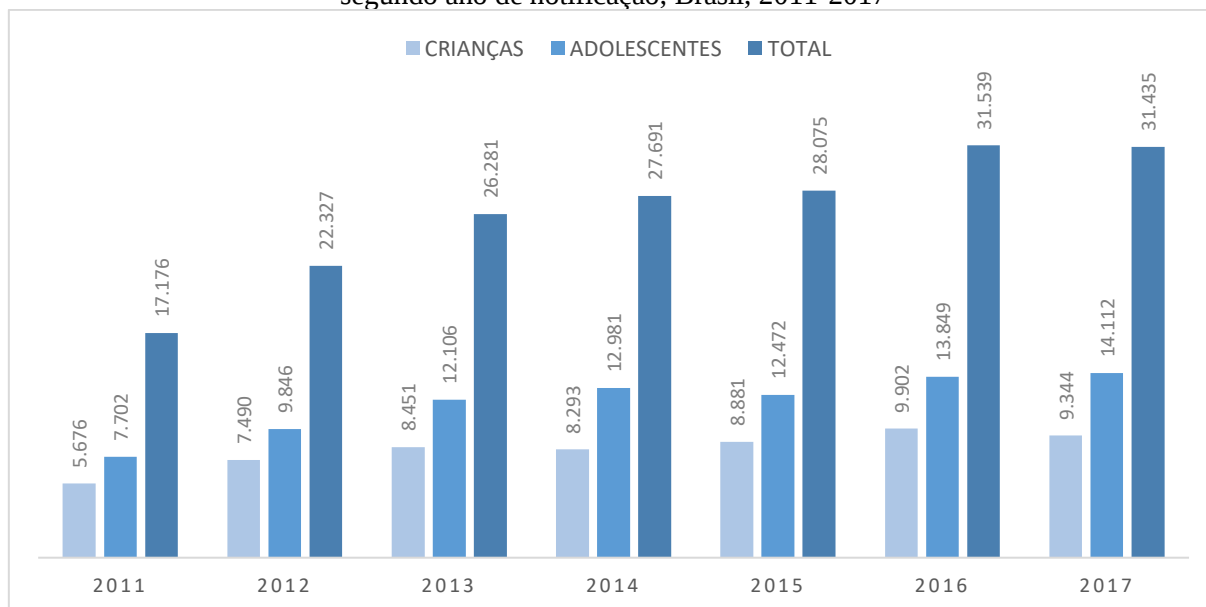
– a atuação do Ministério da Saúde, que desenvolveu o Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (Viva);

– o fato de as notificações de violências passarem a ser de caráter compulsório a partir de 2011, no campo da saúde pública e privada;

– a comunicação ao Conselho Tutelar é obrigatória para qualquer tipo de violência contra crianças e adolescentes, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

– o atendimento às pessoas em situação de violência sexual é obrigatório nos estabelecimentos do Sistema Único de Saúde (SUS), de forma humanizada, emergencial, integral e multidisciplinar.

Gráfico 1 – Quantitativo de notificações de violência sexual, total e contra crianças e adolescentes, segundo ano de notificação, Brasil, 2011-2017



Fonte: Brasil (2018)

*As bases de 2015 e 2016 podem sofrer alterações. A base de 2017 foi extraída em janeiro de 2018.

⁷ Um caso de violência que chocou o país ocorreu no dia 18 de maio de 1973, na cidade de Vitória-ES. Esse crime bárbaro ficou conhecido como o “Caso Araceli”. Uma menina de apenas 8 anos de idade, Araceli, teve todos os seus direitos humanos violados: foi raptada, drogada, estuprada, morta e carbonizada. Os suspeitos de envolvimento no crime pertenciam a famílias de classe média alta do estado do Espírito Santo e o processo do caso foi arquivado pela Justiça, após julgamento e absolvição dos acusados. Por causa desse e de outros casos, no ano 2000, o 18 de maio foi instituído como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, e, todos os anos, essa data tem o propósito de levantar reflexões e oportunizar a avaliação das ações e políticas públicas voltadas para a proteção de crianças e adolescentes.

Por meio do quantitativo de notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes (Gráfico 1), comparando-se os anos de 2011 e 2017, houve um aumento geral de 83% nas notificações de violência sexual (17.176 para 31.435) e também se registrou um aumento de 64,6% e 83,2% nas notificações de violência contra crianças (5.676 para 9.344) e adolescentes (7.702 para 14.112).

Quadro 1 – Demonstrativo de notificações de violência sexual, total e contra crianças e adolescentes, segundo ano de notificação, Brasil, 2011-2017

Violência sexual					
Total	%	Criança	%	Adolescente	%
184.524	76,5%	58.037	31,5%	83.068	45,0%

Fonte: Brasil (2018)

Para a nossa análise, apresenta-se o demonstrativo de notificações de violência sexual com o quantitativo total de 184.524 casos, sendo 58.037 (31,5%) contra crianças e 83.068 (45,0%) contra adolescentes. Portanto, são 141.105 (76,5%) dos registros concentrados nessas duas fases de vida, como visto no Quadro 1.

Esse boletim epidemiológico aborda a violência sexual contra crianças e adolescentes através da análise descritiva das características sociodemográficas, das características do evento e das características do provável autor da violência sexual.

Em relação à faixa etária, o estudo apresenta dois grupos: crianças e adolescentes. O grupo das crianças é categorizado em menor de 1 ano, de 1 a 5 anos, e de 6 a 9 anos. O grupo dos adolescentes é categorizado em 10 a 14 anos e 15 a 19 anos, conforme a convenção elaborada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e adotada pelo Ministério da Saúde (MS).

Para a nossa análise e em consonância com o estudo em tela do capítulo I, fizemos um recorte das características sociodemográficas de crianças e de adolescentes do sexo feminino, enfatizando a faixa etária e a região de residência; o local de ocorrência e o tipo de violência sexual; o sexo do autor e o vínculo do autor com a vítima.

Tabela 1 – Recorte de características sociodemográficas de crianças vítimas de violência sexual notificada no Sinan, segundo sexo, Brasil, 2011-2017

Características	Criança (n=58.037)					
	Total		Feminino(n=43.034)		Masculino(n=14.996)	
	n	%	n	%	n	%
<1	2.653	4,6	2.238	5,2	415	2,8
1 a 5	29.686	51,2	22.354	51,9	7.332	48,9
6 a 9	25.691	44,3	18.442	42,9	7.249	48,3
Região de residência						
Norte	9.106	15,7	7.200	16,7	1.906	12,7
Nordeste	7.270	12,5	5.695	13,2	1.575	10,5
Sudeste	23.417	40,4	17.156	39,9	6.261	41,8
Sul	12.597	21,7	8.913	20,7	3.684	24,6
Centro-Oeste	5.635	9,7	4.067	9,5	1.568	10,5
Ignorado	5	-	3	-	2	-

Fonte: Brasil (2018)

Observa-se na avaliação das características sociodemográficas de crianças vítimas de violência sexual o quantitativo de 43.034 (74,2%) para o sexo feminino e de 14.996 (25,8%) para o sexo masculino. Destacamos, para o sexo feminino com notificação de violência sexual, que 22.354 (51,9%) estavam na faixa etária entre 1 e 5 anos e 18.442 (42,9%) entre 6 e 9 anos, concentrando-se nas regiões Sudeste, Sul e Norte, com respectivamente 17.156 (39,9%), 8.913 (20,7%) e 7.200 (16,7%), conforme a Tabela 1.

A nossa análise mostra que esse estudo epidemiológico também apresenta um quantitativo alto de crianças do sexo feminino, não se diferindo de Brasil (2019), conforme será visto na Tabela 15.

As notificações de violência sexual contra crianças por região de residência, conforme exposto na Tabela 1, vai ao encontro da distribuição de denúncias por tipo de violação por estado – abuso sexual, em Brasil (2019), na Região Norte, como recorte de nossa análise (Tabela 11). Nesse sentido, constata-se, no estudo desse boletim, a Região Norte na terceira colocação das notificações no Sinan e a consistência da nossa análise da violência sexual, neste capítulo I.

Este estudo inclui como violência sexual os casos de *assédio*, *estupro*, *pornografia infantil* e *exploração sexual*. Esses casos podem se manifestar nas seguintes maneiras: abuso incestuoso; sexo forçado no casamento; jogos sexuais e práticas eróticas não consentidas;

pedofilia; voyeurismo; manuseio; penetração oral, anal ou genital, com pênis ou objetos, de forma forçada. Inclui, também, exposição coercitiva/constrangedora a atos libidinosos, exibicionismo, masturbação, linguagem erótica, interações sexuais de qualquer tipo e material pornográfico.

Tabela 2 – Recorte de características da violência sexual contra crianças, notificada no Sinan, segundo sexo, Brasil, 2011-2017

Características	Criança (n=58.037)					
	Total		Feminino (n=43.034)		Masculino (n=14.996)	
	n	%	n	%	n	%
Local de ocorrência						
Residência	40.154	69,2	30.649	71,2	9.505	63,4
Habitação coletiva	475	0,8	303	0,7	172	1,1
Escola	2.656	4,6	1.588	3,7	1.068	7,1
Local de prática esportiva	185	0,3	89	0,2	96	0,6
Bar ou similar	141	0,2	92	0,2	49	0,3
Via pública	1.809	3,1	1.159	2,7	650	4,3
Comércio/serviços	234	0,4	178	0,4	56	0,4
Indústrias/construção	113	0,2	63	0,1	50	0,3
Outros	4.839	8,3	3.311	7,7	1.528	10,2
Ignorado	7.424	12,8	5.602	13,0	1.822	12,1
Tipo de violência sexual*						
Assédio sexual	15.693	24,9	11.973	25,8	3.720	22,6
Estupro	39.000	62,0	28.380	61,0	10.620	64,6
Pornografia infantil	2.048	3,3	1.461	3,1	587	3,6
Exploração sexual	1.836	2,9	1.362	2,9	474	2,9
Outros	4.352	6,9	3.321	7,1	1.031	6,3

Fonte: Brasil (2018)

Nesta avaliação das características da violência sexual contra crianças, destacamos o sexo feminino para enfatizar que os casos mais notificados ocorreram na residência e na escola,

respectivamente 30.649 (71,2%) e 1.588 (3,7%). E que 28.380 (61,0%) dos eventos foram notificados como *estupro* (confira-se a Tabela 2).

O *estupro* é caracterizado pela legislação penal brasileira como: “Estupro Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso” (DELMANTO, 2010, p. 4).

Esse tipo de violência sexual – *estupro* – provoca diversas e graves consequências nas condições física, mental e sexual das crianças e adolescentes. E aumenta a vulnerabilidade às violências na vida adulta.

Tabela 3 – Recorte de características do provável autor da violência sexual contra crianças notificada no Sinan, segundo sexo, Brasil, 2011-2017

Características	Criança (n=58.037)					
	Total		Feminino (n=43.034)		Masculino (n=14.996)	
	N	%	n	%	n	%
Sexo do autor						
Masculino	47.324	81,6	34.778	80,8	12.546	83,7
Feminino	2.298	4,0	1.728	4,0	570	3,8
Ambos os sexos	1.795	3,1	1.327	3,1	468	3,1
Ignorado	6.613	11,4	5.201	12,1	1.412	9,4
Vínculo do autor com a vítima						
Familiares	20.545	37,0	16.301	39,8	4.244	29,0
Amigos/conhecidos	15.341	27,0	10.148	24,8	5.193	35,4
Desconhecidos	3.639	6,5	2.693	6,6	946	6,5
Outros	16.046	28,9	11.773	28,8	4.273	29,2

Fonte: Brasil (2018)

Observa-se, na avaliação sobre as características do provável autor da violência sexual contra crianças, que o agressor, em geral, era do sexo masculino, 47.324 (81,6%), e mantinha vínculo familiar com a vítima, 20.545 (37%), como visto na Tabela 3.

Destacamos, entre as crianças do sexo feminino, que o agressor era do sexo masculino, 34.778, e tinha vínculo familiar com a vítima, 16.301, respectivamente 80,8% e 39,8% (vide a Tabela 3).

Tabela 4 – Recorte de características sociodemográficas de adolescentes, vítimas de violência sexual, notificada no Sinan, segundo sexo, Brasil, 2011-2017

Características	Adolescente (=83.068)					
	Total		Feminino (n=76.716)		Masculino (n=6.344)	
	N	%	n	%	n	%
Idade						
10 a 14	56.320	67,8	51.506	67,1	4.814	75,9
15 a 19	26.740	32,2	25.210	32,9	1.530	24,1
Região de residência						
Norte	18.185	21,9	17.319	22,6	866	13,7
Nordeste	14.716	17,7	13.829	18,0	887	14,0
Sudeste	26.682	32,1	24.081	31,4	2.601	41,0
Sul	15.583	18,8	14.093	18,4	14,90	23,5
Centro-Oeste	7.864	9,5	7.364	9,6	500	7,9
Ignorada	30	-	30	-	-	-

Fonte: Brasil (2018)

Na avaliação sociodemográfica de adolescentes vítimas de violência sexual, do total de 83.068 dos casos, 76.716 (92,4%) eram do sexo feminino e 6.344 (7,6%), do sexo masculino. Do total das vítimas, 56.320 (67,8%) estavam na faixa etária entre 10 e 14 anos e as notificações se concentraram nas regiões Sudeste, Norte e Sul, respectivamente 26.682 (32,1%), 18.185 (21,9%) e 15.583 (18,8%).

Destacamos que, entre as adolescentes do sexo feminino, 51.506 (67,1%) estavam na faixa etária entre 10 e 14 anos e as denúncias se concentraram nas regiões Sudeste, Norte e Sul, respectivamente 24.081 (31,4%), 17.319 (22,6%) e 14.093 (18,4%), conforme visto na Tabela 4.

Nota-se um quantitativo alto na faixa etária entre 10 e 14 anos, especificamente para o sexo feminino, indo ao encontro do agrupamento de adolescentes do sexo feminino exposto no Quadro 2 e na Tabela 15, do estudo de Brasil (2019). Também constata-se que a região Norte está na segunda posição no quantitativo de notificações de adolescentes vítimas de abuso sexual. Verificando-se a faixa etária (10 e 14 anos), é possível afirmar que a escolaridade das vítimas mais atingidas seja o fundamental incompleto. Essa observação é muito relevante, pois vai ao encontro da análise de resultados no capítulo 4⁸.

⁸ Em especial, o item 4.1: “Conhecendo o perfil dos(as) profissionais de Educação da escola pesquisada”, p. 80.

Tabela 5 – Recorte de características da violência sexual contra adolescentes notificada no Sinan, segundo sexo, Brasil, 2011-2017

Características	Adolescentes (=83.068)					
	Total		Feminino (n=76.716)		Masculino (n=6.344)	
	n	%	N	%	n	%
Local de ocorrência						
Residência	48.363	58,2	45.061	58,7	3.302	52,0
Habitação coletiva	715	0,9	563	0,7	152	2,4
Escola	1.149	1,4	889	1,2	260	4,1
Local de prática esportiva	464	0,6	397	0,5	67	1,1
Bar ou similar	772	0,9	730	1,0	42	0,7
Via pública	11.509	13,9	10.783	14,1	726	11,4
Comércio/serviços	1.050	1,3	936	1,2	114	1,8
Indústrias/construção	339	0,4	323	0,4	16	0,3
Outros	9.256	11,1	8.322	10,8	934	14,7
Ignorado	9.443	11,4	8.712	11,4	731	11,5
Tipo de violência sexual						
Assédio sexual	19.121	19,9	17.363	19,6	1.758	23,2
Estupro	67.523	70,4	62.658	70,9	4.865	64,2
Pornografia infantil	1.884	2,0	1.592	1,8	292	3,9
Exploração sexual	3.427	3,6	3.045	3,4	382	5,0
Outros	3.990	4,2	3.709	4,2	281	3,7

Fonte: Brasil (2018)

Segundo a análise das características da violência sexual contra adolescentes, 48.363 (58,2%) casos ocorreram na residência e 11.509 (13,9%), em via pública. Das notificações de tipo de violência sexual, 67.523 (70,4%) foram de estupro. Um aspecto preocupante é o quantitativo elevado, que revela a violência sexual de gênero, envolvendo 76.716 registros de vítimas do sexo feminino (confira-se a Tabela 5).

A avaliação das notificações de violência sexual contra adolescentes do sexo feminino mostrou que os principais locais de ocorrência foram a residência e a via pública, respectivamente 45.061(58,7%) e 10.783 (14,1%). Entre os casos, 62.658 (70,9%) foram

notificados como estupro (os casos de forma mais grave ocorreram entre as adolescentes) (confira-se a Tabela 5).

Corroborando Brasil (2018), acerca das manifestações da violência sexual supracitadas, evoco as minhas memórias *in loco*, da universidade, durante o período de estágio-docência em Tefé (nos meses de julho a outubro de 2022), envolvendo os relatos de graduandos(as), especificamente as graduandas do Curso de Licenciatura em Física do CEST/UEA, quando elas citaram que o assédio sexual era muito presente na universidade e que elas sofriam com esse tipo de violência sexual. Nesse sentido, compreende-se que o *assédio sexual* se caracteriza como um tipo de violência sexual e será tratado dessa forma neste estudo.

Tabela 6 – Recorte de características do provável autor da violência sexual contra adolescentes notificada no Sinan, segundo sexo, Brasil, 2011-2017

Características	Adolescente (=83,068)					
	Total		Feminino		Masculino	
	n	%	n	%	n	%
Masculino	76.742	92,4	71.224	92,8	5.518	87,0
Feminino	1.227	1,5	1.021	1,3	206	3,2
Ambos os sexos	1.961	2,4	1.773	2,3	188	3,0
Ignorado	3.130	3,8	2.698	3,5	432	6,8
Vínculo do autor com a vítima						
Familiares	17.932	21,3	16.723	21,5	1.209	19,1
Parceiros íntimos	14.389	17,1	14.299	18,4	90	1,4
Amigos/conhecidos	23.049	27,4	20.456	26,3	2.593	41,0
Desconhecidos	18.346	21,8	17.174	22,1	1.172	18,5
Outros	10.372	12,3	9.117	11,7	1.255	19,9

Fonte: Brasil (2018)

Na avaliação das características do provável autor da violência sexual, em 76.742 (92,4%) registros, o agressor era do sexo masculino e 32.321 (38,4%) tinham vínculo familiar com a vítima – 17.932 (21,3%) e 14.389 (17,1%), respectivamente, eram familiares e parceiros íntimos, conforme visto na Tabela 6.

Destacamos que, entre as vítimas adolescentes do sexo feminino, em 71.224 (92,8%) casos, o agressor era do sexo masculino e 31.022 (39,9%) tinham vínculo intrafamiliar, 16.723 (21,5%) eram familiares e 14.299 (18,4%) eram parceiros íntimos, conforme a Tabela 6.

Em suma, a análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes corrobora outras pesquisas, consolidando o que já está identificado na literatura nacional.

Dando continuidade à compreensão da violência sexual, em seu trabalho, a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH) do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (Brasil, 2019) tem seu protagonismo na proteção contra violações de direitos humanos. Seu papel é assegurar o funcionamento de canais de comunicação e mantê-los acessíveis para o conhecimento das denúncias apresentadas sobre violação de direitos humanos. Nesse sentido, a ONDH tem uma atuação que contribui para preservar garantias individuais, direitos humanos e a concretização de direitos fundamentais.

Ações como denúncias⁹, manifestações e outros atendimentos que são realizadas diariamente se transformam em uma importante fonte de dados, que potencializam o processo de formulação e implementação de políticas públicas nas diferentes esferas de governo – municipal, estadual e federal. Também permite identificar as regiões com maior incidência de violações, o que se torna essencial para o melhor planejamento e o desenho das políticas públicas de proteção a direitos humanos na sociedade brasileira.

Para a amostra das violações ocorridas tanto no quadro geral e em cada grupo que é apresentado no relatório 2019 do Disque 100, adota-se a orientação metodológica de coleta dos dados inseridos no Sistema de Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (Sondha), idêntica para cada perspectiva analisada. As classificações em geral adotadas mantiveram-se as mesmas aplicadas desde 2011 para o registro das violações de direitos humanos no Sondha.

Nessa perspectiva, apresenta-se o Balanço do Disque Direitos Humanos – Disque 100, referente ao ano de 2019, que está organizado em cinco capítulos. Entretanto, para a nossa análise do estudo em tela, sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, aponta-se o terceiro capítulo, intitulado “Crianças e adolescentes”, que aborda os dados relacionados às violações de direitos humanos contra crianças e adolescentes concentrados no grupo vulnerável com maior número de denúncias registradas no âmbito do Disque 100 em 2019, aproximadamente 55% do total, com 86.837 denúncias (14% superior em relação a 2018), conforme a Tabela 7.

⁹ As denúncias registradas diariamente no Disque Direitos Humanos – Disque 100 são um meio que permite apresentar um retrato do fenômeno “violação de direitos humanos” no contexto brasileiro.

Tabela 7 – Quantitativo de denúncias registradas por grupo de violação e tipo de violação comparada entre 2018 e 2019

Grupo de violação	2019	2018	%
Crianças e adolescentes ¹⁰	86.837	76.216	13,9%
Tipo de violação	2019	2018	%
Violência sexual	17.830	17.871	0%

Fonte: Brasil (2019)

A Tabela 7 mostra que a violência sexual manteve estabilidade no ano de 2019. O que pode ser compreendido como queda real do número de registros nestas violações, comparando-se com o resultado de acréscimo geral de denúncias registradas.

Entre as principais violações sofridas por esse grupo são: negligência, violência psicológica, física, sexual, institucional e exploração do trabalho (vide Tabela 8).

Tabela 8 – Tipologia de violações para crianças e adolescentes

Tipo de violação	2019	2018	%
Negligência	62.019	55.375	12%
Violência psicológica	36.304	37.160	-2%
Violência física	33.374	30.962	8%
Violência sexual ¹¹	17.029	17.073	0%
Violência institucional	5.134	4.535	13%
Exploração do trabalho infantil	4.245	3.862	-6%

Fonte: Brasil (2019)

Tabela 9 – Recorte do detalhamento e comparativo de denúncias por estado, da região Norte, 2019 – Violência sexual

ESTADO	2019	2018	%	POPULAÇÃO	TAXA
Pará	3.692	2.839	30,0%	8.602.865	42,9
Amazonas	3.386	2.470	37,1%	4.144.597	81,7
Rondônia	1.110	861	28,9%	1.777.225	62,5

Continua

¹⁰ O conjunto de violações mais representativas em quantidade de denúncias se mantém idêntico ao ano de 2018 (BRASIL, 2019, p. 26).

¹¹ A violência sexual é a quarta violação com maior incidência, com 11% de participação (BRASIL, 2019, p. 57).

Tabela 9 – Conclusão

Tocantins	639	523	22,2%	1.572.866	40,6
Acre	416	379	9,8%	881.935	47,2
Amapá	318	209	52,2%	845.731	37,6
Roraima	309	206	50,0%	605.761	51,0

Fonte: Brasil (2019)

Destacamos os estados do Amapá, Roraima, Pará e Amazonas para a análise do aspecto geográfico. No caso dos estados do Amapá e Roraima (respectivamente, 52,2% e 50%), com pequena população e pequeno número absolutos de casos, o percentual de crescimento pode estar exacerbado. Para os estados do Amazonas (37%) e Pará (30%), com crescimento anual muito alto, isso sugere uma elevação real (confira-se a Tabela 9).

As informações supracitadas vão ao encontro das relativas aos estados de Roraima, Amapá e Amazonas, conforme se observa na Tabela 10.

Tabela 10 – Recorte de distribuição de denúncias, absolutas, variação e taxa por estado para crianças e adolescentes, entre 2018 e 2019, região Norte, Brasil – Violência sexual

Estado	2019	2018	%	Taxa
Pará	2342	1846	-21%	27,2
Amazonas ¹²	2291	1618	-29%	55,3
Rondônia	706	547	-23%	39,7
Tocantins	361	287	-20%	23,0
Acre	209	191	-9%	23,7
Amapá	207	134	-35%	24,5
Roraima	202	124	-39%	33,3

Fonte: Brasil (2019)

Constata-se que os estados de Roraima, Amapá e Amazonas tiveram um maior crescimento de denúncias no Disque Direitos Humanos – Crianças e Adolescentes, respectivamente 62,90%, 54,48% e 41, 59%. Roraima e Amapá são as unidades da federação com menor população e a variação absoluta foi pequena, em termos absolutos, embora o percentual tenha sido elevado. Já com o estado do Amazonas não ocorre o mesmo, porque o estado apresenta um crescimento expressivo e real, como visto na Tabela 10.

¹² A extensão territorial do Amazonas supera os territórios das regiões Sul e Sudeste. Segundo IBGE (2020), é de 1.559.167,878 km². Disponível em: <https://brasilecola.vol.com.br/brasil/amazonas.htm>.

Tabela 11 – Recorte de distribuição de denúncias por estado da região Norte, 2019- Abuso sexual

Crianças e adolescentes	Abuso sexual		
ESTADO	2019	2018	%
Pará	633	523	62%
Amazonas	607	375	21%
Rondônia	185	112	65%
Tocantins	124	82	51%
Roraima	51	25	104%
Acre	53	50	6%
Amapá	67	33	103%

Fonte: Brasil (2019)

As denúncias por tipo de violação – abuso sexual apontam que os estados do Pará e Amazonas tiveram crescimento desse tipo de notificação de 2018 para 2019. Contudo, o estado do Amazonas¹³ registrou um aumento muito alto, ressaltando-se que se trata do estado de maior extensão territorial da região Norte, no Brasil.

Tabela 12 – Demonstrativo de denúncias do estado do Amazonas – 2019

Recorte da Tabela 9					
Estado	2019	2018	%	População	Taxa
Amazonas	3.386	2.470	37,1%	4.144.597	81%

Recorte da Tabela 10				
ESTADO	2019	2018	%	Taxa
Amazonas	2.291	1.618	29%	55,3

Recorte da Tabela 11			
Crianças e adolescentes		Abuso sexual	
Estado	2019	2018	%
Amazonas	607	375	21%

Fonte: Brasil (2019)

Para melhor compreensão da análise do tipo de violação – violência sexual, organizou-se, conforme a Tabela 12, o recorte do estado do Amazonas, por meio do detalhamento de denúncias por estado das Tabelas de Denúncias Globais do Disque Direitos Humanos (capítulo

¹³ Por ser o cenário do levantamento no Banco de Teses e Dissertações do portal Capes. Ver no capítulo 2, “Estado da arte e revisão bibliográfica”.

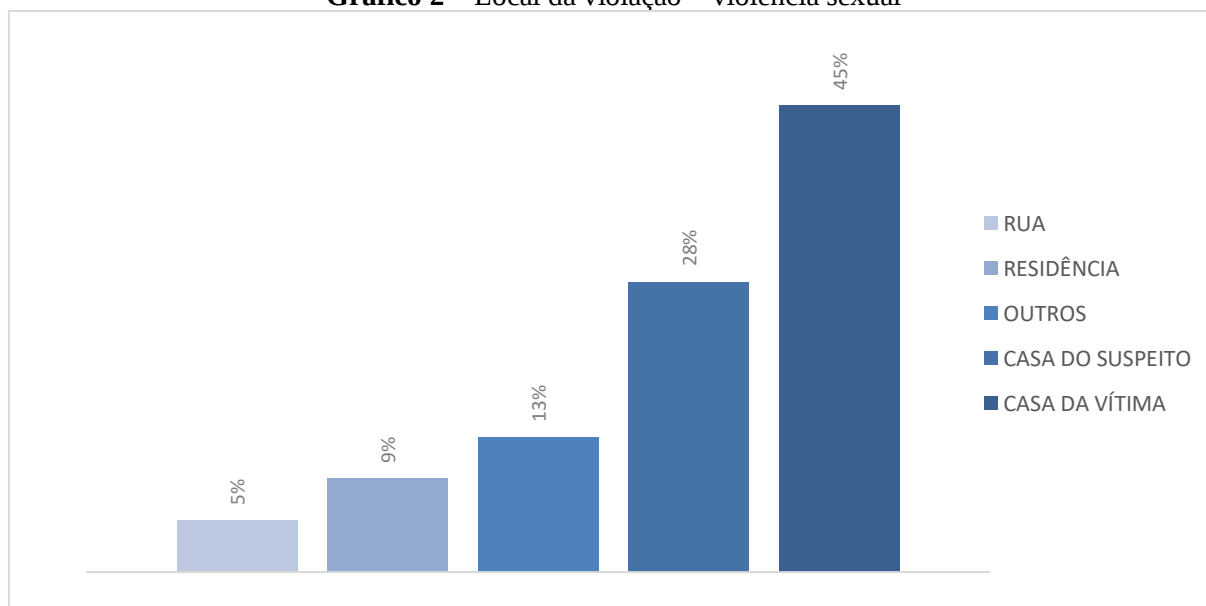
2), seguido do grupo vulnerável intitulado Crianças e Adolescentes (capítulo 3) e por tipo de violação – abuso sexual (no subitem, capítulo 3), respectivamente (BRASIL, 2019, p. 35; p. 50 e p. 61).

Nesse sentido, a análise foi se afinando e concluiu-se que o Amazonas, na região Norte, é o estado com crescimento mais alto em casos de violação em crianças e adolescentes. Os dados analisados revelaram a presença da violência sexual no Brasil e em nossa vida diária.

Por essa análise, evidencia-se a necessidade de aproximar esses dados do estudo do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes e ampliá-lo para as pesquisas de pós-graduação, diálogos ou em debates nos espaços onde haja possibilidades de compartilhar conceitos.

Para compreendermos a especificidade da violência sexual contra crianças e adolescentes, apresenta-se a análise da violação “Violência Sexual”, sobre a qual extraímos dados da referência Brasil (2019, p. 57-64) para o nosso recorte da temática em tela. Assim, consideramos duas características – a primeira, referente à maior incidência, e a segunda compreendendo uma composição que leva em conta local de violação, suspeito, sexo, faixa etária e escolaridade da vítima – para configurar essa violência.

Gráfico 2 – Local da violação – violência sexual



Fonte: Brasil (2019)

Na maioria dos casos, a violência sexual é cometida na casa da própria vítima ou do suspeito, respectivamente 45% ou 28% (vide o Gráfico 2).

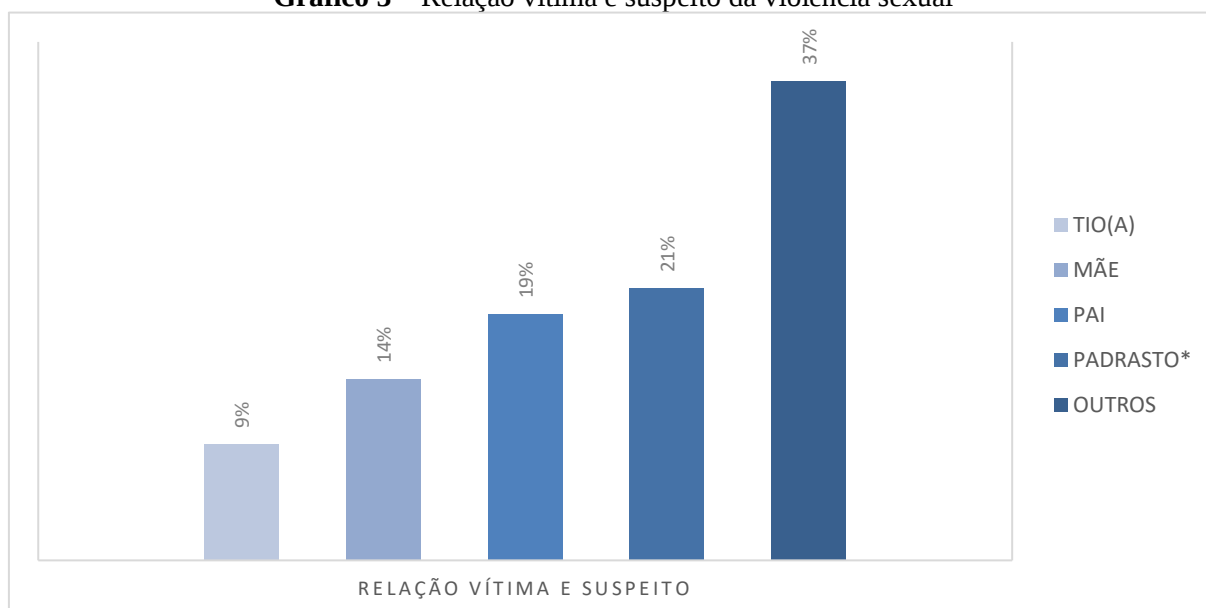
Tabela 13 – Recorte de denúncias por local do tipo de violação – abuso sexual

Crianças e adolescentes	Abuso sexual		
	2019	2018	%
Casa da vítima	7.103	5.696	25%
Casa do suspeito	4.327	4.050	7%
Escola	456	389	17%
Igreja	47	34	38%

Fonte: Brasil (2019)

No que tange ao local da violação do tipo de violação – abuso sexual, identifica-se um quantitativo alto de ocorrências na casa da vítima, de 2018 para 2019, conforme se observa na Tabela 13. Também sobre o local da violação – violência sexual, confira-se o Gráfico 2.

Avaliando como um ponto de atenção a localidade e a idade das vítimas, organizaram-se os dados tendo como base a tabela de denúncias por local do tipo de violação. Ao analisar esses dados, constatou-se a importância de fazer o recorte para quatro locais da violação – abuso sexual (Tabela 13), pois sabe-se que, mesmo sob a observação de um(a) adulto(a), faz-se necessária a importância do diálogo sobre esse tema com as crianças nos seus primeiros anos de vida, assim como com os(as) adolescentes.

Gráfico 3 – Relação vítima e suspeito da violência sexual

Fonte: Brasil (2019)

Na violência sexual, “O suspeito é do sexo masculino em 87% dos registros [...]” e, na maior parte dos casos, é apontado como pai ou padrasto (BRASIL, 2019, p. 60). Cabe destacar

que os dados revelam a violência de gênero caracterizada pelo sexo masculino (pai e padrasto), respectivamente 19% e 21% (vide Gráfico 3).

A maioria dos casos de violência sexual e do tipo de violação – abuso sexual é praticada por pessoas próximas ao convívio familiar (mãe, pai ou padrasto, tio(a), avô) (observem-se o Gráfico 3 e a Tabela 14). Nesse sentido, esses dados são condizentes com a informação da localidade das ocorrências, respectivamente violência sexual e abuso sexual (confirmam-se o Gráfico 2 e a Tabela 13).

Tabela 14 – Recorte de distribuição da relação vítima e suspeito por tipo de violação – abuso sexual
Crianças e adolescentes – abuso sexual

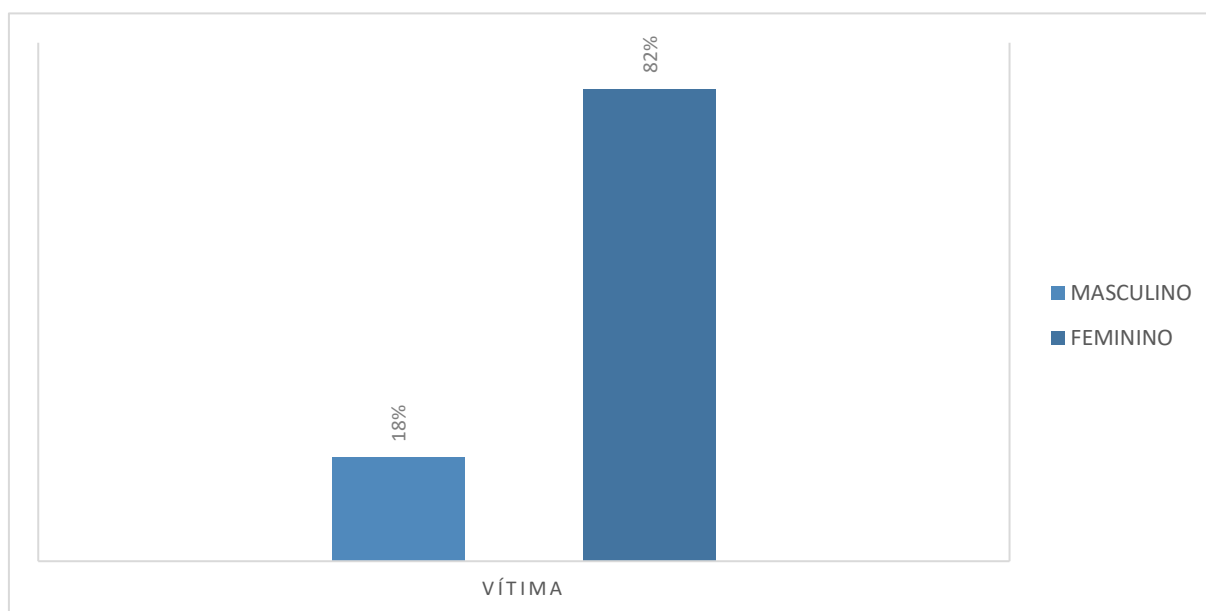
Relação suspeito e vítima	2019	2018	%
Padrasto	3.092	2.599	19%
Pai	2.886	2.735	6%
Tio	1.307	1.084	21%
Avô	642	523	23%

Fonte: Brasil (2019)

Pela sequência dos suspeitos (padrasto e pai) na distribuição da relação vítima e suspeito por tipo de violação – abuso sexual, percebe-se que ela vai ao encontro da representação pai e padrasto, conforme visto no Gráfico 3, pelo fato de ambos serem os dois suspeitos mais denunciados no Disque Direitos Humanos – Crianças e Adolescentes. Assim, constatou-se, por meio desta distribuição, que uma das violações mais sofridas pelo grupo de crianças e adolescentes se consolida na prática de *abuso sexual intrafamiliar*.¹⁴ Essa análise me direcionou no registro das narrativas orais dos(as) alunos(as) quando estava *in loco* na escola,¹⁵ na cidade de Tefé.

¹⁴ O abuso sexual intrafamiliar ou abuso sexual doméstico é utilizado por alguns autores para definir o incesto e é “caracterizado pela estimulação sexual intencional por parte de algum dos membros do grupo que possui um vínculo parental pelo qual lhe é proibido o matrimônio” (COHEN, 2009, p. 224).

¹⁵ Cf. o item “Os saberes temporais e os saberes personalizados”, p. 22.

Gráfico 4 – Sexo da vítima da violência sexual

Fonte: Brasil (2019)

Nos casos de violência sexual, a vítima é, majoritariamente, do sexo feminino – 82% do total –, conforme verifica-se no Gráfico 4.

Quadro 2 – Recorte de faixa etária da vítima por sexo da violência sexual

Sexo	Fase	%
Feminino	Nascituro	54%
	Recém-nascido (1 mês)	
	Criança (0 a 3 anos)	
	Criança (4 a 7 anos)	
	Criança (8 a 11)	
	Adolescente (12 a 14 anos)	46%
	Adolescente (15 a 17 anos)	

Fonte: Brasil (2019)

Em relação à faixa etária das vítimas de violência sexual, nota-se que há amplo agrupamento na fase adolescência (12 a 17 anos)¹⁶, de sexo feminino, alcançando 46% das denúncias recebidas, conforme visto no Quadro 2.

¹⁶ A legislação brasileira considera adolescente nessa faixa etária.

Tabela 15 – Recorte de faixa etária da vítima por sexo – abuso sexual

Abuso sexual						
Crianças e adolescentes	Masculino			Feminino		
Faixa etária	2019	2018	%	2019	2018	%
0 a 3 anos	360	397	-9%	902	836	8%
4 a 7 anos	928	902	3%	1964	1831	7%
8 a 11 anos	776	745	4%	2970	2562	16%
12 a 14 anos	522	557	-6%	4539	4094	11%
15 a 17 anos	407	355	15%	3068	2428	26%

Fonte: Brasil (2019)

Conforme a Tabela 15, que mostra a faixa etária da vítima por sexo, violação – abuso sexual, o maior registro de denúncias é em relação ao sexo feminino. Especificamente, há um amplo crescimento entre as vítimas do sexo feminino e adolescente de 12 a 17 anos, indo ao encontro do agrupamento de adolescentes do sexo feminino que se encontra no Quadro 2.

Tabela 16 – Recorte de escolaridade da vítima de abuso sexual

Crianças e adolescentes	Abuso sexual		
Escolaridade	2019	2018	%
Ensino Fundamental ¹⁷ completo	46	77	-40%
Ensino Fundamental incompleto	3405	3355	1%
Ensino Médio completo	28	39	-28%
Ensino Médio incompleto	654	577	13%

Fonte: Brasil (2019)

Em se tratando de crianças e adolescentes – abuso sexual, a escolaridade dominante das vítimas é o Ensino Fundamental incompleto, seguido do Ensino Médio incompleto, conforme visto na Tabela 16. É possível uma provável relação entre o nível de escolaridade da vítima e sua idade (7 a 17 anos), conforme visto na Tabela 15.

Em relação à escolaridade da vítima, identifica-se a escola como importante microssistema para apresentar cotidianamente caminhos para orientar os(as) educadores(as) na

¹⁷ Art. 32. O Ensino Fundamental obrigatório, com duração de nove anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão (CARNEIRO, 2018, p. 377).

construção de estratégias e na adoção de atitudes de denúncia que legitimem o papel protetor do(a) professor(a) e da escola.

Portanto, a violência sexual é uma cultura em contexto escolar, porque muitos(as) alunos(as) são vítimas que se sentem seguros(as) para revelar a violência sofrida em casa ou em outros espaços.

O estudo “A invisibilidade da violência sexual no Brasil”, de Samira Bueno (2019), define a violência sexual como qualquer ato sexual ou tentativa de obter ato sexual sem o consentimento da vítima. Que tem uso da força ameaça, chantageia, suborna ou manipula.

Nessa linha de raciocínio, Bueno (2019) compreende o *estupro* como uma modalidade da violência sexual, que se configura num dos atos mais brutais de violência, humilhação e controle sobre o corpo de outro indivíduo, alcançando um percentual alto para vítimas do sexo feminino.

A autora descreve as sequelas que as vítimas apresentam por meio dos efeitos (físico e/ou mental) no período de curto e longo prazos. Dentre os efeitos físicos, lesões nos órgãos genitais, contusões e fraturas, alterações gastrointestinais, infecções do trato reprodutivo, gravidez indesejada e contaminação por doenças sexualmente transmissíveis. No campo psicológico, diversos transtornos como depressão, disfunção sexual, ansiedade, transtornos alimentares, uso de drogas ilícitas, tentativa de suicídio e síndrome de estresse pós-traumático. Esses efeitos podem ser tão ou mais graves que os efeitos físicos.

Este estudo objetiva aprofundar a análise sobre os estupros no Brasil e evidenciar a importância do debate sobre a violência de gênero. Utiliza-se das bases de dados dos microdados registrados como estupro e estupro de vulnerável de todo o Brasil, nos anos de 2017 e 2018, o que permitiu o acesso às ocorrências que chegaram às autoridades policiais acerca da violência sexual.

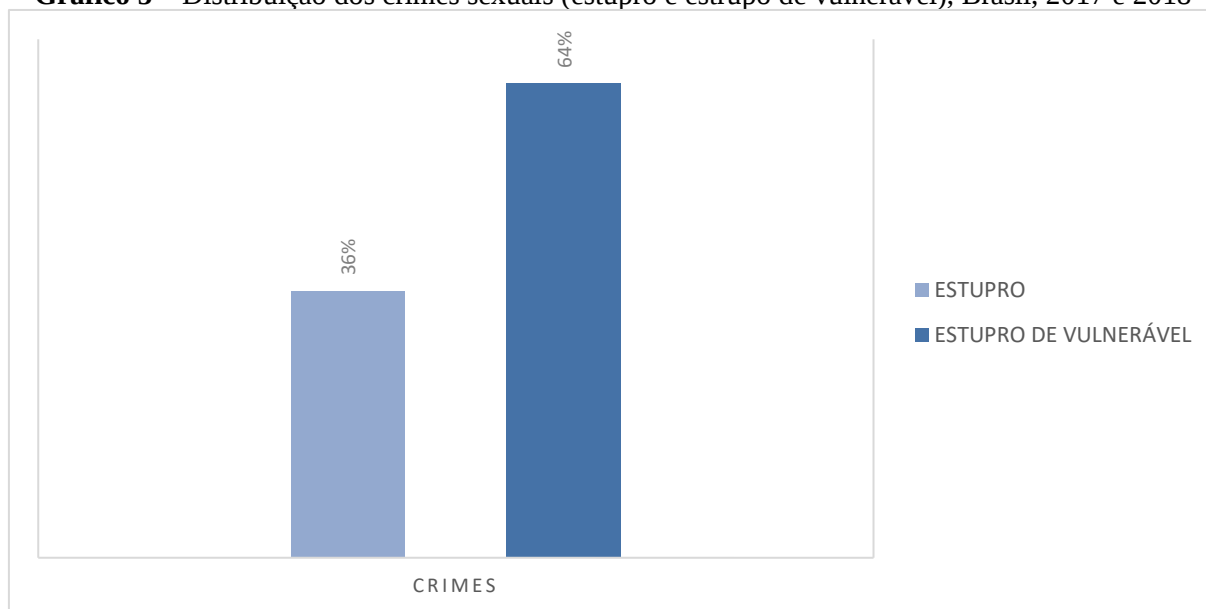
Nesse sentido, este estudo analisa os crimes de violência sexual registrados, que reuniram a somatória de 127.585 ocorrências, e utilizou, na caracterização dos microdados obtidos, as seguintes variáveis: sexo da vítima, idade da vítima, cor da vítima e escolaridade da vítima. Sobre o autor, os dados foram: o sexo, a cor e a idade. Duas variáveis importantes foram ainda as que identificam o vínculo ou a relação entre autor e vítima e o local da violência.

Bueno (2019) afirma ainda que os crimes sexuais têm quantitativo de notificações baixas, não correspondendo ao problema crônico de violência sexual. Contudo, a análise dos casos notificados neste estudo é a realidade de um enorme problema que atinge milhares de pessoas anualmente. Entre os motivos que geram a baixa notificação de crimes sexuais, estão: medo de retaliação por parte do agressor (geralmente conhecido), medo do julgamento a que a vítima

será exposta após a denúncia, descrédito nas instituições de justiça e segurança pública, dentre outros.

Assim, o quantitativo de registros de estupro nas bases de dados das polícias tem, em média, três vezes mais denúncias do que as notificações do Sistema de Notificação de Agravos do Ministério da Saúde, tornando-se fonte confiável para a análise descritiva da vítima e do autor.

Gráfico 5 – Distribuição dos crimes sexuais (estupro e estupro de vulnerável), Brasil, 2017 e 2018



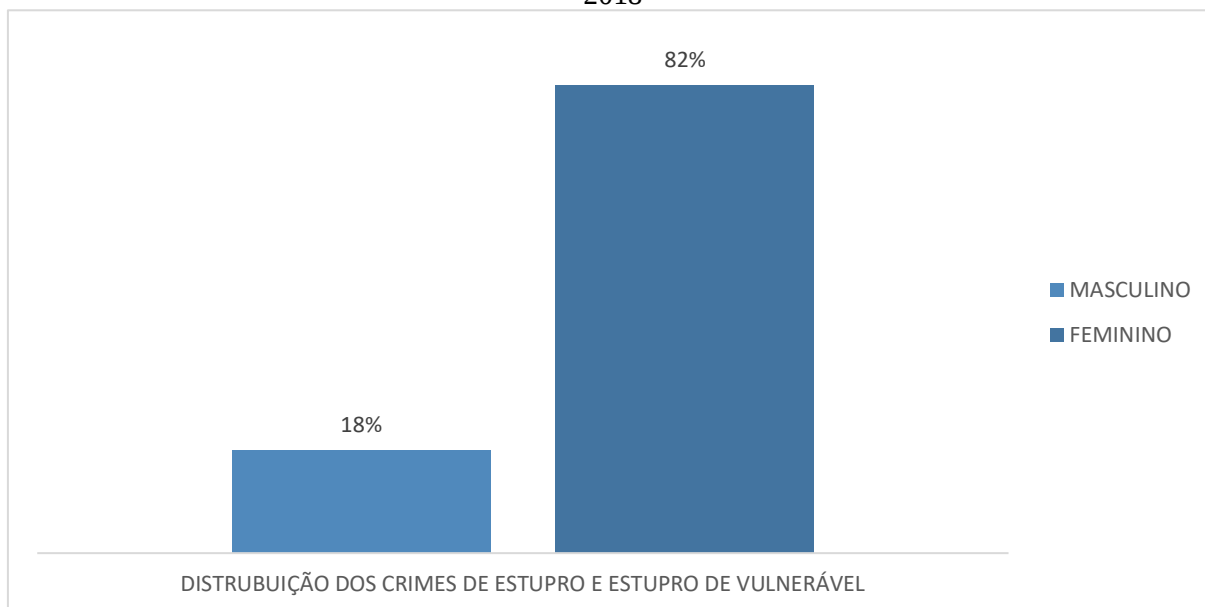
Fonte: Bueno, 2019

Na distribuição dos crimes sexuais de estupro e estupro de vulnerável, 64% se concentram nos casos de estupros de vulnerável e 36% para os casos de estupro (Gráfico 5). O estupro de vulnerável é caracterizado pela legislação penal brasileira, segundo Delmanto (2010, p. 7), como:

Estupro de vulnerável Art. 217 – A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos. § 1º Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no caput com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência.

A terminologia estupro de vulnerável compreende o ato com menores até os 14 anos. Também contempla os casos envolvendo pessoas que apresentam histórico de insanidade. A pena se aplica para ambos os atos.

Gráfico 6 – Distribuição dos crimes de estupro e estupro de vulnerável segundo sexo, Brasil, 2017 e 2018



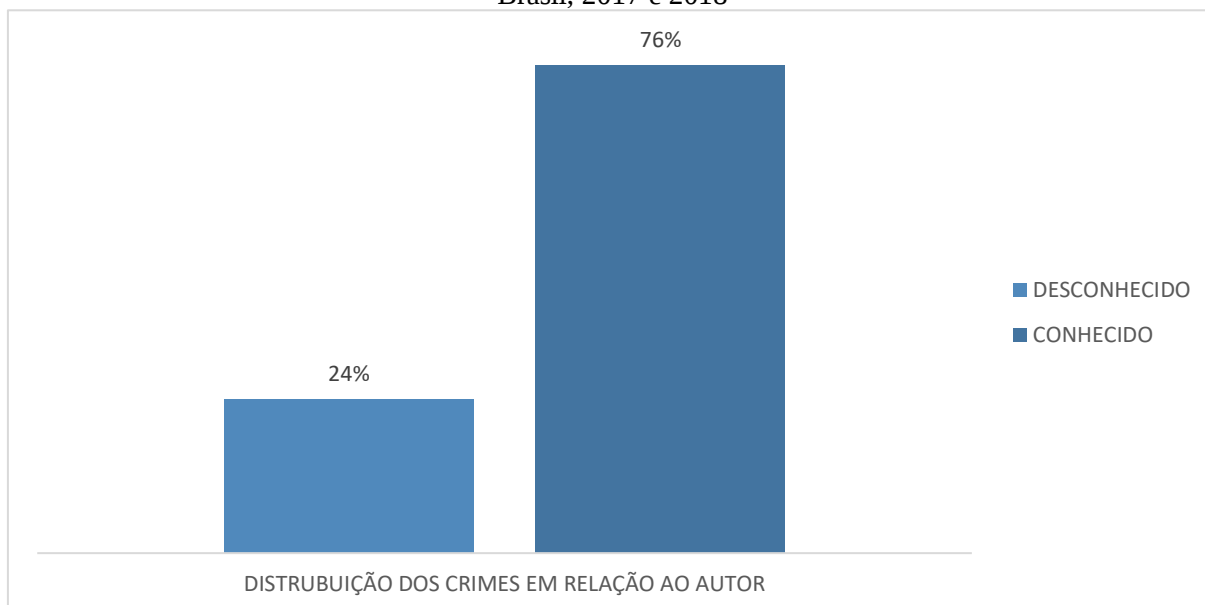
Fonte: Bueno, 2019

Observa-se, na análise de distribuição dos crimes de estupro e estupro de vulnerável dos anos de 2017 e 2018, que 82% das notificações são vítimas do sexo feminino, e evidencia-se uma desigualdade de gênero, que configura a estrutura de hierarquia entre os sexos (homem e mulher), como uma das raízes da violência sexual, conforme visto no Gráfico 6.

Destacamos, na análise de vítimas de estupro e estupro de vulnerável são de sexo feminino, conforme Gráfico 6. Logo, o principal grupo de vitimização por faixa de idade são meninas: 26,8% tinham 9 anos e 53,6% das vítimas tinham, no máximo, 13 anos (idade considerada para estupro de vulnerável). Aplicando-se a análise para a faixa etária até 17 anos, temos 71,8% de ocorrências de estupro para essa faixa etária.

Observa-se que o grupo principal de vítimas são as meninas de 9 e 13 anos, respectivamente 26,8% e 53,6%, em consonância com os estudos para análise do tipo de violação – violência sexual e abuso sexual (BRASIL, 2019 – Quadro 2; BRASIL, 2019 – Tabela 15, e BRASIL, 2018 – Tabela 4) (vide, respectivamente, o Quadro 2, a Tabela 15 e a Tabela 4).

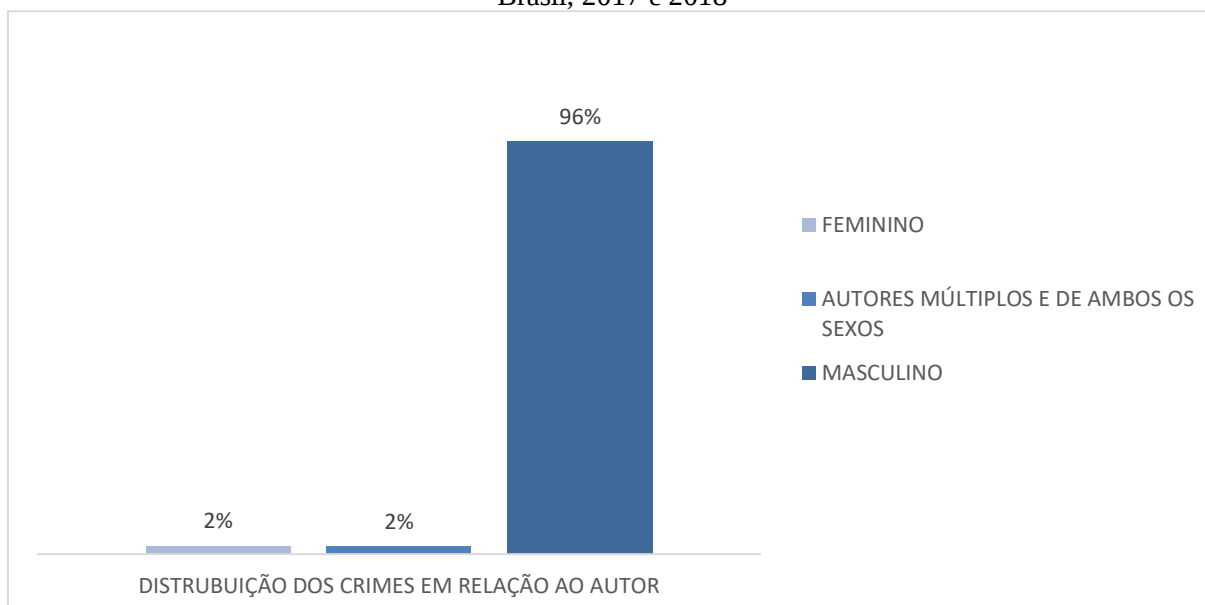
Gráfico 7 – Distribuição dos crimes de estupro e estupro de vulnerável, segundo relação com o autor, Brasil, 2017 e 2018



Fonte: Bueno, 2019

Com relação à distribuição dos crimes de estupro e estupro de vulnerável segundo a relação com o autor, 76% dos casos concentram-se em vítimas que tinham algum tipo de vínculo intrafamiliar (parentes, companheiros, amigos) com o agressor, conforme visto no Gráfico 7. Essa característica sobre o autor conhecido, adicionada à faixa etária (menos de 13 anos) da maioria das vítimas do crime sexual – estupro, mostra a dimensão do desafio no enfrentamento desse crime no Brasil.

Gráfico 8 – Distribuição dos crimes de estupro e de estupro de vulnerável, segundo sexo do autor, Brasil, 2017 e 2018



Fonte: Bueno (2019).

Pela análise de distribuição dos crimes de estupro e de estupro de vulnerável, segundo o sexo do autor, 96% concentram-se no sexo masculino (Gráfico 8).

Constatamos, por meio da literatura, que a maior parte dos autores, agressores e abusadores tem acesso ao local da casa da vítima ou reside na mesma localidade. Nesse sentido, encontramos mais outra característica em relação ao autor da vítima, corroborando os estudos que foram citados no decorrer desta pesquisa.

Em suma, Bueno (2019) propõe que os crimes sexuais – os estupros – e as demais violências sexuais se constituam em um tema central nas agendas da esfera nacional e estadual de políticas de segurança pública.

Jane Felipe (2006), em seu artigo “Afiml, quem é mesmo o pedófilo?”, nos convida a refletir sobre alguns aspectos pertinentes ao debate contemporâneo em torno das novas modalidades de experimentação dos desejos erótico-sexuais, tecendo comentários acerca do tema pedofilia/pedófilo que vão ao encontro dos estudos anteriores mencionados neste capítulo.

Quando se destaca a “pedofilia” e o “pedófilo”, compreende-se que é uma modalidade de violência/abuso sexual¹⁸. As análises descritivas (perfil das vítimas, caracterização dos autores, dos agressores e dos abusadores) se correlacionam com a descrição do autor do evento, citado pela autora Felipe (2006), em especial, o estudo de Brasil (2018)¹⁹, quando este apresenta, entre os tipos de violência sexual: *assédio sexual, estupro, pornografia infantil, exploração sexual* e outros.

O termo pedofilia tem sua origem no grego antigo (*paidophilos*: pais = crianças e *phileo* = amar), indicando, inicialmente, alguém (adulto) que ama/gosta de crianças. Atualmente, no entanto, seu significado se aplica à perversão de uma pessoa adulta que tem atração sexual pela criança que não atingiu a puberdade ou está em fase inicial da puberdade. A *pedofilia* é considerada um transtorno sexual, classificada como parafilia (para = desvio; filia = aquilo para que a pessoa é atraída) e como perversão sexual, segundo o Catálogo Internacional de Doenças (CID).

¹⁸ Jane Felipe (2006) explica: “Usarei sempre a expressão violência/abuso sexual e não simplesmente abuso sexual, posto que a palavra abuso supõe que, em alguma medida, é possível fazer uso de alguma coisa. Como no caso do álcool, que tem seu uso permitido, mas se o sujeito abusa, é porque extrapolou de sua cota, passando dos limites aceitáveis para o convívio social. No caso do termo corrente ‘abuso sexual’, me causa um certo desconforto, pois ele dá a impressão de que algum uso desse corpo infantil é aceitável, permitido. Portanto, utilizarei sempre a expressão violência/abuso sexual para enfatizar o primeiro termo, ou seja, abuso remete à violência, mesmo que tenha sido praticado de forma sedutora. O que está em jogo aqui, fundamentalmente, é a desigualdade de poder entre adultos e crianças”.

¹⁹ Tabela 2, da p. 35.

Entre as características mais comuns do perfil de pedófilos, estão: sexo masculino, casado, faixa etária acima de 35 anos, parente da vítima (pai, tio ou avô), nível socioeconômico médio e alto. A maioria exerce atividades profissionais que a aproxima das suas vítimas. Um ponto que assusta e choca, avaliado neste estudo, é que os pedófilos não costumam reconhecer o crime que cometeram contra a vítima.

Um outro aspecto que, para mim, enquanto estudiosa da temática em tela, considero imprescindível, é o conceito de *pedofilização*, e como a autora Felipe (2006) o utilizou para apontar as contradições existentes na atualidade da sociedade brasileira. Nesse sentido, Felipe (2006, p. 216), enfatiza:

[...] que busca criar leis e sistemas de proteção à infância e adolescência contra a violência/abuso sexual, mas ao mesmo tempo legitima determinadas práticas sociais contemporâneas, seja através da mídia – publicidade, novelas, programas humorísticos –, seja por intermédio de músicas, filmes, etc., onde os corpos infanto-juvenis são acionados de forma extremamente sedutora.

Em outras palavras e, nessa perspectiva de pensamento, Felipe (2006) exemplifica, por meio da letra da música intitulada “E Por que Não?”,²⁰ o conceito supracitado, no campo da música, que é um dos instrumentos mais importantes que vêm veiculando e ampliando a espetacularização da sexualidade significativamente.

Eis a letra:

Eu estou amando
A minha menina
E como eu adoro
Suas pernas fininhas
Eu estou cantando
Pra minha menina
Pra ver se eu convenço
Ela entrar na minha
E por que não?
Teu sangue é igual ao meu
Teu nome fui eu quem deu
Te conheço desde que nasceu
E por que não?
Eu estou adorando
Ver a minha menina
Com algumas colegas
Dela da escolinha
Eu estou apaixonado
Pela minha menina
Ouve o jeito que ela fala
Olha o jeito que ela caminha.
E por que não?

²⁰ A música foi duramente criticada por incentivar o incesto, a pedofilia, fazendo com que os seus autores mudassem a letra para “Teu sangue **não** é igual ao meu, o teu nome **não** fui eu quem deu” (FELIPE, 2006, p. 219, grifo da autora).

Teu sangue é igual ao meu
 Teu nome fui eu quem deu
 Te conheço desde que nasceu
 E por que não?
 (Carlinhos Carneiro e Rossato, 2005)

O que se pode entender a partir dessa letra de música, citada no estudo de Felipe (2006), é que há uma correlação dela com a pedofilia. Assim, Landini (2011) infere que “[...] a pedofilia não é regulamentada pelos instrumentos legais – o que é proibido são, muitas vezes, os atos decorrentes da pedofilia, por exemplo, a pornografia envolvendo crianças ou adolescentes” (LANDINI, 2011, p. 82).

Outra contribuição sobre a temática é da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil (SDH/PR, 2015), a respeito dos homens que estão enquadrados como os principais perpetradores da violência sexual contra crianças, assim como as meninas são as vítimas preferenciais.²¹

Ao compreender as diversas definições a respeito de violência sexual, a caracterização de cada modalidade, as formas, as características descritivas dos perfis vítima-autor, entre outros, percebe-se que a violência sexual, mais do que um evento doloroso e traumático, representa uma violência generalizada. Além de afetar vários aspectos da vida da criança e do adolescente, ela pode se espalhar e até reverberar na forma como suas vítimas veem o mundo.

A forma de compreender, analisar e/ou enfocar determinados aspectos em detrimento de outros revela os diferentes discursos sobre a temática e as suas possíveis implicações. No caso de colocar o enfoque da análise sobre a patologia do indivíduo, nesse processo de significação, podem-se invisibilizar os mecanismos sociais que produzem e legitimam a ocorrência da violência sexual contra crianças. Por outro lado, se o foco se restringir ao desenvolvimento cognitivo da criança, que a impossibilita de consentir, corre-se o risco de negligenciar a discussão sobre a cultura adultocêntrica²² que a coloca continuamente em situação de vulnerabilidade.

Para Landini (2011), da maneira como a violência sexual contra crianças e adolescentes é entendida, podem-se reproduzir estereótipos dos(as) envolvidos(as) na situação de violência, restringindo a reflexão sobre o assunto, bem como dificultando a compreensão desse fenômeno em sua complexidade e, conseqüentemente, a elaboração de propostas para o seu enfrentamento. Ao considerar que a violência sexual contra crianças tem o aspecto “sexual”

²¹ Todavia, há uma subnotificação da violência sexual contra meninos, porque algumas famílias não fazem a denúncia, na medida em que elas temem relacionar seus filhos vítimas desse tipo de violência à homossexualidade.

²² Segundo Cavalcante (2021, p. 198), “[...] podemos definir o adultocentrismo como um processo que invisibiliza crianças e adolescentes enquanto sujeitos históricos de lutas e transformações sociais”.

intrínseco, a compreensão dessa violência se entrelaça às construções das dimensões da sexualidade e de gênero.

Ainda nessa perspectiva, Louro (2011, p. 64) explica que “A sexualidade diz respeito aos arranjos, jogos e parcerias que inventamos para pôr em prática esses desejos, assim, envolvem corpos, linguagens, gestos, rituais que, efetivamente, são produzidos, marcados e feitos na cultura”. E, a respeito do gênero, Scott (1995, p. 86) conceitua: “[...] uma categoria analítica, um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, bem como uma forma primária de dar significado às relações de poder”.

Weeks Jeffrey (1998), por sua vez, enfatiza que, na construção social da sexualidade, há uma ampla identificação da diversidade social, levando-se em conta fatores como formas, crenças, ideologias e condutas sexuais. Segundo ele, a sexualidade tem uma história ou, mais realisticamente, muitas histórias. Cada uma delas deve ser compreendida em sua própria singularidade e como parte de um esquema entrelaçado.

De maneira que compreendemos os conceitos de sexualidade e gênero, o fato de que o investimento social na masculinidade hegemônica e na feminilidade idealizada produz normas para o ser homem e o ser mulher, naturalizando as expressões *agressividade-homens*, bem como de *docilidade-mulheres*, cria assimetrias de poder. Nesse sentido, essas construções de gênero estão relacionadas com a violência sexual contra crianças e adolescentes, justificando uma certa permissão aos homens em fazer uso do corpo de meninas, também como a invisibilidade das situações de violência sexual contra meninos ou das violências cujas autoras são mulheres.

Seguindo essa linha de pensamento, o estudo de Spaziani (2017) evidencia que a perspectiva de gênero se insere parcialmente nas produções científicas, que a maior parte dessas produções encontradas articula as dimensões do gênero nos estudos da violência sexual contra crianças, analisando o fenômeno da violência sexual, pela categoria “idade”, e não o gênero como uma categoria analítica.

Portanto, enfatiza-se que essas evidências encontradas na investigação de Spaziani (2017) têm forte relevância social, apontando para a importância de produzir mais pesquisas sobre a violência sexual contra crianças na área da Educação. Em consonância com a autora, os estudos citados neste trabalho revelaram a importância de se aproximar do conceito de gênero, para ampliar o olhar sobre o fenômeno da violência sexual que está muito presente no cotidiano atual no Brasil e em todo o mundo.

Nessa perspectiva, apresentam-se os dados registrados no Brasil, da violência sexual – *estupro*, contidos no *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, 2018-2022, no âmbito do Brasil

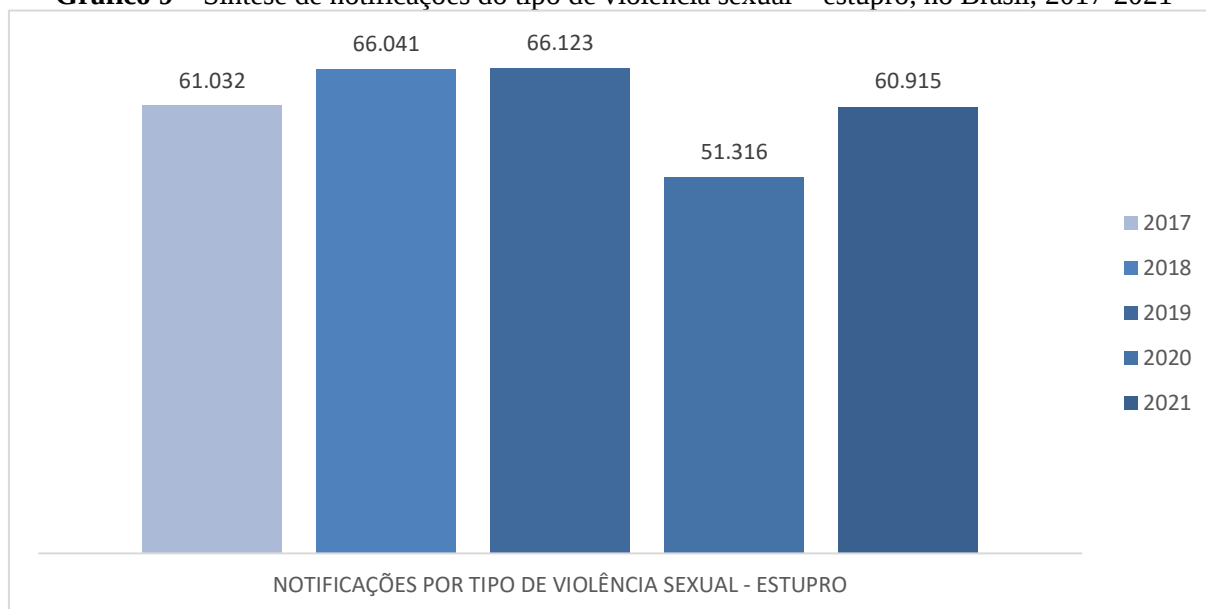
e do Amazonas, assim como a estatística da violação – *violência sexual*, a partir dos dados registrados no Conselho Tutelar de Tefé, de 2017 a 2021.

1.2 ANÁLISES DOS GRÁFICOS DE ESTATÍSTICAS DO TIPO DE VIOLAÇÃO – ESTUPRO, NO BRASIL, EXPRESSOS NO ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2018-2022

A fonte pesquisada para evidenciar a urgência da necessidade de atenção à temática violência sexual e dar visibilidade a ela no campo da Educação foi o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, em que ficaram registrados, no ano de 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021, respectivamente, os quantitativos de 61.032; 66.041; 66.123; 51.316 e 60.915 casos de violência sexual, especificamente o *estupro*.

Destaca-se o estupro como o crime mais cometido contra crianças e adolescentes no Brasil, especificamente no ano de 2021. Segundo o FBSP (2022), os dados de 2021 revelam um aumento bem significativo desse tipo de violência, se comparado a 2020, ano do início da pandemia de Covid-19 (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Síntese de notificações do tipo de violência sexual – estupro, no Brasil, 2017-2021



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018-2022

Os dados evidenciam que crianças e adolescentes estão entre as principais vítimas de estupro no país e demonstram nas pesquisas que há uma necessidade de os direitos desse público serem resguardados. Assim, é possível afirmar que a violência sexual é uma problemática tão presente no contexto escolar. Portanto, a escola necessita ser um espaço social

de formação dos sujeitos, o qual pode propiciar detecção desse tipo de violência, orientação, encaminhamento e apoio a crianças e adolescentes que sofreram violência sexual.

Vale destacar que esses dados correspondem ao número de vítimas registradas para estupro e tentativa de estupro, respectivamente 61.032, ano 2017, também incluindo estupro de vulnerável. Assim como os dados registrados em 2017, para a estatística do FBSP (2018), não há informação disponível de vítimas por sexo, especificamente o sexo feminino.

Os dados apresentados correspondem ao número de vítimas registradas, em um total de 66.041, em 2018, de vítimas de estupro e tentativa de estupro, incluindo o estupro de vulnerável. Ressalte-se o quantitativo de 53.726 de vítimas mulheres e 7.288 de casos de tentativa de estupro.

Destacam-se os dados de vítimas mulheres, 53.726, que alarmam pelo alto quantitativo e revelam a violência de gênero. E corroboram o estudo do boletim *Análise Epidemiológica da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Brasil, de 2011 a 2017*, especificamente a Tabela 5 do capítulo 1.

Os dados que são informados neste gráfico correspondem ao número total de vítimas de estupro, seja consumado, seja tentado, inclusos nessa categoria os registros de estupro de vulnerável, respectivamente 66.123, ano 2019.

Outro aspecto importante de destacar é o registro somente de vítimas de mulheres, de 55.499. Este quantitativo revela o índice alto da violência de gênero no Brasil, assim como indica aumento significativo em relação a 2018, corroborando a análise de Bueno (2019) e evidenciando o que se observa no Gráfico 6, do capítulo 1.

Observa-se no gráfico, ano 2020, os registros dos casos de estupro e de estupro de vulnerável consumados, respectivamente 12.246 e 39.070. Assim como os dados registrados correspondem de vítimas de tentativa de estupro e vítimas de tentativa de estupro de vulnerável.

Quanto à tentativa de estupro e à tentativa de estupro de vulnerável,

A Lei Federal 12.015/2009 altera a conceituação de ‘estupro’, passando a incluir, além da conjunção carnal, os ‘atos libidinosos’ e ‘atentados violentos ao pudor’. Em razão da alteração, ‘Tentativa de estupro’ passa, portanto, a incluir ‘tentativa de atentado violento ao pudor’ (FBSP, 2021, p. 106).

O quantitativo de casos de estupro de vulnerável revela que as vítimas são crianças e adolescentes. Pois, segundo Delmanto (2010, p. 7), “Estupro de vulnerável Art. 217 – A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos”. É possível afirmar que as vítimas têm escolaridade fundamental incompleta, evidência que corrobora o estudo de Brasil (2019), especificamente a Tabela 16, no capítulo 1.

Observa-se no ano 2021, o quantitativo que corresponde ao número total de vítimas de estupro e de estupro de vulnerável consumados (respectivamente, 14.921 e 45.994). Os dados informados de estupro de vulnerável neste gráfico chamam a atenção, de maneira que é necessário olharmos para a violência sexual como um tema urgente, principalmente na escola. Pois as estatísticas e os estudos neste trabalho e em outras pesquisas revelam que a maioria das vítimas são vulneráveis e mulheres.

Outro aspecto ainda levantado durante esta análise é o reflexo do período da Covid-19, em que as vítimas tiveram que conviver com os seus algozes. Um período bem doloroso, porque crianças e adolescentes sentiram a necessidade de frequentar a escola. Logo, a escola é o espaço de proteção para muitas crianças e adolescentes.

Lembre-se que muitas das vítimas de violência sexual estão no contexto escolar e “[...] possuem muita dificuldade em reconhecer seus sentimentos e falar deles, especialmente seus desejos, sua solidão, sua angústia e suas satisfações” (AZAMBUJA, 2004, p. 124-125). Daí a necessidade de os(as) profissionais da Educação estarem atentos a determinados sinais que os(as) alunos(as) podem apresentar em sala de aula.

A seguir, compartilha-se a análise dos gráficos do tipo de violência sexual – *estupro*, no estado do Amazonas, 2017-2021.

1.3 ANÁLISES DOS GRÁFICOS DE ESTATÍSTICAS DO TIPO DE VIOLAÇÃO – ESTUPRO, NO AMAZONAS, EXPRESSOS NO ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2018-2022

Esta análise por meio dos gráficos destaca o contexto amazônico, tendo em vista que a pesquisa de dissertação está situada no Amazonas²³. Foi descrito o recorte (2017, 2018, 2019, 2020 e 2021) da violência sexual no Amazonas, que mostra a seguinte situação, de acordo com o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022: nos anos de 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 ficaram registrados, respectivamente, os quantitativos de 983; 1058; 855; 864 e 753 casos de estupro e de estupro de vulnerável²⁴ (Gráfico 15).

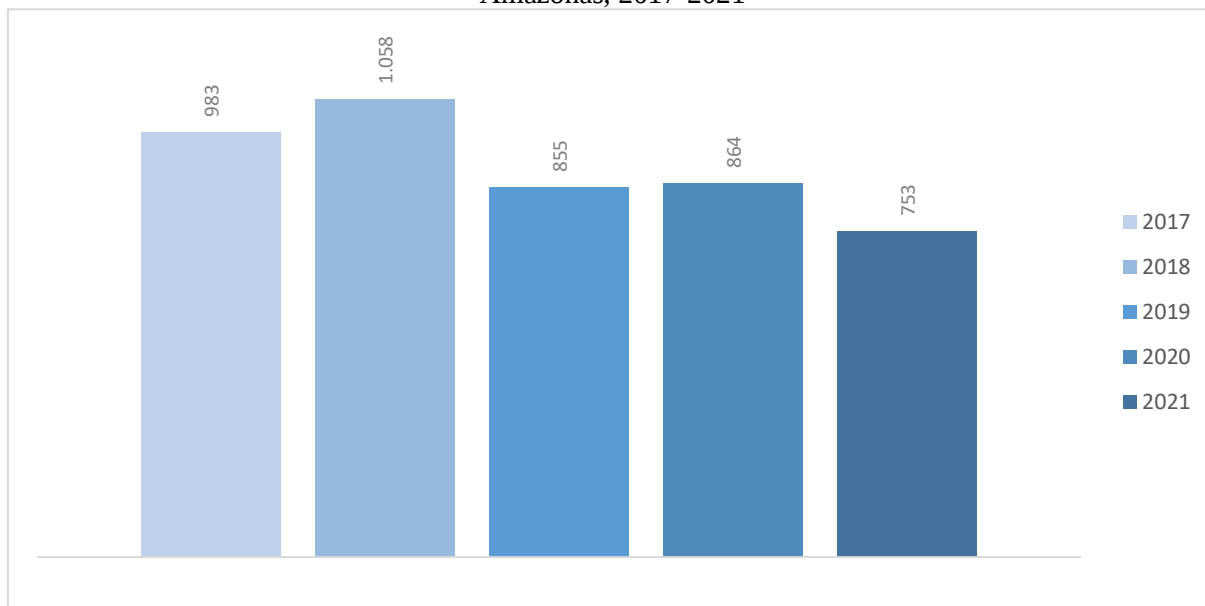
Em 2018, o Amazonas teve destaque em quinto lugar, no Brasil, com maiores índices de reclamações de violações envolvendo crianças e adolescentes. Dentre essas denúncias recebidas em 2018, mais de 17 mil foram de violência sexual. Destas, 13,4 mil foram de *abuso sexual* e 3,6 mil de *exploração sexual*.

²³ Especificamente na cidade de Tefé, no item 1.4. “Dados das denúncias do Conselho Tutelar de Tefé, Amazonas – violência sexual – crianças e adolescentes, 2017 a 2021”, da p. 61.

²⁴ Evidencia-se que crianças e adolescentes estão entre as principais vítimas de estupro no estado do Amazonas.

Quanto ao perfil dos autores das agressões, mais de 70% são parentes, entre eles pais, mães e padrastos, fato que revela que a maior parte desses episódios ocorreu no lar, na casa. Segundo dados de Brasil (2019), o total de denúncias nos últimos anos relacionadas a crianças e adolescentes oscilou: 80,4 mil em 2015, 76,1 mil em 2016, 84 mil em 2017 e 76,2 mil em 2018.

Gráfico 10 – Síntese do quantitativo de notificações do tipo de violência sexual, estupro, no Amazonas, 2017-2021



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018-2022

Observa-se, com relação ao total de dados registrados de estupro no ano de 2021, não uma representação de diminuição, mas entende-se que essa queda do número de registros está relacionada à subnotificação deles, por conta de terem ocorrido em um período em que as pessoas estavam em isolamento social em razão da epidemia do coronavírus. Confira-se o Gráfico 10.

Observa-se no gráfico, os anos 2017, 2018 e 2019 apresentam dados do tipo de violação – *estupro* – no contexto amazonense, que foi incluída a tentativa de estupro (respectivamente 118; 113 e 95). Assim como a violência de gênero, para os anos 2018 e 2019.

Os dados informados neste gráfico, ano 2020 e 2021 correspondem ao número total de vítimas de estupro e estupro de vulnerável consumados, respectivamente 229 e 635; 214 e 539. Relativamente à proporção dos casos de estupro, observa-se que a maioria das vítimas são vulneráveis, ou seja, menores de 14 anos.

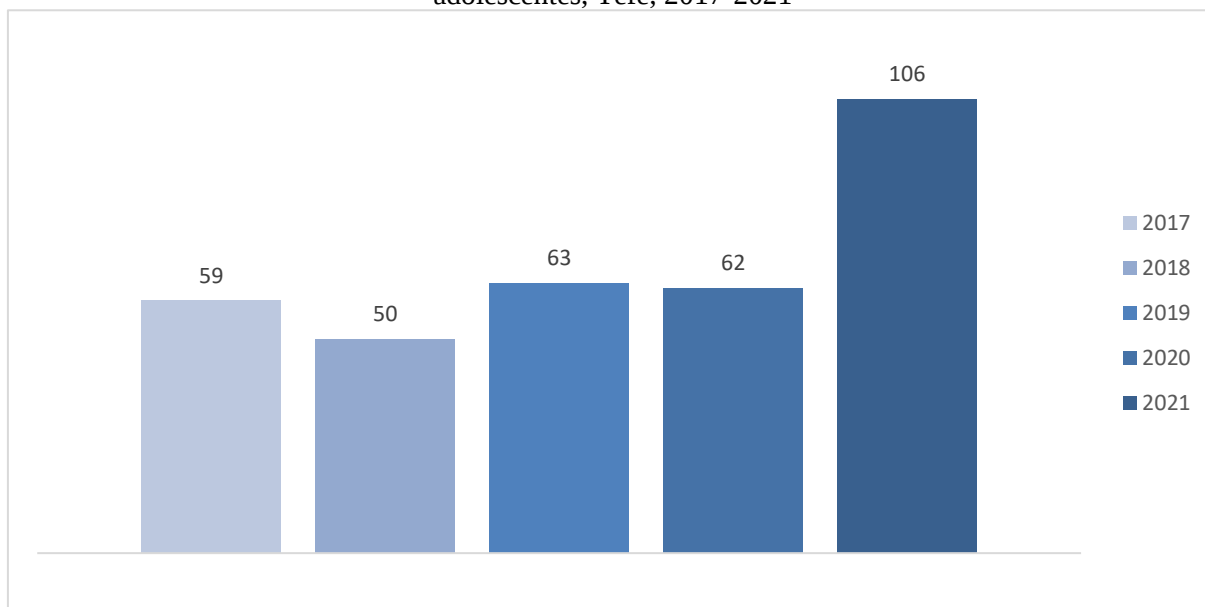
1.4 DADOS DAS DENÚNCIAS DO CONSELHO TUTELAR DE TEFÉ, AMAZONAS – VIOLÊNCIA SEXUAL - CRIANÇAS E ADOLESCENTES, 2017 A 2021

Os relatórios internos²⁵ do Conselho Tutelar de Tefé correspondem ao número de vítimas da violência sexual contra crianças e adolescentes, dos anos de 2017 a 2021. Pode-se inferir, a partir dessa afirmação, que os dados correspondem ao total de vítimas de estupro de vulnerável consumado. E inclui, na maioria, vítimas do sexo feminino.

Esses relatórios internos de violência sexual contra crianças e adolescentes foram o único meio de fonte de pesquisa para fins de acesso ao quantitativo anual, da violência sexual, na cidade de Tefé. Após buscar dados, relatórios, informativos e trabalhos acadêmicos na biblioteca do CEST/UEA, me senti instigada a procurar os relatórios internos no Conselho Tutelar de Tefé.

Toda essa busca nos faz compreender a necessidade e a originalidade do trabalho ora proposto, de modo a associar a violência sexual à violência sexual de gênero na cidade de Tefé-AM.

Gráfico 11 – Síntese do quantitativo de notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes, Tefé, 2017-2021



Fonte: Organizado a partir dos protocolos do Conselho Tutelar de Tefé, 2017 – 2021

Observa-se no gráfico, em relação ao ano de 2021, um crescimento alto desse tipo de violência, comparado aos anos anteriores (2019 e 2020). A explicação para esse quantitativo anual alto é o cenário da pandemia, período em que crianças e adolescentes²⁶ estiveram em

²⁵ Não se trata de relatórios técnicos, são protocolos internos do Conselho Tutelar cedidos à pesquisadora.

²⁶ Infelizmente, crianças e adolescentes foram obrigados(as) (essa é a palavra que encontro para traduzir essa cruel situação) a conviver ainda mais de perto e sem defesa junto com os seus agressores.

convívio com seus agressores, e a escola, o espaço onde este público encontra refúgio, não pôde ser frequentada.

O relatório *Global status report on preventing violence against children 2020*²⁷ alertou sobre o desafio global de enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, no período de pandemia, quando grande parte das escolas do mundo ficou fechada. Essa publicação destacou: “O Brasil esteve entre os países que mantiveram escolas fechadas pelo maior período de tempo e apresenta um cenário problemático no cuidado com suas crianças e adolescentes” (FBSP, 2022, p. 242).

O cenário atípico do ano de 2020 exigiu da sociedade grandes mudanças e adaptações diante da pandemia causada pela Covid-19. Assim como o isolamento social foi uma medida para garantir o direito à vida, também foi um fator marcante para o crescimento de casos de violência sexual intrafamiliar e, por outro lado, influiu na queda das denúncias, por conta da subnotificação, produzindo impacto negativo na vida das vítimas de violência sexual.

Segundo o FBSP (2021, p. 110-111),

Apesar do número elevado de casos no país, a pandemia parece ter contribuído para a redução dos registros de violência sexual, o que não necessariamente significa a redução da incidência. Isto porque os crimes sexuais apresentam altíssima subnotificação (...).

Essa redução de denúncias dos casos de violência sexual ocorreu devido ao fechamento das escolas e de outros locais, em que a criança poderia ter encontrado ajuda fora do seio familiar. Sobre esse pressuposto, a Unicef (2020, p. 1) enfatiza que sem “espaços importantes para a construção de vínculos de confiança com adultos fora de casa, crianças e adolescentes ficaram ainda mais vulneráveis à violência sexual durante a pandemia da COVID-19”.

As medidas de isolamento foram necessárias para superar o período pandêmico, contudo, negligenciaram o olhar para os casos de violência sexual intrafamiliar no mundo, no Brasil, no Amazonas e em Tefé.

O princípio da proteção integral da criança infelizmente foi violado, pois a sociedade e o Estado não efetivaram os meios de controle na pandemia. Logo, compreende-se que a Educação ainda é e pode ser o melhor caminho para construir uma sociedade mais justa e igualitária, que resguarde os direitos da criança e do adolescente integralmente.

Sendo assim, passamos a refletir sobre o fato de que a violência sexual, além de se tratar de um problema de gênero, entre autores/pais e vítimas/filhos (as), é também uma preocupação

²⁷ Disponível em: <https://www.unicef.org/reports/global-status-report-preventing-violence-against-children-2020>.

social, legal, psicológica e emocional, pelas consequências graves às vítimas e por se constituir uma infração penal.

A sua complexidade se faz presente por meio da dialogicidade, que é mínima no país, no campo da Educação, na atualidade e no cotidiano. Dentro dessa linha de raciocínio, compartilho o levantamento de trabalhos científicos do Banco de Teses e Dissertações do portal Capes, dos anos 2017-2021, do Amazonas.

CAPÍTULO 2 – ESTADO DA ARTE E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O estado da arte é um método que possibilita o conhecimento de estudos que estão, ou já foram realizados no Brasil e, em alguns casos, no mundo, com temáticas ou linhas de pesquisa iguais ou parecidas entre os(as) pesquisadores(as).

A pesquisa é realizada em determinada área do conhecimento por meio de uma revisão bibliográfica. Quanto a esse respeito, Pádua (2016, p. 139) observa o seguinte: “A revisão de literatura consiste na descrição do que já se conhece sobre o problema que se quer investigar, (...)”.

Silva (2014, p. 348-349) ainda nos informa que:

Essa revisão busca identificar que teorias estão sendo construídas, quais procedimentos de pesquisa são empregados para essa construção, o que não está em discussão e precisa ser trabalhado, que referenciais teóricos se utilizam para embasar as pesquisas e qual sua contribuição científica e social.

Ainda nos reportando ao estado da arte, o(a) pesquisador(a) busca o que existe de mais avançado, mais desenvolvido em termos de produção científica em um determinado campo de conhecimento e que tenha relevância social e científica.

O mapeamento do estado da arte tem consistência, em um determinado período, definido pelo(a) pesquisador(a). Nesse sentido, Silva (2014, p. 349) orienta: “O recorte temporal e espacial nesse método é necessário porque as análises feitas referem-se a concepções e práticas presentes em determinados contextos sociais, políticos, econômicos, culturais etc.”.

Seguindo essa linha de pensamento, apresento uma breve explanação de trabalhos encontrados em busca realizada no Banco de Teses e Dissertações do portal da Capes entre o período 2017-2021 para mapear as produções sobre violência sexual contra crianças e adolescentes no Amazonas. O recorte temporal utilizado foi o período de 2017-2021, que se justifica pelo índice alto e preocupante da violência sexual no Amazonas.

2.1 AS DISSERTAÇÕES ACHADAS

Esse levantamento foi realizado entre outubro e dezembro de 2022 com as palavras-chave “violência sexual, escola, educação”. Dentro das 12 dissertações encontradas²⁸, realizou-se uma leitura parcial nos respectivos resumos dessas dissertações. No entanto, fizemos outro recorte

²⁸ Os trabalhos analisados foram dissertações regionais, sobre violência sexual contra crianças e adolescentes no Amazonas, publicadas entre os anos de 2017 e 2021, porque não foram encontradas teses no portal da Capes que tivessem em seu *corpus* de estudo a correlação entre violência sexual e o estado do Amazonas, na área da Educação.

com relação à área de conhecimento vinculada à Educação no Amazonas e apenas 2 se correlacionaram à temática para atender os objetivos desta investigação.

O critério de inclusão para a seleção das dissertações foram: estudos regionais, na medida em que a violência sexual contra crianças e adolescentes ocorre em diferentes realidades socioculturais; a análise dos dados visou a um panorama contextualizado em relação à realidade amazonense.

Cumpridas essas etapas, organizamos os trabalhos encontrados no Quadro 3.

Quadro 3 – Principais informações das produções analisadas sobre violência sexual contra crianças e adolescentes no Amazonas

Autoria	Título	Local e ano de publicação	Palavras-chave
CACAU, Claudioney Lofiego	Políticas públicas educacionais: análises sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes nos Planos Municipais de Educação da Região Metropolitana de Manaus/AM	PPGE/UFAM, Manaus, 2021	Educação. Violência Sexual. Crianças e Adolescentes. Planos Municipais de Educação. Políticas Públicas.
MATOS, Rosana Trindade de	Violência sexual contra crianças na idade pré-escolar: em foco, a percepção de nove gestoras dos centros municipais de educação infantil da DDZ/Leste II da cidade de Manaus – AM	PPGE/UFAM, Manaus, 2020	Infância. Políticas públicas. Educação infantil. Violência sexual. Abuso sexual infantil.

Fonte: Organizado pela autora (2023)

A seguir, apresento as análises dos trabalhos publicados na Capes. O primeiro é o de Cacao (2021), uma dissertação que teve como objetivo analisar os Planos Municipais de Educação da região metropolitana de Manaus-AM, discutindo se tais documentos contemplam ações de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes. O autor adotou “[...] como suporte teórico e metodológico os Estudos Culturais e o Materialismo Histórico-Dialético” (p. 12).

O autor enfatiza que a contribuição de seu trabalho é para melhorar a compreensão e o conhecimento dos(as) cidadãos e cidadãs, mas sobretudo dos(as) profissionais de Educação do Brasil, “[...]visando à magnitude e celeridade das discussões no espaço escolar, no que se refere à violência sexual contra crianças e contra adolescentes” (p. 115).

O recorte utilizado foi o período 2017-2020, mas o trabalho não traz uma justificativa para explicar a razão de sua escolha. Para realizar a busca no Banco de Teses e Dissertações do portal da Capes, foram utilizados os descritores “‘violência sexual’ and ‘Plano Municipal de Educação’, a fim de que pudéssemos ter acesso a todas as pesquisas²⁹ relacionadas, de fato, com os termos, objetos do nosso trabalho” (p. 17), tendo sido encontrado apenas um trabalho³⁰. Segundo o autor, “Essas descobertas nos indicaram um número muito reduzido de pesquisas realizadas/publicizadas envolvendo a mesma temática desta dissertação, principalmente no contexto da região amazônica” (p. 19).

O trabalho apresenta várias definições de violência sexual por meio de reflexões sobre sua conceituação. “No que tange ao conceito, é notório este tipo de problema social que não se restringe a uma única conceituação nem tampouco às suas manifestações que se evidenciam no convívio entre as pessoas” (p. 56). Assim, traz a seguinte consideração:

Não se tem uma definição única do que é a violência e nem se sabe exatamente suas manifestações no contexto social, havendo muito mais dúvidas do que certezas, segundo a autora, a respeito das manifestações dessa problemática no cenário brasileiro. (p. 56).

Sobre violência sexual, o autor observa como ela está “[...] muito além das nossas próprias convicções e de como esta ‘dinâmica social’ perversa contribui para o convívio em uma sociedade cada vez mais violenta e desigual” (p. 56). Do mesmo modo, as várias definições se conformam à visão teórica de cada autor(a). “Em meio a tantas formas de violência, faremos um recorte nesta pesquisa para abordarmos a violência sexual” (p. 60). O autor traz destaque para a expressão “exploração sexual” para fins de utilização e objetificação de crianças e adolescentes para fins sexuais, visando algo em troca, quase sempre com lucro e barganha material.

O trabalho enfatiza ainda as sequelas psíquicas deixadas nas vítimas da violência sexual, que, no âmbito do estudo, foram abordadas na sua relação com o campo da Educação. “[...] a violência sexual infantil é algo que interfere diretamente no desenvolvimento psicológico da criança, e que por isso acreditamos ser imperiosa a relação dessa com o contexto escolar (...)” (p. 16).

A violência sexual configura-se com o sentido de ato de poder:

²⁹ Contudo, o autor não apresentou em sua dissertação o estado da arte.

³⁰ Dissertação da autora Rosana Trindade de Matos (2020), intitulada *Violência sexual contra crianças na idade pré-escolar: em foco, a percepção de nove gestoras dos Centros Municipais de Educação Infantil da DDZ/LESTE II da cidade de Manaus/AM*.

A violência sexual se caracteriza num sentido mais amplo. Esta vai pressupor o abuso do poder pelo qual crianças e adolescentes são usados/as para gratificação sexual de adultos/as, sendo induzidos/as ou forçados/as a práticas sexuais. (p. 67).

As dimensões da sexualidade e de gênero foram expressas por meio da compreensão de que a violência sexual se trata “[...] de uma relação de poder, de autoridade dos homens sobre as mulheres, crianças e adolescentes, como também das mulheres sobre adultos/as, crianças e adolescentes (...)” (p. 73).

O autor considera relevante a proposta de contribuição “[...] na formação educacional/emancipatória das crianças e dos/as adolescentes, tendo a escola como principal espaço de discussão (...)”. Esse esforço colabora para o empoderamento desse público supracitado, “[...] no que tange ao conhecimento dos limites de seus corpos e do alerta a práticas que violem os seus direitos sexuais e que esses podem vir a sofrer em seu convívio social” (p. 115).

Por fim, sobre os planos educacionais, o estudo aborda a não complementação quantos aos objetivos, metas e estratégias de tratamento da temática violência sexual e ações no âmbito escolar. “[...]suas possíveis ações de enfrentamento no espaço escolar, especificamente [...] excluíram das metas e estratégias expressões como gênero, diversidade sexual, sexualidade e orientação sexual” (p. 91).

O segundo e último trabalho é da autora Matos (2020). Seu objetivo foi analisar como está sendo (ou não) o trabalho de Educação Sexual (ES) sob a percepção das gestoras quanto às questões relacionadas à violência sexual contra crianças no contexto da Educação Infantil, nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) da cidade de Manaus-AM.

Matos (2020) não apresentou em sua dissertação o estado da arte. Contudo, a proposta da autora foi realizar uma busca no Banco de Teses e Dissertações do portal da Capes “[...] com o intuito de mapear o que já foi estudado. Para isso, decidimos pelas pesquisas mais recentes, compreendendo os anos entre 2016 e 2018” (p. 17). Realizada a busca por meio dos descritores “gestora educacional” *and* “violência sexual” *and* “Manaus” (p. 17), a autora enfatizou que “[...] algumas pesquisas apresentadas debatem a violência sexual contra crianças, no entanto, não no município de Manaus-AM (...)” (p. 18).

A autora observa que se sentiu instigada a procurar trabalhos de pós-graduação em outra plataforma, especificamente a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Utilizou os descritores “violência sexual, Manaus, educação” e encontrou “[...] apenas uma dissertação intitulada Significados da violência sexual atribuídos por adolescentes de uma

Escola-abrigo (PROCÓPIO, 2013)”. Nesse sentido, compreende a necessidade e o ineditismo da pesquisa proposta. E conclui que os estudos sobre “[...] a violência sexual, o município de Manaus/AM e os aspectos escolares, de fato, são mínimos ou quase inexistentes” (p. 19).

Várias definições de violência sexual são expressas pela autora, compreendendo que há várias interpretações. Destaca que “se trata de um tipo de violência estrutural³¹, por estar ligada às características socioeconômicas e políticas de uma sociedade, em um determinado período histórico que parte de um sistema capitalista excludente social e economicamente” (p. 55).

Outra questão que a autora ressalta é a visibilidade das crianças vítimas da violência sexual. “Buscar os estudos da criança e infância se deu pelo fato de ter esse olhar atento ao desenvolvimento sadio da criança em sua dignidade (integridades física, psíquica e mental), pois é necessário dar a visibilidade de que ela é um sujeito de direito” (p. 15).

As questões da sexualidade e do gênero são expressas por meio da compreensão que elas estão entrelaçadas à violência sexual. Segundo a autora, “Nessa direção, violência/abuso sexual [...] acontece devido à criança estar em processo de construção e descoberta de sua sexualidade e o abusador se aproveitar manipulando e conquistando confiança, afeto, desejos” (p. 56).

Por fim, a autora enfatiza que tanto as diretrizes como as políticas de enfrentamento à violência sexual contra crianças afirmam que é essencial a educação sexual no combate à violência sexual, e que esta seja incorporada ao planejamento escolar, visto que favorece a formação inicial e continuada dos profissionais da Educação, oportunizando, dessa maneira, novos conhecimentos na atuação desses profissionais.

A seguir, o próximo capítulo diz respeito ao caminho metodológico da pesquisa.

³¹ A estrutura das classes sociais presente nas situações de violência sexual contra crianças não se limitaria às vítimas menos favorecidas.

CAPÍTULO 3 – CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO

3.1 NATUREZA DA PESQUISA

Esta pesquisa é uma investigação, a partir da pesquisa social em Educação e se caracteriza por ser uma pesquisa qualitativa³² que utiliza o método de estudo de caso³³ porque este possibilita considerar as instâncias de complexidade que surgem no contexto educacional, responder a questões particulares da pesquisa e possibilitar o entendimento de um estudo, um objeto, permitindo que se preserve sua “unidade”, embora ele se entrelace com o contexto do mundo real onde está inserido.

Com outras palavras, este estudo qualitativo³⁴ me levou ao campo (na escola) e a interagir com o objeto de estudo, a violência sexual. A pesquisa qualitativa, conforme Minayo, é importante na área da Educação nesse contexto porque é necessário entendermos que a violência sexual impacta/destrói/maltrata a vida das pessoas e se enraíza na vida delas.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA NO CAMPO DE PESQUISA

No campo, o qual descrevo e no qual problematizo a questão da violência sexual no contexto escolar, e para compor meu *corpus* de pesquisa, utilizei as seguintes técnicas e instrumentos: observação participante, questionário e grupo focal.

3.2.1 Observação participante

A observação participante inaugurou o início do procedimento da coleta de dados desta pesquisa, pois “[...] é uma das técnicas muito utilizada pelos pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa e consiste na inserção do pesquisador no interior do grupo observado” (QUEIROZ, 2007, p. 278).

³² Falar de *qualidade* na pesquisa qualitativa é falar da questão de o(a) pesquisador(a) compreender fatores mais intrínsecos, mais profundos do que a quantitativa. Então, a pesquisa qualitativa sempre vai procurar ir ao encontro dessa investigação, dessa necessidade ou dessa busca de comprovação, de algo mais intrínseco para entender, geralmente, em uma pequena amostra.

³³ O método do estudo de caso é aplicado ao que é chamado de *unidade de estudo*, porque se está estudando um caso, que seria uma unidade de estudo que pode ser um fenômeno social, um fenômeno antropológico, um fenômeno educacional. Nesse sentido, Yin (2015, p. 33) afirma: “Naturalmente, o ‘caso’ também pode ser algum evento ou entidade, além de um único indivíduo”.

³⁴ Segundo Minayo, na palestra O Legado da Pesquisa Qualitativa, na CIAIQ e 6º SIMEDUC (2015), há “uma tendência dentro do campo das Ciências Sociais e Humanas para o Humanismo, ou seja, para o qualitativo. A pesquisa qualitativa é parte das Ciências Sociais, ela não forma um mundo à parte, ela é parte e aí que se desenvolve”. Para exemplificar, ela afirma o seguinte: “quando construímos uma casa é muito importante que se saiba para quem eu vou construir e o que as pessoas gostariam que fosse construída. A pesquisa qualitativa é exatamente isso, trazer o sujeito para a cena das questões que nós tratamos”. Disponível: <https://youtu.be/41ZazulbD>. Acesso em: 14 fev. 2023.

Nesse sentido, entendi que minha função de observadora estava em relação direta com os(as) professores(as) na escola, onde tive vivência com eles(as), no seu cenário cultural, mas com o objetivo de colher dados, informações e compreender o aspecto, a realidade e o contexto da pesquisa.

Por essa razão, a técnica de observação participante compreendeu todos os momentos, *in loco*, da pesquisa, no intuito de registrar, no processo dialógico com os(as) professores(as), o apoio pedagógico e a coordenação, suas manifestações, seus pontos de vista sobre os saberes a respeito da violência sexual, no contexto escolar. As atividades observadas foram: primeiro momento – os primeiros contatos na Seduc/Tefé; segundo momento na escola e todo o período da pesquisa³⁵.

Os instrumentos utilizados durante a observação foram um diário³⁶ de campo, uma máquina fotográfica e um gravador, no intuito de registrar o dito e o não dito, também as ações e reações, posturas e posicionamentos dos(as) participantes durante os encontros e todo o processo da pesquisa de campo. Como esclarece Queiroz: “[...] a observação participante difere das outras formas de coleta de dados porque registra de forma qualitativa a realidade estudada em diários de campo, sendo aí a memória a principal aliada” (QUEIROZ, 2007, p. 281).

Dando continuidade à nossa discussão, a máquina fotográfica contribuiu no registro dos encontros³⁷ e para uma possível apresentação do estudo posteriormente³⁸. O gravador contribuiu no registro da articulação, do debate, imprescindível no processo da transcrição fiel dos discursos.

Primeiro momento – Os primeiros contatos na SEDUC – Tefé

Este primeiro momento observado pode ser caracterizado como um espaço altamente restrito à Rede Estadual da Educação de Tefé-Amazonas, pelo qual circulam informações, diretrizes e cujas atividades são em grande parte definidas pelo caráter ético de seus procedimentos.

Início descrevendo a trajetória, as relações e os procedimentos burocráticos que viabilizaram a pesquisa, quando tive notícia, pela primeira vez, da permissão para a realização

³⁵ Que compreendeu o período de agosto a novembro de 2022 em Tefé.

³⁶ No entanto, foi no diário de campo que registrei de forma minuciosa e detalhada os momentos formais e informais, nos intervalos, nas conversas paralelas, enfim, em todo o processo social com os(as) envolvidos(as) nas atividades da pesquisa. Após sair da escola, costumava ir para um local tranquilo escrever no meu diário.

³⁷ Esses encontros ocorreram nos dias planejados para utilizar o instrumento-questionário, direcionado para os(as) professores(as) respondentes e os dois grupos focais, no ambiente escolar.

³⁸ O registro de imagem será utilizado para a amostra dos resultados na escola, um *feedback*, termo utilizado e sugerido por um dos professores-participantes da pesquisa.

da pesquisa em uma escola estadual e na coordenação, especificamente no departamento de professores(as) de Tefé.

A seguir, articulo as implicações éticas e institucionais da pesquisa, pois, à medida que esta coloca desafios particulares que precisam ser administrados tanto na pesquisa quanto na escrita. Ressalto que, justamente em função dos compromissos éticos e institucionais assumidos na pesquisa, não foi citado nenhum nome, nem dos(as) professores(as), nem do apoio pedagógico da escola pesquisada, nem da coordenadora do departamento de professores(as) pesquisados(as). Assim, também o nome da escola não foi divulgado³⁹.

Na minha primeira visita à Seduc, fui recepcionada por dois professores, gentis e simpáticos, que facilitaram para que eu fosse encaminhada à coordenadora⁴⁰ da instituição. Inicialmente, a coordenadora pareceu desconfortável com a ideia da minha presença na formação para os(as) professores(as), para tratar do tema da violência sexual. Além disso, ela afirmou: “O tema é muito delicado, pois sei que existe, mas eu nunca trabalhei com este tema”. Então, aos poucos, expliquei que a pesquisa tinha como objetivo geral “investigar a compreensão que os profissionais da Educação têm a respeito da violência sexual contra crianças e adolescentes e sobre como essa compreensão interfere na prática educativa”.

Assim, afirmei que tinha prazer em convidá-la a conhecer a pesquisa sobre o tema “Violência/Abuso Sexual: Um estudo de caso em uma escola pública na cidade de Tefé – Amazonas”⁴¹, considerando a importância do trabalho desenvolvido na rede estadual, e que gostaria de saber da disponibilidade da coordenadora do Departamento de Professores(as) da Seduc/Tefé para participar de uma entrevista inicial, durante a qual eu iria apresentar os detalhes da minha pesquisa e também responder a eventuais dúvidas.

Apesar desses esclarecimentos, notei que ela permanecia um pouco preocupada e enfatizou: “Entrarei em contato com a Seduc da capital (Manaus) para me informar como tenho que me posicionar em relação ao seu tema de pesquisa”. Então, perguntei: “Seria possível marcar um encontro na próxima semana? Qual é o melhor horário para você e/ou para a coordenadora do departamento de professores(as)?” A reação foi bastante positiva, ainda no primeiro encontro, porque a coordenadora me respondeu: “Estou comunicando à direção da escola da sua presença”. Sem dúvida, as dificuldades desse primeiro momento foram superadas.

³⁹ A partir deste capítulo da dissertação.

⁴⁰ O primeiro contato é a pessoa que tem a função/cargo mais alto da hierarquia do campo de pesquisa. No meu caso, foi a coordenadora da Seduc-Tefé.

⁴¹ O tema no início e no período do campo de pesquisa. Após a pesquisa e defesa da dissertação o tema oficial “Vocês irão ensinar ‘os meninos’ a transar?” Violência de gênero: Um estudo a partir das culturas em uma escola pública, da cidade de Tefé-Amazonas”.

Segundo momento – Uma pesquisa social autorizada institucionalmente

É importante enfatizar que, uma vez estabelecidos os passos iniciais da coleta de dados no campo, solicitei autorização para estar presente na escola de maneira formal, para me familiarizar com a rotina e com as pessoas participantes e vice-versa. Nesse sentido, Oliveira (2016, p. 36) afirma: “[...] é necessária uma comunicação oficial à direção da instituição onde se pretende realizar a pesquisa de campo e o conhecimento do código de ética dessa instituição”.

O modelo de ofício que foi enviado à Seduc/Tefé para formalizar minha solicitação está no Apêndice 1.

Um elemento-chave para fazer pesquisa qualitativa envolvendo pessoas é o chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para o uso dos dados. Eu entreguei esse documento para os(as) participantes individualmente, contendo os dados de cada um(uma) que participou da pesquisa⁴².

Uma pequena retrospectiva in loco na escola – Primeiro encontro⁴³ com o apoio pedagógico

Ao chegar à escola, fui recebida pela pedagoga com alegria, o que caracteriza o clima da escola,⁴⁴ imprescindível no processo da pesquisa. Enquanto apresentava o documento de concessão da coordenação da Seduc, a pedagoga exclamou: “Uma temática delicada, dolorosa e necessária de ser abordada na escola” (notei da parte dela interesse e disposição em contribuir com a pesquisa).

Esse primeiro encontro com o apoio pedagógico foi de suma importância, pois ele proporcionou a abertura ao diálogo. É nesta direção que Günther (2003, p. 8) ressalta: “A primeira tarefa é estabelecer contato com o respondente em potencial e assegurar sua cooperação”.

Por fim, foi marcada uma reunião com os(as) professores(as), servidores administrativos e demais funcionários que também trabalham na escola, para conhecer os(as) professores(as), dos dois turnos, matutino e vespertino, e, assim, estabelecer o cronograma das atividades, dos próximos encontros com os(as) participantes da pesquisa. Neste sentido, é importante compreender a relação entre pesquisador(a) e participante, segundo Günther (2003, p. 8). “Para

⁴² Ou seja, um documento com as informações e os dados dos contextos colhidos, devidamente assinado, no qual os(as) participantes me autorizaram a usar os seus dados, não necessariamente os nomes, mas os dados.

⁴³ Em 18 de agosto de 2022, na escola, às dez horas, no turno matutino.

⁴⁴ Como já foi informado neste capítulo 3, já havia atuado como professora no local. E a atmosfera de alegria é característica da escola.

estabelecer confiança, o pesquisador/entrevistador precisa apresentar-se e indicar com e para quem trabalha.”.

Breve histórico e descrição⁴⁵ da escola em estudo

A escola estadual⁴⁶ localiza-se na cidade de Tefé, do estado do Amazonas. Foi a primeira escola criada em Tefé, fundada por uma equipe de irmãs franciscanas, que chegaram ao município no dia 12 de junho de 1925. Atualmente, a escola funciona nos turnos matutino e vespertino, ofertando os anos finais (6º ao 9º ano) do Ensino Fundamental e Projeto Avançar – Fase III e perfazendo um total de 471 alunos(as) distribuídos(as) nesses dois níveis. Possui um corpo docente composto por 26 professores(as), 2 professoras na sala de Atendimento Educacional Especializado, 7 funcionários administrativos, 1 pedagoga e 1 gestora. A estrutura física da escola estadual tem uma área total de 322,35 metros de área construída. Ela é projetada para atender os(as) alunos(as) dos bairros Centro, Santo Antônio e adjacências, no entanto, atende muito mais do que isso. E apresenta poucas condições satisfatórias para o ensino-aprendizagem.

Um pouco da abordagem com os(as) participantes⁴⁷ da pesquisa

Na abordagem dos(as) participantes, *in loco*, se realizaram as observações participantes na escola estadual, a partir da seleção dos(as) professores(as), do apoio pedagógico e a coordenadora⁴⁸ do setor de professores(as), considerando os critérios de inclusão e exclusão. Os critérios de inclusão foram: ser professor(a) da Rede Estadual e oriundo(a) da escola. Os critérios de exclusão: não ser professor(a) da Rede Estadual e não oriundo(a) da escola. Como tal, Oliveira (2016, p. 88) define: “Sendo a amostra uma representação da população ou universo da pesquisa, faz-se necessário estabelecer critérios no processo de seleção para que ela seja significativa”.

A seleção dos(as) participantes da pesquisa baseou-se na inserção dos(as) professores(as) titulares na escola, envolvidos na pesquisa sobre a violência sexual, no contexto escolar. Assim,

⁴⁵ As informações aqui citadas se encontram no Projeto Político Pedagógico (PPP), de 2022, da escola pesquisada.

⁴⁶ Como foi mencionado neste capítulo, por questões de ética, não foi citado o nome da escola.

⁴⁷ Destaca-se que, na pesquisa qualitativa, não é permitido o termo “sujeitos”, portanto, utilizei o termo “participantes” para a amostra pesquisada da dissertação.

⁴⁸ Não foram aplicados os critérios de exclusão ao apoio pedagógico e à coordenadora. Por razão de serem funções únicas da gestora, pedagoga e coordenadora, que representa o Departamento de Professores(as) da Seduc, Tefé (2022).

os(as) participantes foram agrupados segundo os eixos de coordenação e promoção, como mostra o seguinte quadro:

Quadro 4 – Participantes da pesquisa por eixo

Quadro 4 – Participantes da pesquisa por eixo			
Instituição	Eixo	Participantes	Nº
Coordenação da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino Seduc – Tefé	Coordenação	Coordenadora do Setor de Professores(as)	1
Escola Estadual de Tefé	Promoção	Gestora	1
		Pedagoga	1
		Professoras	7
		Professores	4
Total de participantes			14

Fonte: Organizado pela autora (2023)

Após a seleção desses critérios, se formalizou o convite, escrito e de forma presencial, para participar da pesquisa. Organizou-se o agendamento prévio e individual, considerando as medidas sanitárias, quando foi realizada a leitura do questionário, para tirar as dúvidas, garantindo aos(as) participantes da pesquisa o direito de acesso ao teor do conteúdo do questionário antes de responder às perguntas, para uma tomada de decisão. Diante disso, aplicaram-se os questionários individuais, informando ainda o emprego de um gravador para coletar as falas para transcrição posterior e da câmera fotográfica de um celular para o registro de imagens.

Assim feito, fez-se a sistematização dos dados coletados nos questionários, para, então, agendar o grupo focal em dois momentos distintos: um com professores(as), a gestora e a pedagoga pela manhã, outro com os(as) professores(as) e a pedagoga pela tarde, como meio de aprofundarmos as informações obtidas no primeiro momento. Por fim, elaborou-se um roteiro como referência para as nossas observações, questionários e grupos focais.

3.2.2 Questionários individuais

Para a aplicação do questionário em acordo com o apoio pedagógico, estabeleceu-se uma curta reunião agendada com antecedência, para explicitar dados sobre o instrumento, tirar dúvidas e entregá-lo. Foi utilizado esse instrumento de forma individual, totalizando três questionários divididos em cinco questões para cada questionário. O primeiro questionário⁴⁹ foi aplicado no intuito de me aproximar do(a) participante-respondente. O segundo questionário foi direcionado para obter a compreensão sobre a temática de estudo. O terceiro foi elaborado

⁴⁹ Foi utilizado para a elaboração do perfil dos participantes, que consta no capítulo 4.

a partir das observações, contribuições e colocações dos(as) participantes. Na elaboração das categorias, constavam 11 questões, ou seja, seis questões abertas e cinco questões fechadas (ver capítulo 4).

O instrumento-questionário utilizado se justifica porque foi um meio mais oportuno para os(as) participantes responderem, considerando que todos(as) os(as) participantes⁵⁰ têm jornada de trabalho em dois horários durante a semana.

3.2.3 Grupo focal

Utilizei essa técnica, chamada grupo focal⁵¹, para compreender com mais propriedade sobre a violência sexual no contexto escolar. Segundo Iervolino (2001, p. 116): “A essência do grupo focal consiste justamente na interação entre os participantes e o pesquisador, que objetiva colher dados a partir da discussão focada em tópicos específicos e diretivos [...]”.

Tendo como base essas perspectivas, se descrevem a seguir a organização e a condução do grupo, considerando os aspectos relacionados: a composição do grupo, o local de realização, a estruturação do grupo e o planejamento dos encontros.

Quanto à *composição do grupo focal*, foi definido, junto com a minha orientadora, que os(as) participantes seriam os(as) professores(as), a pedagoga e a gestora da escola.

Quanto ao *local de realização*, escolhi esse local por ter trabalhado como professora, nos anos de 2008, 2018 e 2019. Pode-se dizer que a sala (sala dos professores(as)) onde realizei o grupo focal apresentava condições médias; a estrutura física (aspecto que não compõe a discussão) já foi detalhada neste capítulo. Destaca-se, assim, que a atividade do grupo focal foi realizada pela compreensão na sua composição quanto às suas características e a seus objetivos como técnica para coleta de dados.

Sobre a *estruturação do grupo e planejamento*, após a seleção dos(as) participantes, realizei uma entrevista para uma interação, uma aproximação a fim de conhecê-los(as) melhor e estabelecer individualmente algumas combinações com eles(as). Para cada encontro, gerou-se um registro de imagens, pelas assistentes de apoio, entre elas: a pedagoga da escola e a fotógrafa Marcela Barbosa.⁵² O primeiro encontro durou em torno de 1h40min, e o segundo,

⁵⁰ Importante destacar que o período da pesquisa se deu ainda em período da Covid-19. As escolas estavam retornando às atividades presenciais e os(as) professores(as) enfrentavam dificuldades em sala de aula. Apliquei os questionários de forma leve e no horário disponível dos(as) professores(as).

⁵¹ Escolhi essa técnica porque vi a necessidade de gerar uma interação e uma discussão principalmente dos(as) professores(as) sobre a temática da violência sexual. Esse objetivo foi alcançado.

⁵² Mestranda do PPGED-UEA que contribuiu no campo da minha pesquisa, em Tefé, 2022. Amiga e parceira de estudos no decorrer de todo o curso de formação.

em torno de 2h. Após todo o período do campo de pesquisa, todas as produções, sejam orais, sejam filmadas, foram transcritas para a análise.

No intuito de obter informações relevantes, foi organizada uma agenda contendo dois roteiros⁵³ para direcionar os dois encontros, nos quais se estabeleceram os dois assuntos em pauta, os objetivos, os instrumentos e os recursos utilizados, além do horário de duração previsto. Esse planejamento e essa programação podem ser conferidos a seguir.

Quadro 5 – Encontro I

Encontro I
Tópico de discussão: – Contrato de trabalho. – O papel do educador(a) sobre a violência sexual na escola.
Objetivo(s): – Contratar com os(as) professores(as) o propósito do grupo focal e a importância de cada um(a) para a pesquisa. – Refletir acerca do papel do(a) professor(a) para o diálogo da violência sexual na escola.
Plano de trabalho: – Explicação sobre a pesquisa proposta (expor os objetivos, esclarecer o funcionamento do grupo, solicitar a autorização para uso de filmagens, ler o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE) (35 minutos). – Apresentação dos(as) participantes por meio de dinâmica: serão apresentados, através <i>do power point</i> , notícias, informações sobre a violência sexual e, após a leitura individual, cada professor(a) terá uns minutos para reflexão. Em seguida, cada um(a) se apresentará e relatará acerca de suas expectativas com a proposta (50 min). – Confraternização: 15 minutos.
Observação: A sala estará organizada com retroprojektor. O local também será decorado com objetos que façam alusão a infância/adolescência, bem como com alguns livros que discutem acerca da temática.

Fonte: Organizado pela autora (2023)

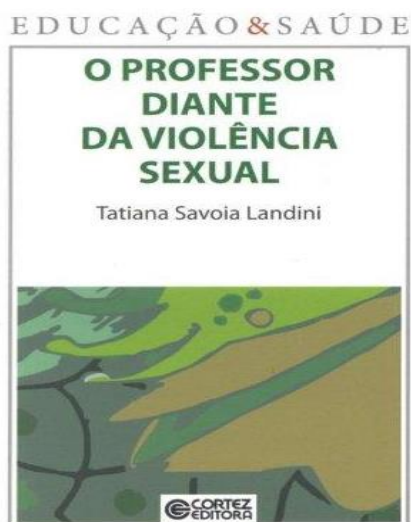
⁵³ O grupo focal é feito com um roteiro preparado com um foco. Este tem o objetivo de fazer um levantamento de pontos de vistas, de perspectivas diferentes sobre o mesmo assunto. Como é que as pessoas se posicionam e se confrontam, ou concordam entre si, sobre um determinado fenômeno. De modo que “Estes participantes são selecionados por apresentar certas características em comum que estão associadas ao tópico que está sendo pesquisado” (IERVOLINO, 2001, p. 116).

Quadro 6 – Encontro II

Encontro II
Tópico de discussão: – Violência sexual – O olhar do educador sobre a violência sexual
Objetivo(s): – Compreender o conceito de violência sexual, pensando em ações (in)formativas em relação a esta temática na escola. – Refletir acerca do olhar do educador sobre a violência sexual.
Plano de trabalho: – Deixar espalhados pela sala alguns anúncios de reportagens e fotos referentes à violência sexual. Os(as) professores(as) circularão pela sala e pegarão a imagem ou reportagem que mais lhes chamaram atenção (10min.). - Discussão sobre o assunto, com base no material que cada professor(a) selecionou (25min). – Apresentação dos índices de violência sexual, abordando também os conceitos de violência sexual (25 min.). – Discussão sobre os dados apresentados (20min). – Discussão sobre o olhar do(a) educador(a) diante das informações sobre esta temática, a fim de potencializar uma discussão (30 min). – Confraternização: 10 minutos
Observação: A sala estará organizada com retroprojektor. No local, terá alguma literatura (livros, artigos, dissertações e teses) que faz referência ao objeto de estudo.

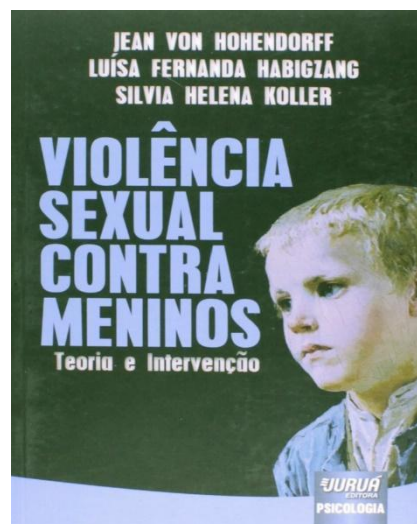
Fonte: Organizado pela autora (2023)

Figura 2 – Livro O professor diante da violência sexual



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 3 – Livro Violência sexual contra meninos – Teoria e intervenção



Fonte: Acervo pessoal.

Então, uma vez que tive essa multiplicidade de dados, fiz o cruzamento, a organização e a análise de dados, e busquei para o estudo de caso evidências que são chamadas de robustas, o que significa em pesquisa, em ciências, evidências fortes, significativas, relevantes, que de fato mostrem o nosso objeto de estudo. Como é que ele é? Se opera no campo? O que acontece?

O que os(as) participantes pensam, compreendem? O que eles(elas) dizem sobre aquilo? Essas perguntas foram importantes para poder montar o meu *caso*, em torno daquela unidade de estudo, analisar e chegar a conclusões mais perto da compreensão da violência sexual.

Após a coleta dos dados, foi feita a transcrição dos questionários e dos áudios para um documento em Word, com fidelidade ao que foi dito por todos(as) os(as) participantes. Em seguida, para a análise dos dados, utilizei a técnica de análise de conteúdo em Bardin (2016), de perspectiva qualitativa, como um conjunto de técnicas que envolve fases para obter significação dos dados coletados. Dessa maneira, a seguir, no capítulo 4, compartilho os resultados e as discussões a respeito do objeto de estudo – violência sexual, no contexto educacional.

CAPÍTULO 4 – “NÃO! NÃO VAMOS ENSINAR AS CRIANÇAS A TRANSAR”: UMA RESPOSTA

Inicialmente, o capítulo contesta por meio do seu título a expressão-pergunta: “Vocês irão ensinar os meninos a transar?”, além de apresentar os resultados. A análise de conteúdo, baseada em Bardin (2016), considerou o objeto de estudo, o objetivo da pesquisa e a pergunta da pesquisa que direcionaram essa metodologia. Para tal, Bardin (2016, p. 37) enfatiza que “A análise de conteúdo é um *conjunto de técnicas de análise das comunicações*”.

Essa mesma autora assegura que “Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento [...]” (BARDIN, 2016, p. 37). Nesse sentido, a fim de preservar as identidades dos(as) profissionais envolvidos na pesquisa, os(as) participantes serão identificados com a letra maiúscula P e G, respectivamente, para o cargo de professor(a) e para a gestão (os cargos de gestão, pedagogia e coordenação pedagógica), seguida de número arábico. Aplicou-se o critério pela ordem alfabética dos nomes de cada professor(a) que respondeu ao questionário, sendo o(a) P1 o(a) primeiro(a) a responder e o(a) P11 o(a) último(a) a responder ao questionário. Para cada componente da gestão, foram designados como G1, G2 e G3, respectivamente supracitados.

Todos os relatos e as respostas obtidas na aplicação do questionário obedeceram aos seguintes passos, conforme Bardin (2016): leitura flutuante, análise exaustiva do material, configuração temática, organização das categorias e análise.

Assim, Maia (2020, p. 37) confirma esse processo “é um conjunto de procedimentos sistemáticos e objetivos para descrever e organizar o conteúdo das mensagens, permitindo a inferência de conhecimentos relativos às condições de sua produção/recepção”.

Nessa direção, organizaram-se cinco categorias de análise, baseando-se em Bardin (2016), a fim de examinar detalhadamente as respostas obtidas, da seguinte forma: 1. O olhar do educador(a) sobre a violência sexual; 2. A escola como o lugar de acolhimento; 3. A fragilidade diante da violência sexual; 4. A percepção dos(as) profissionais quanto à educação para a sexualidade na escola; 5. A percepção dos(as) professores(as) e da gestão quanto à formação docente na rede de ensino.

Portanto, pondera-se que as análises são resultado das respostas obtidas dos(as) professores(as) e da gestão, participantes da pesquisa, além da teorização científica formulada pelos(as) estudiosos(as) da área, que já foram citados e discutidos no decorrer desta dissertação.

4.1 CONHECENDO O PERFIL DOS(AS) PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DA ESCOLA PESQUISADA

O perfil da amostra-pesquisada são os(as) profissionais⁵⁴ de Educação da rede estadual, admitidos segundo a sua formação acadêmica, no município de Tefé (vide o Quadro 7). Portanto, oriundos de escolas estaduais em um período que variou de 6 a 37 anos. A faixa etária compreendia um intervalo de 35 a 59 anos de idade. O sexo feminino teve a maior prevalência, com representação de 71%, de tal forma que apenas quatro profissionais eram do sexo masculino, com função de professores(as), além da pedagoga, da gestora e da coordenadora do Departamento de Professores da Seduc.

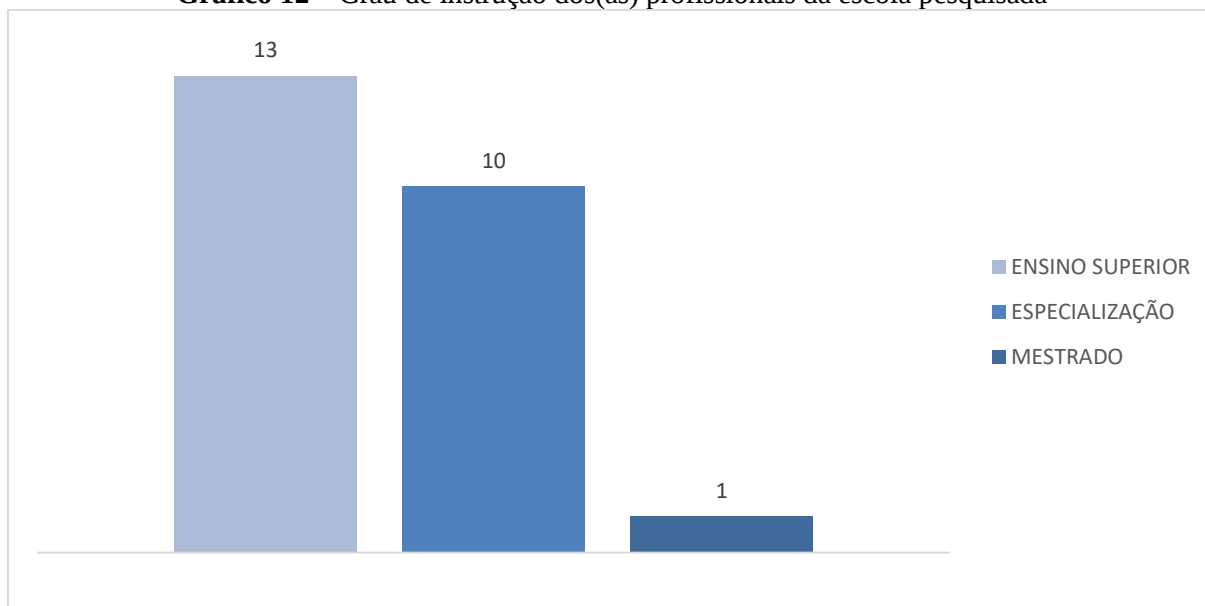
Quadro 7 – Participantes da pesquisa por formação

Participantes	Formação
P1	Licenciatura em Letras – Português
P2	Licenciatura em Letras – Português
P3	Licenciatura em Biologia
P4	Licenciatura em Biologia
P5	Licenciatura em Matemática
P6	Licenciatura em Geografia
P7	Bacharel em Ed. Física
P8	Licenciatura em Matemática
P9	Licenciatura em Letras – Português
P10	Licenciatura em História
P11	Licenciatura em História
G1	Licenciatura em Geografia
G2	Pedagogia
G3	Pedagogia

Fonte: Organizado pela autora (2023)

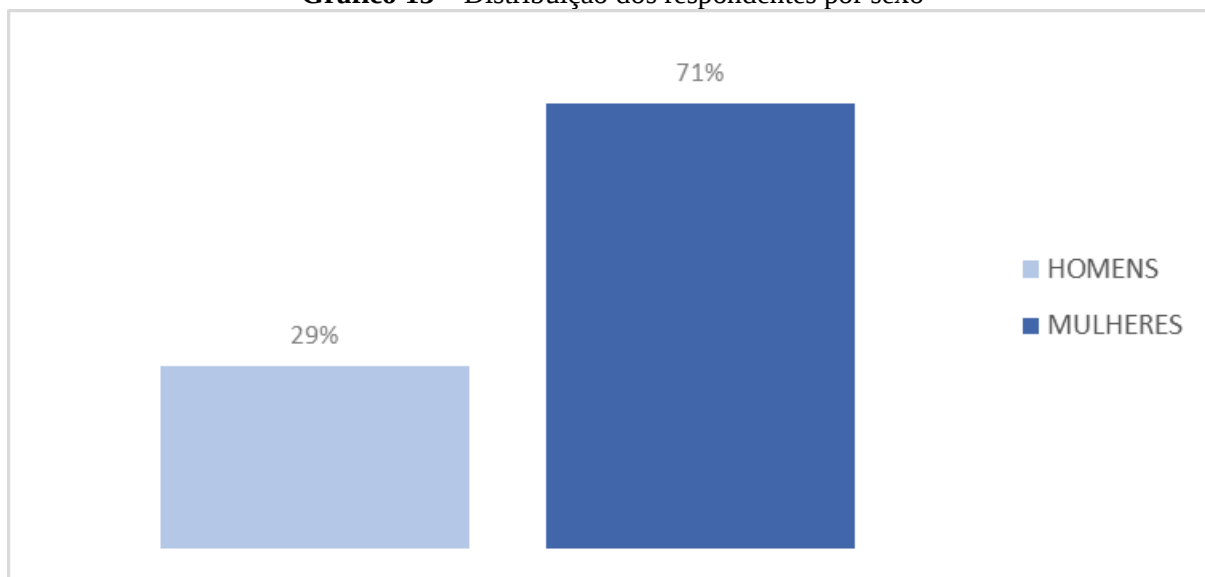
Com relação ao grau de instrução da amostra-pesquisada, 13 respondentes, equivalente a 56%, tinham concluído o ensino superior; dez tinham concluído especialização, representando 40%; apenas uma profissional tinha mestrado concluído, o que representa 4%, conforme o Gráfico 12.

⁵⁴ São professores(as) titulares, concursados, que atuam no Ensino Fundamental das séries finais (6º aos 9º anos).

Gráfico 12 – Grau de instrução dos(as) profissionais da escola pesquisada

Fonte: Organizado pela autora (2023)

Pode-se observar que a amostra foi constituída por um número bem maior de mulheres, 10 para 4 homens. Esse fato não é um dado desviante, se for considerada a realidade do sistema escolar, no qual a maioria dos profissionais da Educação é composta de mulheres. Confira-se o Gráfico 13.

Gráfico 13 – Distribuição dos respondentes por sexo

Fonte: Organizado pela autora (2023)

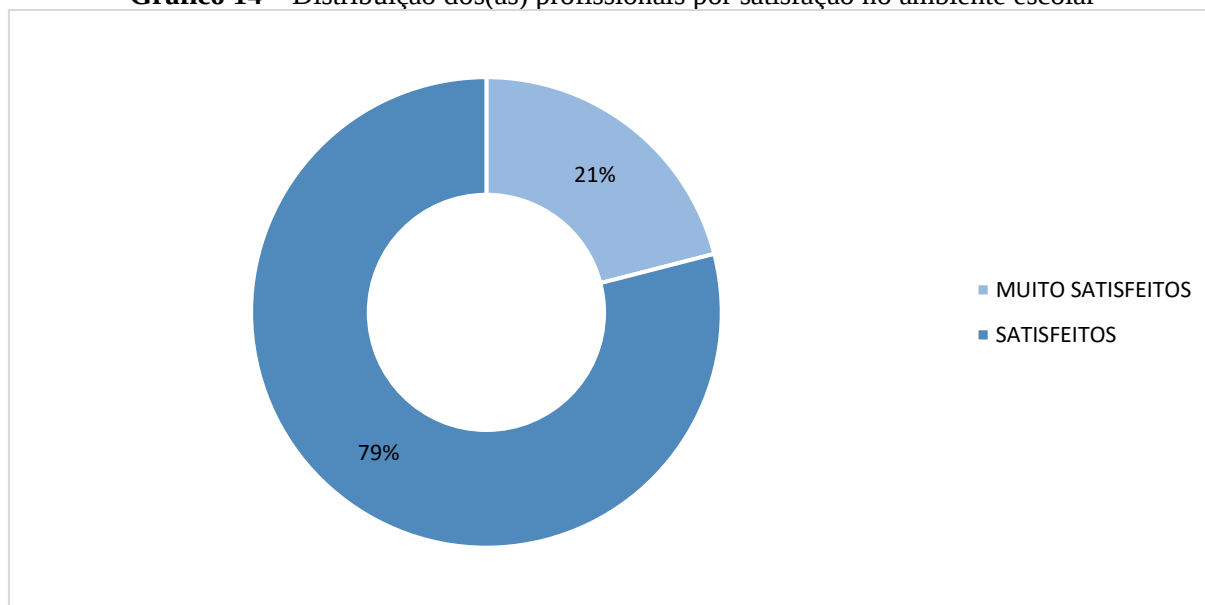
O tempo de serviço na Educação dos participantes da pesquisa varia de 6 anos a 37 anos de exercício profissional. Na análise do conteúdo apresentado, o tempo de serviço não influenciou de forma significativa na elaboração das repostas, assim, confira-se a Tabela 17.

Tabela 17 – Distribuição dos(as) participantes da pesquisa quanto ao tempo de serviço na Educação

Tempo na educação (ano)	Nº	%
a 10 anos	4	29%
11 a 16 anos	6	43%
17 a 22 anos	1	7%
23 a 28 anos	1	7%
29 a 34 anos	1	7%
35 a 40 anos	1	7%
Total	14	100%

Fonte: Organizado pela autora (2023)

Um aspecto de suma importância que destaquei é a boa atmosfera profissional entre os(as) professores(as). Essa evidência foi observada e comprovada nas respostas desses profissionais a partir da pergunta fechada elaborada e direcionada: “Em geral, está satisfeito(a) em trabalhar aqui?”. Para tal, constatou-se que, do total de 14 participantes, 11 participantes responderam que estão satisfeitos e 3 participantes, muito satisfeitos (respectivamente, 79% e 21%). Assim, confira-se no Gráfico 14.

Gráfico 14 – Distribuição dos(as) profissionais por satisfação no ambiente escolar

Fonte: Organizado pela autora (2023)

4.2 O OLHAR DO EDUCADOR(A) SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL

Tomemos a questão inicial de nosso referencial dos instrumentos e técnicas utilizados na pesquisa sobre a compreensão que os(as) profissionais da Educação têm a respeito da violência sexual contra crianças e adolescentes e sobre como essa compreensão interfere na prática educativa, por meio de uma pergunta aberta: “Como você conceituaria violência sexual e

violência sexual intrafamiliar?”. A análise realizada constatou que os(as) profissionais da escola elaboraram conceitos em comum, de maneira que foram agrupados, notando-se diferentes compreensões a respeito da temática em questão.

4.2.1 A violência sexual como ato sexual ou tentativa sem o consentimento da vítima

Destaca-se, nesta subcategoria, uma dessas compreensões, que chamou a atenção por ser amplamente repetida. Foi a noção de que todo ato sexual ou tentativa, para ser caracterizado como violência, deve ser realizado de várias maneiras contra a vontade da vítima. Podem-se citar algumas concepções como exemplo:

- P2 – Violência sexual é qualquer ato sexual ou tentativa que venha fazer uso de formas violentas sem a permissão da vítima.
- P4 – Ato sem o consentimento da vítima, com marcas para toda a vida.
- P5 – Qualquer comentário sexual indesejável, investidas com o objetivo do ato sexual ou prática da tentativa do ato sexual sem o consentimento da pessoa (passar a mão nas partes íntimas).
- P6 – É você fazer algo sem seu consentimento.
- P7 – Seria uma forma perversa de violência imposta, sem o menor respeito e consentimento da pessoa, onde seus direitos são violados em forma de ameaças e até mesmo a violência física.
- P11 – Ato sexual sem permissão, ou tentativa sexual indesejada.
- G1 – Ato ocasionado por invasão de uma outra pessoa, sem o consentimento para cometer o ato sexual, tanto físico como verbal.

A respeito dessas definições, pode-se verificar que há nessas compreensões uma vinculação entre violência sexual e as várias maneiras de praticá-la contra a vontade da vítima. Por esse sentido, a compreensão, nesses termos, gera uma interpretação equivocada, tanto na esfera pública como na jurídica. Veja-se nesta proposição: se uma criança ou um(uma) adolescente sentiu prazer ou permitiu o contato, pode-se dizer que ocorreu um crime sexual?

Para compreender melhor o assunto, vale transcrever o trecho da definição de Hohendorff, Habigzang, Koller (2014, p. 17) sobre violência sexual contra meninos: “A violência sexual é compreendida, então, como todo e qualquer ato ou jogo sexual, seja ele em uma relação heterossexual ou homossexual, na qual os agressores estão em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado do que a criança ou o adolescente”.

Para Delmanto (2010, p. 7), a violência sexual é definida como:

Estupro de vulnerável Art. 217 – A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos. § 1º Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no caput com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência.

Para os autores, a violência sexual contra crianças e adolescentes compreende entre um(uma) ou mais adultos(as) e uma criança ou adolescente. Vale ressaltar que na forma da lei, segundo Delmanto (2010), há a presunção de violência quando trata-se de vítimas não maiores de 14 anos, com ou sem consentimento por parte delas, entendendo-se que, devido à pouca idade, a criança e o adolescente não manifestam um consentimento válido. Também a mesma regra vale para (o)a portador(a) de deficiência ou doença mental, configurando-se, nesse caso, estupro de vulnerável.

4.2.2 A violência sexual como ato de crueldade

Outra compreensão que chamou atenção, embora não sendo amplamente repetida, é a forma como os(as) profissionais da Educação colocaram a violência como ato cruel de modo bem explícito, deixando de aprofundar a conceituação e fazendo um julgamento da ação. Esse tipo de resposta se apresentou algumas vezes, conforme se evidencia nos seguintes exemplos:

P1- É um ato de muita crueldade; uma ação de maldade, pois envolve pessoas inocentes e indefesas para o agressor agir de forma desumana e perversa.
P10- A violência sexual é a mais cruel forma de violência que não há consentimento da outra parte.

Ao aplicar a pergunta aberta do questionário, solicitando uma conceituação de violência sexual, verifica-se nas respostas acima muito mais uma exteriorização exacerbada de sentimentos de aversão ao ato de violência sexual do que uma conceituação⁵⁵ propriamente dita.

Compreendo que a forma de responder a essa questão pode levar a duas concepções. Uma, apontando a indignação diante do enorme problema da violência sexual. Logo, a sensação de impotência e a necessidade de expressar essa sensação. Outra, que indica uma falta de conhecimento e de compreensão da violência sexual, impedindo sua conceituação. Portanto, essa questão não foi esclarecida, já que o instrumento utilizado para a coleta de dados foi o segundo questionário⁵⁶.

⁵⁵ “[...] representação dum objeto pelo pensamento, por meio de suas características gerais; [...] ação de formular uma ideia por meio de palavras; definição, caracterização” (FERREIRA, 2021).

⁵⁶ Aplicado no módulo presencial na escola, período no qual várias discussões surgiram, permitindo inferir o desconhecimento da questão pela maioria desses(as) professores(as).

4.2.3 Violência sexual intrafamiliar associada à violência dentro de casa

Um pequeno número de respostas incluiu os locais da violência sexual, especificamente, a casa da vítima ou conhecido, locais que são colocados como características, descrição/perfil do autor/agressor e do tipo de violação sexual. Assim, alguns dos(as) professores(as) citaram como por exemplo:

P5 - Violência que acontece dentro de casa e na maioria das vezes é praticada por um membro da família.

P8 - Violência que acontece dentro de casa, geralmente praticado por um membro da família.

P7 - É uma violência que estabelece dentro de casa, que geralmente é feito por uma pessoa da família, essa pessoa má abusa de forma física, sexual e psicológica, deixando a criança traumatizada.

Alguns professores(as) demonstraram pensar que a violência sexual intrafamiliar acontece no lar, no seio familiar. Realmente, a violência sexual é analisada por meio das características sociodemográficas, das características do evento e das características do provável autor da violência sexual.

Para compreender melhor o assunto, transcrevo alguns trechos da análise de Brasil (2018, p. 13) sobre violência sexual contra crianças e adolescentes:

O local de ocorrência mais apontado nas notificações foi a residência, especialmente para as crianças e adolescentes do sexo feminino [...]. Esse fato é corroborado por outras pesquisas, que também apontam esse ambiente como espaço de maior convívio com os prováveis autores de violências [...].

Segundo Landini (2011, p. 52), “Abuso sexual intrafamiliar (ou doméstico) [é] quando existe um laço familiar entre abusador e abusado”. Dessa maneira, fica evidente o fato de que a maior parte dos autores/agressores é conhecida e com frequência tem acesso ao ambiente doméstico da vítima ou nele habita. Logo, percebe-se que a maior parte das violências sexuais cometidas no Brasil é praticada pela ação de familiares, vizinhos e amigos, que têm contato prévio com suas vítimas, e não por agressões repentinas de homens estranhos.

4.3 A VIOLÊNCIA SEXUAL NO CONTEXTO ESCOLAR

Esta seção coloca em destaque a escola, o espaço onde os(as) profissionais da Educação e os(as) alunos(as) estão inseridos durante um período do dia. A esse respeito, hooks (2017, p. 60), de forma afetuosa, deixa nos seus escritos a sua experiência pedagógica e reflete sobre o significado de escola: em que direção ela vai? E se direciona a cada um de nós, afirmando: “os

alunos também me ensinaram que é preciso praticar a compaixão nesses novos contextos de aprendizado”.

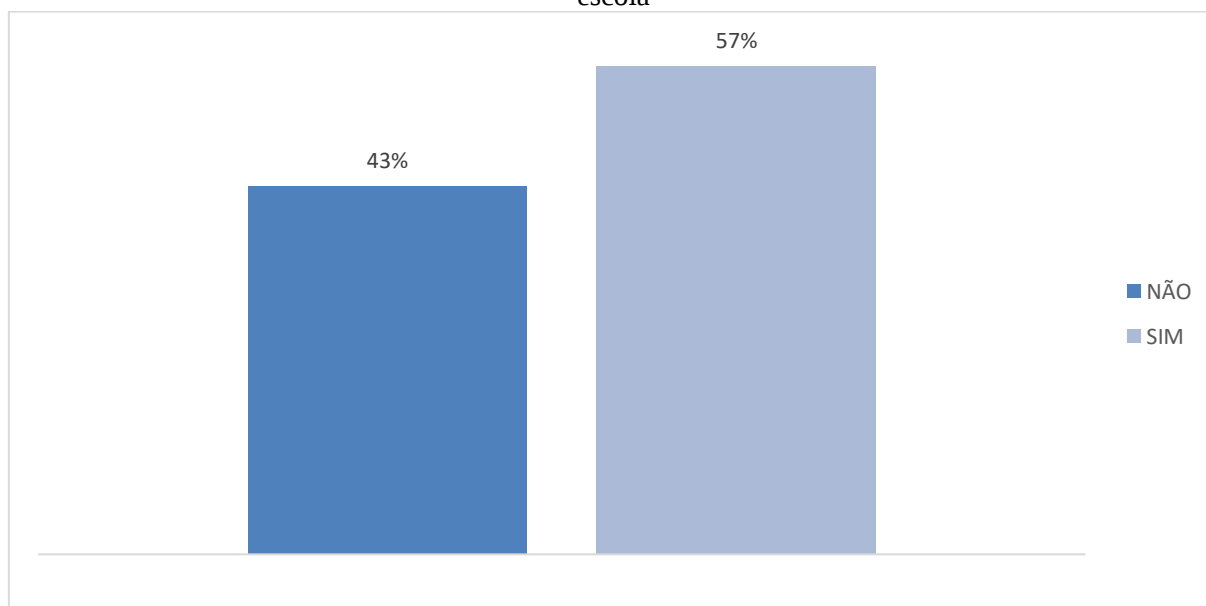
4.3.1 Os passos estudados pela escola diante da identificação de violência sexual

Era 18 de maio de 2017, após o término da atividade, uma aluna me chamou e disse: “Professora! quero conversar com você?”. A levei para um dos corredores da escola, pois estava no meu HTP⁵⁷. E chorando me relatou: “Uma semana antes do 18 de maio tentei me matar... porque sou abusada pelo meu avô (pai da minha mãe), desde meus 5 anos. Durante todo esse tempo ele me ameaçava. E só parou os abusos porque morreu. E depois começou meu tio a me molestar, até meus 13 anos. Hoje tenho 17 anos. Me sinto esquisita, sem valor e diferente das outras meninas. Me ajude!”.

Esta seção se propõe a apresentar a temática da violência sexual no contexto escolar. Para Abrapia (2002, p. 5), “O abuso sexual é um assunto delicado e perturbador, pois implica na violação de tabus sociais como o incesto, passando a causar desconforto na família e entre os profissionais envolvidos”.

Em relação aos casos de violência sexual no contexto escolar, os dados que foram cruzados e obtidos trazem informações contundentes, evidenciadas através da pergunta fechada direcionada: “Durante a função em exercício, já teve/tem conhecimento de algum caso(s) ou/e alguma(s) suspeita(s) de violência sexual de aluno(a) na escola?” Do total dos 14 participantes, 8 confirmaram que sim e 6 responderam que não tiveram conhecimento (57% e 43%, respectivamente). Veja-se no Gráfico 15.

Gráfico 15 – Quantitativo de profissionais por conhecimento/suspeita de caso de violência sexual, na escola



Fonte: Organizado pela autora (2023)

⁵⁷ HTP-Horas de Trabalho Pedagógico é o período destinado às atividades como planejamento (elaboração de planos de aulas, organização de materiais e recursos), organização de portfólios, reuniões entre professores etc.

Um aspecto que chamou atenção e foi levantado pela maioria dos(as) profissionais diz respeito à violência de gênero, presente no contexto escolar. Os dados coletados sistematizados revelaram essa violência. Evidência expressa, por meio da questão fechada: “Em geral, o(s) caso(s) de suspeita ou caso(s) constatado(s). A predominância do gênero é?”, conforme algumas afirmações abaixo:

P4 – Sim. A aluna apresentava tristeza, isolamento, rendimento escolar houve declínio. [...]. Solicitei a eles trabalho sobre história de vida.

P5 – A família nos informou sobre a situação da vítima [...].

P6 – Sim. A aluna confessou que era violentada pelo seu tio.

P7 – Identificamos no início do ano letivo, a mesma (aluna) vinha para escola e não interava [sic]⁵⁸ com os demais alunos, foi quando a mãe em uma visita a escola esclareceu e confirmou tudo;

G3 – Sim. A predominância é feminino [sic].

Tais afirmações encontram correspondência nas observações de Bueno (2019, p. 117) “Consoante com outras pesquisas da área, o principal grupo de vitimização são as meninas muito jovens [...]”. Assim, também Brasil (2019, p. 58) reitera: “Porém, para os casos de violência sexual, a vítima é essencialmente, do sexo feminino [...]”.

Compreender a problemática da violência contra a criança e o adolescente e partindo unicamente de uma perspectiva individual, autoritarista e machista é naturalizar o problema. Nesse sentido, penso que “essencialmente, do sexo feminino” é naturalizar o que afirma Brasil (2019). Logo, é possível substituir por “majoritariamente”.

De fato, por séculos viveu-se sob a dominação masculina, sob um padrão abusivo nas relações de poder, em que o senhor mandava em seus subordinados. No contexto familiar, a esposa e os filhos obedeciam e não questionavam. E, ainda, essas marcações culturais se refletem na atualidade e permeiam relações sexuais abusivas (entre pai e filho/filha, homem e mulher, adulto e criança). No contexto escolar, especificamente em sala de aula, reproduzidas em textos didáticos e refletidas na relação educador(a)-aluno(a). Configuram-se como relações de poder fortemente enraizadas, contudo não se justificam como tais, são consideradas

⁵⁸ Segundo Fernanda Massi explica em *Quando usar [sic]?*: “É importante explicar que esse SIC, ele vem em itálico porque ele é uma expressão Latina, uma palavra Latina que significa assim e ele está inserido entre colchetes, porque o colchete indica que houve uma intervenção do autor do texto. Como assim? vamos pensar primeiramente na citação direta que é o caso mais comum de acontecer o uso do SIC. [...] mas brevemente é a reprodução integral de um texto de outra pessoa, então, escrevendo meu texto acadêmico e vou trazer uma citação, um trecho de outro texto e no meio desse trecho identifico que há um erro, um erro evidente de grafia, de concordância, não importa qual seja esse erro, mas eu identifiquei o erro. O quê que eu vou fazer, vou corrigir esse erro? Não, porque eu tô fazendo uma citação direta que é literal exatamente igual a forma que eu encontrei, então, eu vou escrever exatamente como está e vou colocar o SIC entre colchetes, o colchete na citação direta, ele indica que tem uma intervenção de quem está escrevendo o texto. [...]”.

imutáveis. Mas, pelo contrário, é necessário combatê-las em todos os contextos: seja na sociedade, seja na escola, seja na igreja, seja no meio familiar etc.

A escola é um espaço apropriado para se levantar discussões sobre a violência sexual que é a tônica em muitas escolas, ao se afirmar que a violência sexual é cultural. Pois, sabe-se que cada escola tem uma realidade, que difere uma das outras e vice-versa. Daí a necessidade de que a escola e todos os(as) envolvidos(as) no processo de ensino-aprendizagem promovam diálogos, seja de confronto, seja de discussão, seja de socialização. A tônica é trazer para o espaço escolar essas pautas sobre as desigualdades de gênero, violências, entre outros. Assim, Veiga Neto (2011) destaca o papel da escola moderna como um ambiente atraente para executar mudanças, seja no plano político, seja no plano cultural ou econômico.

4.3.2 A escola como lugar de acolhimento

Ao analisar o cruzamento dos questionários da pesquisa, as informações dos resultados obtidos pelas respostas, além das impressões das observações e da leitura rigorosa, ficaram evidenciado que a escola é o lugar onde os(as) alunos(as) encontram acolhimento, proteção e externam suas dores, seus sofrimentos, na esperança de que a escola se mobilize por eles(as). Assim, a respeito da manipulação desses instrumentos que resultam em evidências, analisadas pelo(a) pesquisador(a), Bardin (2016, p. 45) conceitua que “O analista é como um arqueólogo. Trabalha com vestígios: ‘os documentos’ que pode descobrir ou suscitar”. Como resposta à questão aberta “Que ações foram tomadas pela escola a partir desta(s) constatação(ões) ou suspeita(s)?”, as evidências surgiram a partir das seguintes afirmações dados pelos(as) participantes:

P4 – O caso foi levado ao conselho tutelar e aos órgãos competentes para punição cabíveis.

P5 – Após saber do trauma sofrido por esses alunos fomos orientados a ter um olhar atento, pois os mesmos não socializavam com os demais alunos, eram tristes e desinteressados nos estudos.

P6 – A aluna desmaiava, levamos pro [sic] hospital e depois confeçou [sic] porque passava mal na sala de aula.

P7 – Foi feita uma ação interna em conjunto com sua mãe. O corpo docente da escola junto com sua mãe buscaram [sic] ajuda psicológica, hoje ela tem seus atendimentos; além do mais, os professores redobramos os cuidados com ela.

P9 – A aluna passou a frequentar um psicólogo e na escola tentamos não tocar no assunto com ela para não constrangê-la.

G2 – Encaminhamos para os órgãos competentes, órgão de Ação e atendimento à criança, Seduc, Conselho Tutelar etc.

G3 – Formação com toda a comunidade educacional para conhecimento dos procedimentos a serem adotados em casos de suspeitos ou constatados.

Ainda sobre essa categoria, outro aspecto que complementa tais evidências retiradas é a questão aberta: “Estas ações tomadas pela escola tiveram/têm repercussões na vida do(a) aluno(a) ou no cotidiano escolar?”. Os(as) participantes assim se pronunciaram:

P4 – Sim. Mas as alunas nos procuraram que havia casos na própria família.

P5 – Os alunos tiveram acompanhamento psicológico e obteve [sic] um bom resultado, pelo menos no meio social das vítimas que começaram a interagir mais com os colegas.

P6 – Sim. Ela conseguiu se libertar do seu tio.

P7 – Todas essas medidas com certeza tiveram grande repercussões positivas com esta aluna, visto que ela começou a se interar [sic] mais com os demais alunos. No início não participava de nada, hoje ela quer participar de quase tudo, mostrando interesse nas atividades.

P9 – Com o tempo o comportamento dela foi melhorando e ela hoje brinca e conversa normalmente com os colegas.

G2 – Sim, sentem-se confiantes e passam a acreditar na escola como aliado à [sic] vencer qualquer tipo de violência.

G3 – Sim, estão começando a surtir efeitos, pois mais casos estão vindo a [sic] tona e escutas e acompanhamentos psicológicos e assistenciais estão sendo feitos.

A escola, no aspecto social, tem como função proteger e acolher as vítimas, visto que a escola é uma das principais instituições que compõem a rede de proteção à infância e à adolescência. Portanto, é preciso que essa questão de proteção seja muito bem trabalhada com os profissionais da Educação, principalmente com os(as) profissionais que estão diretamente com os(as) alunos(as) em sala de aula.

Dentro deste contexto, é primordial pensarmos que a Educação contribui para o desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano e que, para prevenir e proteger a criança e o adolescente contra os abusos e as violências, se faz necessário as formações que proporcionem as orientações corretas, as reflexões necessárias e as discussões sobre como proceder diante de uma sinalização de violência, dando apoio e proteção à criança e ao adolescente.

4.3.3 A fragilidade diante da violência sexual

Fazendo-se a análise através da triangulação dos instrumentos utilizados na pesquisa, e obtidas as informações, por meio das observações, dos questionários, encontros focais e leitura deles, ficou evidenciada a fragilidade da escola diante da temática da violência sexual, pois os(as) professores(as) ponderaram sobre a pouca atenção logística em relação ao tema, por ser considerado delicado. Essa categoria considera a pergunta aberta: “Em sua opinião, quais são os entraves que interferem e/ou dificultam a ação pedagógica de um caso de suspeita ou

confirmação de violência sexual contra um(a) aluno(a), na Escola?”. A esse respeito, a maioria dos(as) professores(as) se posicionou:

P2 – O entrave principal é que esse assunto requer muito cuidado (cuidado/delicado não tem preparo para lidar com essas questões) para podermos chegar a um caso de suspeita, visto que é um assunto muito delicado (pelo fato de ser criança).

P3 – O tema sexo é o maior entrave, pois não é abordado na escola e nem na família.

P5 – A forma de abordar a vítima, pois é muito desconfortável e constrangedora essa situação.

P6 – Muitas das vezes a escola não conhece a família do aluno e mais hoje o professor não pode mais perguntar nada pro [sic] aluno. São tantos os direitos dos alunos que chega a atrapalhar [sic] quando se que [sic] saber o que aconteceu com o aluno.

P9 – O fato de os professores não se sentirem confortáveis de invadir a intimidade do aluno e o fato de o aluno não querer conversar sobre o assunto.

P10 – Os alunos não tem [sic] abertura para falar sobre esse assunto, se o tema fosse debatido em sala ficaria mais fácil para os alunos.

Uma fala expressiva foi da participante P9: “Não temos suporte para esse procedimento. Se não temos suporte de alguma política quanto mais uma formação continuada para os(as) professores(as) para enfrentar essa temática que demanda na escola” (depoimento durante o primeiro grupo focal). Nessa perspectiva, Felipe (2019, p. 246) ressalta que:

Muitas vezes o corpo docente se sente então despreparado (e desamparado) para que possa discutir essas questões de forma tranquila, já que muitas famílias têm um pânico moral diante de qualquer pergunta ou comportamento que tenha ligação com o tema da sexualidade ou relações de gênero.

Em outras palavras, a temática de violência sexual exige que aprofundemos determinados conceitos, uma vez que estudos revelam que a temática está entrelaçada às dimensões da sexualidade e de gênero. Segundo Lamas (2002, p. 61) conceitua: “[...] la sexualidad como una elaboración psíquica y cultural de los placeres en los intercâmbios corporales”⁵⁹. Já o gênero é definido por Joan Scott (1995, p. 14) como “[...] elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”.

Um outro aspecto significativo que a participante P10 assinalou a respeito da abordagem sobre a violência sexual no contexto escolar é que: “Os alunos não têm abertura para falar sobre esse assunto, se o tema fosse debatido em sala ficaria mais fácil para os alunos”. Quanto a essa resposta, pela condição de ser um questionário de pergunta aberta, não ficou bem claro se essa “abertura” seria no sentido de o discente não se sentir confortável para dialogar ou se o discente não pode discutir essa temática. Em tom freiriano, Moacir Gadotti (2021, p. 260) alerta que a

⁵⁹ “[...] A sexualidade como uma construção psíquica e cultural dos prazeres nas trocas corporais” (LAMAS, 2002, p. 61, **tradução nossa**).

escola “não é só um lugar para estudar, mas para se encontrar, conversar, confrontar-se com o outro, discutir, fazer política”.

O que se pôde compreender a partir dessas afirmações é que os(as) professores(as) têm pouco embasamento teórico para se assessorar e serem assessorados em seus processos, seja de comunicação, seja de didática, seja de formação, seja de reflexão.

Logo, a compreensão se constatou por meio da resposta da G1, que enfatizou: “As escolas precisam de profissionais capacitados para identificar esses problemas”. Já a componente da G2 se expressou: “Por ser um tema delicado de conversar, mesmo assim, fazemos os encaminhamentos necessários, o que já fica por conta dos poderes levar à investigação. Os entraves são: vergonha que a criança tem em falar, muitas vezes comentam com outros colegas, e as vezes falta mais confiança, e até mesmo medo em comprometer os agressores”. E corroborada pela G3: “A falta de apoio da família, saber fazer a escuta da pessoa que sofre violência e a falta de conhecimento de alguns profissionais da educação que ainda não conhecem a fundo o POP”, o que nos leva a entender que a formação continuada se encontra numa linha mais teórica e que está sendo negligenciado o confronto entre o contexto da temática dessa formação e onde ela se encontra inserida, a escola.

Diante do exposto, ficou evidente que a fragilidade educacional diante do tema e de se trabalhar a educação para a sexualidade no contexto da escola está para além do sistema educacional. Faltam ser inseridas, nas próprias formações continuadas dos(as) professores(as), a temática em questão e a política educacional que seja adequada à docência.

4.3.4 A percepção dos(as) profissionais quanto à educação para a sexualidade na escola

Sabe-se que tanto a gestão quanto o corpo docente na Educação Fundamental demandam uma competência específica para atuarem nessa função, pois se entende que a organização escolar perpassa pelos valores, pelos princípios e pelas crenças daquele(a) que está envolvido(a) no ambiente escolar. Essas considerações se evidenciaram nas informações sistematizadas obtidas por meio da pergunta aberta: “Você sabia que nos Temas Transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs⁶⁰ há a proposta de trabalhar a prevenção do abuso sexual?”. Os(as) profissionais se expressaram da seguinte forma:

⁶⁰ Esta questão fechada foi elaborada, a partir da expressão de dois professores, no segundo encontro de grupo focal (final de outubro/2022). E se justifica para a informação de compreensão de alguns(as) participantes que desenvolveram a proposta de trabalhar a prevenção da violência sexual. Destaca-se que atualmente esse documento não é mais oficial e consta como acervo no portal do MEC para consulta. O documento da Base Nacional Comum Curricular – BNCC é que está em discussão.

- P1 – Sim. O tema transversal Orientação Sexual eu conheci quando precisei estudar para prestar concurso público na área educacional.
- P2 – Em parte. Sei que os PCNs abordam vários temas transversais, e que a prevenção do abuso sexual seria um, mas ainda não fiz a leitura dessa parte e não tive muito contato.
- P3 – Não sei. O plano de estudo não vislumbra o referido tema.
- P4 – Sim. São temas pertinentes que não pertencem a nenhuma disciplina, mas oferece oportunidade para jovem refletir sobre sua vida.
- P5 – Não sei.
- P6 – Sim. Porque para cada tema temos uma data a ser trabalhado interdisciplinar.
- P7 – Sim. Sei que existe, mas muitas das vezes é deixado de lado este tema, esperam acontecer para tomar alguma atitude.
- P8 – Não sei. Não tenho conhecimento.
- P9 – Não sei. Nunca vi essa proposta em nenhum PCN da escola ao longo dos anos.
- P10 – Não sei. Nunca ouvi falar sobre o tema.
- P11 – Não tenho conhecimento.
- G1 – Não. Preciso me buscar mais estudo em relação.
- G2 – Sim. Por ser um tema pertinente para ser levado ao conhecimento dos educando [sic], tema de interesse do aluno.
- G3 – Sim. Os PCNs, trazem propostas para serem trabalhados em diversos conteúdos do currículo, com vista a serem evitados ou alertados os alunos sobre como evitar ou se proteger de abusos.

Com base nas respostas desses profissionais, em sua maioria eles/elas apresentam (des)conhecimento acerca dos PCNs. Outra evidência que dá consistência à confirmação desse (des)conhecimento deles se encontra na pergunta que se correlaciona à questão aberta dos PCNs: “Você trabalhou/trabalha esta questão na sua escola, de que forma?”, que complementa essa categoria, conforme as respostas abaixo:

- P1– Sim. Através de vídeos explicativos, Sinais em libras do Corpo Humano e vídeo com imagens e sinais em libras das Testemunhas de Jeová.
- P2 – Não. Ainda não trabalhei em minha escola, pois tenho um certo receio de não estar preparada o suficiente para trabalhar esse tema.
- P3 – Não.
- P4 – Sim. Roda de conversa, dramatização.
- P5 – Sim. Durante a campanha do maio laranja onde são feitos trabalhos e atividades voltados para essa temática.
- P6 – Sim. Através de projetos.
- P7 – Não....
- P8 – Sim. Juntamente com o conselho tutelar, trabalhamos no mês de maio. Utilizamos cartazes, rodas de conversas, paródias e solicitamos uma redação dos alunos sobre o tema; além de desenho, etc.
- P9 – Não.
- P10 – Não.
- P11 – Sim. Só no maio laranja.
- G1 – Sim. A escola elabora junto com os professores um plano de ação, sempre baseado no planejamento Estadual e com parceria da secretaria de saúde e conselho tutelar.
- G2 – Raramente, é trabalho mais durante as campanhas de maio, somente na semana é trabalhado a temática.
- G3 – Através dos conteúdos curriculares, palestras dentre outros.

Nesta categoria, um aspecto destaca-se porque chamou a atenção ao ser levantado por dois profissionais⁶¹. Eles (P1 e P3) ponderaram que já tinham trabalhado em outro momento os temas transversais dos PCNs. Então, narraram:

P1– O colega e eu chegamos a iniciar um projeto sobre orientação sexual aqui na escola. Logo, no início pensamos em ampliar. Mas não conseguimos ir adiante porque quando nos dirigimos para a pedagoga,⁶²se expressou: “você irão ensinar os meninos a transar?”; ela (a pedagoga) não vinha com a intenção de ajudar, ela vinha com o olhar de crítica, então isso foi tanto que só trabalhei aquela vez e não trabalhei mais. É muito difícil quando você trabalha, parece que sozinha! E você não tem o apoio, né da equipe diretiva da escola, as questões de gestão, como tu perguntou aqui. Foi muito difícil! Fica muito mais prático, muito mais harmonioso e você se sente, professor se sente com vontade de fazer seu trabalho, de fazer melhor quando você tem esse apoio, sabe?

P3 – Isso é um tema transversal e interdisciplinar que toda disciplina ...

P1– Quando a gente vai trabalhar, a gente é olhado de uma outra forma quando se trabalha com isso, como se a gente fosse incentivar/estimular a isso, na verdade não é, é orientar. Porque, mas antes eles conhecerem pela escola, né? . Com todo cuidado, com todo recurso, né? Do que eles aprenderem na rua, porque na rua o colega não vai ensinar da forma de orientar, vai ensinar como já tu tem [sic] que fazer.

P3 – Já que a família não trata disso; Porque a família; e a família não trata disso, e a família não trata disso.

P1– [...] a escola bloqueia, mesmo sabendo que é bom trabalhar, que é necessário [sic] essa questão de orientação, não eles já vão pro [sic] outro lado; então é muito difícil esse teu tema, muito difícil.

Percebe-se, na narrativa dos dois professores (P1 e P3), que o tema sobre orientação sexual é interpretado distorcidamente e com olhares de reprovação para o(a) interessado(a) que trabalhar a temática. É necessário ressaltar que não existe a intenção em fazer algum julgamento ou até mesmo censurar o posicionamento da pedagoga. Mas de destacar que, embora com todas essas implicações, obstáculos e até sem a logística educacional, esses profissionais (P1 e P3) buscaram meios de trabalhar ou/e se aproximar da temática violência sexual.

Thouvenin (2007, p. 19-20) nos convida a refletir: “Se uma metáfora esportiva pode ser usada, podemos dizer que é preciso ter muita resistência e um trabalho de equipe para lidar com o abuso sexual após sua revelação”.

Nessa direção, se destaca a sugestão de alguns educadores(as)⁶³ que expressaram seu pensamento:

P1 – O papel da escola é de abranger o conhecimento sobre o tema, mostrar vídeos e imagens sobre o assunto, dialogar, promover palestras, informar contatos para denúncia etc.

⁶¹ Os dois profissionais compartilharam a experiência vivida na escola, após responderem ao último questionário, especificamente na sala de professores em 02/11/2022. Esse momento de partilha do P1 e P3 me deixou impactada e esse impacto é o que justifica a expressão-pergunta utilizada na abertura do título do meu tema.

⁶² Ressalta-se que a pedagoga que a P1 se referiu é outra profissional, que não está mais atuando na referida escola.

⁶³ Os participantes P1 e P10 se expressaram para complementar as perguntas abertas que foram elaboradas para a categoria 4.3.4. “A percepção dos(as) profissionais quanto à educação para a sexualidade na escola”.

P10 – Deveria ter palestras sobre o assunto, um projeto sobre o assunto.

Por esse sentido, se analisou que a concepção da educação para a sexualidade ainda é voltada para a biologia, a estrutura do corpo da criança e do(a) adolescente, sem ampliar e aprofundar os seus conceitos.

4.3.5 A percepção dos(as) professores(as) e da gestão quanto à formação docente na rede de ensino

Nesta categoria, as respostas obtidas por meio do instrumento-questionário e da técnica focal, à seguinte pergunta fechada: “Existe em nível de Gestão Educacional algum programa, ação, formação que orienta os(as) docentes em casos de suspeita de violência sexual na Escola?”, se concentraram em três direções: sim, não sei e em parte. O grupo de professores(as) assim se expressou:

- P1 – Sim. O programa recente exposto pela psicóloga da SEDUC acerca dos passos a serem seguidos nesses casos.
- P2 – Em parte. O que nos foi apresentado esse ano foi o POP um programa voltado a essa temática.
- P3 – Sim. Há abordagem do tema na semana nacional da luta contra o abuso de crianças e adolescentes.
- P4 – Não sei. O POP. São programa voltada [sic] para violência sexual, no intuito de ajudar as vítimas, com ações integradas e intersetoriais.
- P5 – Não sei.
- P6 – Em parte. Só agora que começou a ter formação para alguns temas, porque temos órgãos responsáveis para vir na escola trabalhar.
- P7 – Em parte. Creio que situações recente [sic] levou [sic] ao corpo docente da escola tomar as providências necessárias, visto que, houve a primeira formação.
- P8 – Em parte. Recentemente tivemos a apresentação do POP, e no mês de maio trabalhamos juntos com o conselho ações de prevenção.
- P9 – Não sei. Não somo [sic] orientados em relação ao tema abuso sexual.
- P10 – Sim. Foi apresentado alguns dias na escola o projeto POP (Outubro 2022).
- P11 – Sim. Através da apresentação do POP.
- G1 – Sim. Existe no Estado o POP, que é um programa que nos orienta a trabalhar esse tema, também temos parceria do PSE - Programa Saúde na Escola do município de Tefé.
- G2 – Sim. A lei 13431/2017 e POP-Procedimento Operacional Padrão, orientação muito recente.
- G3 – Sim. Temos um POP, que norteiam todas as ações e direcionamentos a esse respeito.

Segundo esses profissionais, falta a realização de uma formação, um trabalho integrado em que haja um desenvolvimento de projeto e cursos ministrados em parcerias que contemplem essas demandas que são atuais e importantes.

Na visão geral do grupo, a formação continuada e o apoio da gestão dão suporte para conferir respaldo à discussão a respeito da temática na sala de aula. Considerando essas colocações desses profissionais, nesta categoria, observou-se que houve uma posição de

contrariedade da Coordenação no que diz respeito à promoção de formações de professores(as), evidência tirada da pergunta fechada: “Com que frequência foram/são promovidas as formações para os(as) professores(as) da rede de ensino?”. Assim, conforme as respostas:

- P1 – Nunca. Até agora não houve formações, somente o material POP que fora disponibilizado impresso e exposto em uma reunião de 30 minutos.
 P2 – Raramente. Quase não temos muita formação ou algo voltado a esse tema, somente esse ano que nos foi repassado as informações do POP.
 P3 – Às vezes. Somente na semana dedicada ao tema.
 P4 – Raramente. Uma única vez.
 P5 – Nunca.
 P6 – Às vezes. Porque até agora não participei de nenhuma.
 P7 – Às vezes. Estou a[sic] cinco anos na escola e, somente este ano tive a formação referente ao tema, pois alunos estavam com má intenção.
 P8 – Raramente. Dificilmente tivemos formação a respeito do tema, trabalhamos um pouco no mês de maio com apresentação do conselho tutelar.
 P9 – Nunca. Não existe formação que orienta os docentes sobre o tema abuso sexual.
 P10 – Raramente. Só houve uma apresentação muito rápido[sic] para os professores.
 P11 – Raramente. Somente uma vez.
 G1 – Às vezes. O Estado oferece um curso chamado Trilhas do Saber oferecido de dois anos.
 G2 – Raramente. Acredito que por motivo de demanda de pessoal especializado para tratar dessa temática.
 G3 – Muitas vezes. As formações acontecem por parte da Seduc e da Secretária de Saúde, órgãos de proteção como o conselho Tutelar, ministérios Público [sic].

Segundo os(as) professores(as), falta a realização de atividades de formação docente. De fato, eles(as) se reportam às bases teóricas existentes e que contemplam o trabalho pedagógico. O posicionamento desses profissionais se fundamenta, então, no argumento que diz respeito à ausência de formação continuada no âmbito em que estão inseridos. Nesse sentido, André (1999, p. 308) pondera: “[...] a formação continuada é concebida como formação em serviço, enfatizando o papel do professor como profissional e estimulando-o a desenvolver novos meios de realizar seu trabalho pedagógico com base na reflexão sobre a própria prática”.

Nessa perspectiva, Carneiro (2018, p. 728) afirma:

- Art.67 – Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:
 II – aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim; [...].

Outro aspecto ainda levantado pelos(as) professores(as) diz respeito à ênfase do Procedimento Operacional Padrão (POP), sem o estabelecimento de uma organização, de forma rápida. Os(as) professores(as) assim se manifestaram:

- P6 – Recentemente. Tivemos uma vez uma palestra e nada de impresso para gente trabalhar ou não o tema ou não intervir em nada. Só encaminhar.
 P4 – Recentemente. Foi apresentado outubro/2022, única vez para o corpo docente.
 P9 – Recentemente uma psicóloga da SEDUC veio à escola explicar o POP para os professores.

P10 – Raramente. Só aconteceu uma vez.

P8 – No mês de outubro a psicóloga da SEDUC veio até a escola apresentá-lo aos funcionários da escola.

Como se pôde perceber, os(as) professores(as) evidenciaram a necessidade de se rever a formação do(a) educador(a). Destacamos que não é nossa intenção, em momento algum, querer responsabilizar a Coordenação nem a gestão da escola pela ausência das atividades formativas na rede de ensino, mas destacar que o papel da universidade contribui na formação da docência, ou seja, com relação ao problema com a formação inicial de professores(as) na universidade, a universidade é corresponsável em relação a essa formação dos(as) professores(as). Por essa ótica, André (1999, p. 305-306) confirma: “Sob a égide da perspectiva dialética, as alternativas apresentadas para a reconstrução dos cursos de formação de profissionais da educação enfatizam as espirais teoria-prática-teoria e ação-reflexão-ação”.

Para compreender melhor essa questão, Paraíso e Caldeira (2021, p. 15) enfatizam: “Não se trata de dizer que não se pesquisa no campo curricular as questões de gênero e sexualidade. Pesquisa-se sim! [...]”. Ainda nesse sentido, André (1999, p. 306) observa: “[...] a formação inicial não se encerra em si mesma, devendo, portanto, articular-se com diferentes esferas da formação e da práxis dos professores em suas dimensões acadêmicas, sociais e políticas”.

Chegamos até aqui! Não com a sensação de conclusão, mas com o sentimento de gratidão, em especial aos(as) alunos(as)-protagonistas, que, através de suas narrativas, no período do estágio I e II, ainda como graduanda e depois na atuação da docência, me fizeram buscar e experimentar descobertas na pesquisa. E refletir sobre o fato de que o(a) pesquisador(a) é um ser humano que se transforma primeiro, que cada leitura o(a) atravessa, o(a) sensibiliza, o(a) indigna, o(a) desafia e principalmente o(a) ensina que o seu lugar e a sua posição são de contribuição para a sociedade, principalmente no campo que abraçamos, com a esperança de uma Educação mais humanizada.

É partilhando dessa esperança que não afirmo que este trabalho está concluído, muito pelo contrário, é uma semente para fazer nascer outras sementes. Pois a temática me direcionou para aprofundar no campo da pesquisa, por meio da coleta e da análise de dados, me mostrou e comprovou em sua unidade, o caso, o objeto, o estudo da violência sexual em uma instituição, uma escola pública da cidade de Tefé.

Portanto, este trabalho de dissertação é o início para dar continuidade à pesquisa em outra extensão.

Uma breve apresentação do POP⁶⁴

Em 7 de abril do ano de 2022, foi divulgado pela Redação Informe Manaus, que “As escolas estaduais receberam formação sobre procedimentos adequados em casos de violência sexual”. Foi realizada a Oficina de Procedimentos Operacionais Padrões (POP), promovida pela Secretária de Estado de Educação e Desporto, em 5 de abril de 2022, na terça-feira, abrangendo procedimentos voltados ao acolhimento e à notificação de violência sexual contra crianças e adolescentes.

A oficina contemplou 34 gestoras da Coordenadoria Distrital de Educação 4, que concentra escolas estaduais da zona centro-oeste. Elas foram as primeiras a receberem as formações, em ação coordenada pela secretária executiva adjunta da capital, Manaus.

A secretária executiva adjunta da capital, Arlete Mendonça, ressaltou a importância de saber qual encaminhamento dar aos casos que chegam às escolas.

O Procedimento Operacional Padrão (POP) é um documento organizacional que traduz o planejamento do trabalho a ser executado, detalhando todas as medidas necessárias para a realização de uma tarefa. A finalidade de implementar um POP na educação é manter o processo de acolhimento, registro e encaminhamento em funcionamento por meio da padronização e da minimização de desvios na execução da atividade, ou seja, assegurar que as ações tomadas para a garantia de direitos das crianças e dos adolescentes sejam padronizadas e executadas conforme o planejado dentro da dinâmica escolar.

O POP tem como objetivo informar, orientar e estabelecer procedimentos adequados quanto ao processo de acolhimento, registro e notificação à rede de proteção dos casos de violência/violação de direitos sinalizados pelos estudantes e observados pelos profissionais da educação, através de mecanismos de implementação de ações integradas e intersetoriais para o combate à violência, visando proteger e garantir direitos no ambiente escolar.

⁶⁴ O POP, citado nesta síntese supracitada, surgiu a partir das respostas dos(as) participantes, quando apliquei o terceiro questionário, no período da pesquisa, exatamente em final do mês de setembro/2022 (evidência expressada e a partir de duas questões: uma fechada e outra aberta, conforme consta no item 4.3.5 “Percepção dos professores(as) e da gestão quanto à formação docente na rede de ensino”). Logo, me senti instigada para ter informações sobre a existência desse documento e a disseminação dele em meio aos(as) profissionais da Educação da Rede Estadual de Tefé. Então, pesquisei e, por meio do link <https://informemanaus.com/2022/escolas-estaduais-recebem-formacao-sobre-procedimentos-adequados-em-casos-de-violencia-sexual/>, encontrei uma reportagem a respeito da primeira oficina: “Escolas estaduais recebem formação sobre procedimentos adequados em casos de violência sexual, realizada em Manaus” (07/04/2022). Destaco que, ao aplicar esse mesmo questionário para a coordenadora do setor de professores(as), esta detalhou que participou dessa oficina e que foram compartilhadas as informações nela obtidas para todas as escolas estaduais. Vale destacar que para os(as) professores(as) o POP chegou em outubro de 2022, conforme citado no item 4.3.5, p. 94. Dessa maneira, atesto que o POP chegou aos(as) professores(as) da referida escola e ao meu conhecimento junto com a pesquisa.

Este documento tem embasamento teórico da Convenção sobre os Direitos da Criança, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e a Lei 13.431/2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, entre outras legislações e publicações que apontem para uma educação em direitos humanos.

Em suma, o POP é uma política educacional, disponibilizada em cada escola da rede estadual do município de Tefé, ainda em período de contato por muitos profissionais da Educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, esta pesquisa teve o caminho percorrido a partir das minhas primeiras impressões como professora, ainda no período de estágio desenvolvido no Ensino Fundamental, na graduação de Licenciatura em Letras⁶⁵. Mesmo exercendo minha função como professora do ensino básico, me parecia óbvio que a violência sexual era apenas intrínseca ao ato sexual e entrelaçada ao gênero e à sexualidade. Ao longo da minha prática pedagógica, se desenvolveu um contato mais evidente com a temática aqui pesquisada, por meio da escuta de histórias e narrativas, a ponto de me questionar se eu realmente não estava amplamente cercada por essas culturas escolares.

A partir de leituras e reflexões, comecei a compreender o fenômeno da violência sexual no contexto escolar. Foi uma experiência impactante! Porque, ao refletir sobre essa questão, pude constatar que os casos vivenciados no período de 2014 a 2018 diziam respeito a tipologias de violações sofridas por várias das minhas alunas, ou seja, situações essas que eu não soube compreender em sua profundidade à época, de modo a detalhá-las, abrindo-se precedentes para um estudo mais profundo.

Por meio da leitura dos estudos teóricos sobre o tema, atrelada à análise dos dados comentados, concluí que existe uma unidade de estudo enquanto termo global, cobertor que resguarda o conjunto de violações, de modo que, no sentido terminológico, a violência sexual é metaforicamente denominada como “guarda-chuva”, que, ao ser colocada em suspensão, apresenta-se como hiperônimo⁶⁶.

Portanto, é “democrática” a condição na qual foi enquadrado o referido termo, pois permite que quaisquer que sejam os tipos de violação estudados sob a análise descritiva da violência sexual, estes se definam como violação, seja por meio das características sociodemográficas, seja pelo evento, seja pelo provável autor(a) da violência sexual. De forma simbólica, as diferentes abordagens do termo “violações” estão ligadas ao mesmo “tronco”, a violência sexual.

Para introduzir as considerações finais, resgatar-se-á a questão-problema desta pesquisa, a qual diz: Como vem se compreendendo a temática violência sexual e como essa compreensão interfere na prática educativa na cidade de Tefé-Amazonas? Portanto, o estudo demonstrou que os(as) profissionais da Educação apresentam conhecimento que considero “mínimo” com

⁶⁵ Atualmente Graduação em Letras – Língua Portuguesa.

⁶⁶ Numa relação de hiperonímia, o termo cujo significado é mais genérico (FERREIRA, 2021).

relação à violência sexual no contexto escolar, e que grande parte deles(as) reflete a opinião do senso comum, uma vez que as ideias tratadas e categorizadas traduzem uma visão condizente com a do público que não trabalha com a temática.

Torna-se evidente que a não apropriação desses saberes necessários aos docentes pode impossibilitar a implementação de uma prática educativa voltada ao enfrentamento da violência sexual na escola. Desse modo, os espaços e momentos de discussão do tema e suas questões ficam alheios aos interesses da instituição de ensino, já que os(as) professores(as) não mobilizam esses saberes devido à falta de contato, o que compromete a construção de valores pelas crianças e pelos adolescentes. Uma escola que defende os direitos de seus alunos e os orienta quanto aos seus deveres como cidadãos em formação deve trabalhar contra a violência que ocorre dentro e fora da escola.

A aplicação dos questionários aos(às) professores(as) revelou uma baixa preocupação por parte da coordenação da escola em relação ao tema violência sexual. Como os(as) profissionais ponderaram, a pouca atenção logística nesse âmbito, verificou-se certa posição de contrariedade da coordenação em relação à formação docente diante desse tema, que é tido como “delicado” (polêmico).

Numa perspectiva mais sistêmica da pesquisa, evidenciou-se certa vulnerabilidade por parte da coordenação em gerenciar a temática no ambiente escolar. Pode-se afirmar que corrobora essa constatação a falta de políticas públicas eficientes e de investimentos para a formação docente, no intuito de preparar os profissionais da Educação para o desafio de abordar a temática em sala de aula. Nesse sentido, solicita-se o papel da universidade como corresponsável na formação inicial de professores no que tange às temáticas gênero e sexualidade, tendo em vista que a violência sexual é inerente a elas, o que já se torna objeto de estudo em outras pesquisas.

Outro ponto é que, quando se articularam as reflexões sobre a compreensão dos(as) professores(as) acerca da violência sexual em sala de aula, percebi certa incompreensão deles(as) com relação às políticas, o que mostra como essa deficiência na formação reflete na prática educativa.

Foram reportadas também as proposições de um(a) professor(a) sensível à problemática da violência sexual, que resiste a esse clima de silenciamento com relação ao tema, no que diz respeito à sua discussão atrelada às práticas de ensino. Considero-o(a) como um transgressor(a), em relação à omissão que se institucionaliza na escola, uma vez que apontou uma determinada

objeção por parte da gestão do trabalho pedagógico⁶⁷ sobre a implementação da temática nos cotidianos da escola.

Os dados evidenciaram essas muitas violências, apontando, para além da violência sexual, a violência de gênero. No entanto, não tive fôlego para discutir esse aspecto, até porque essas diferenças se apresentaram ao final da implementação da pesquisa, o que demandaria uma nova revisão bibliográfica para o aprofundamento teórico sobre o conceito, apontando para a continuidade deste estudo por meio do doutoramento.

A importância da pesquisa qualitativa aqui desenvolvida foi pertinente exatamente por lidar com os fenômenos sociais. Ela é multidimensional, tem inúmeros elementos que ofereceram possíveis respostas para as perguntas de pesquisa e para o objeto de estudo. É importante ressaltar que a pesquisa qualitativa é também uma pesquisa naturalística, ao envolver os espaços naturais, onde a dinâmica da vida ocorre.

A pesquisa é de *qualidade* porque o(a) pesquisador(a) compreende fatores intrínsecos, mais profundos do que a quantitativa. Logo, o foco foi o processo e o significado no contexto desta pesquisa, ou seja, “[...] tem por objetivo observar e interpretar a realidade estudada [...]” (PÁDUA, 2016, p. 40-41). Utilizou-se o estudo de caso como procedimento metodológico que aplica a investigação a uma *unidade de estudo*. Segundo Yin (2015, p. 33) afirma: “Naturalmente, o ‘caso’ também pode ser algum evento ou entidade, além de um único indivíduo”. Desse modo, a unidade de estudo foi a violência sexual em uma escola da rede de ensino de Tefé-AM, na qual os(as) professores(as) foram ouvidos(as) a respeito da temática de violência sexual na escola.

Portanto, sugiro como necessária a implementação de ações coletivas para garantir a abordagem dessa temática, seja através das pesquisas, seja nas aulas planejadas, testadas e avaliadas e ainda em outros espaços onde haja possibilidades de discussão e diálogo. Estimo que essas ações se tornem sementes a serem plantadas, assim como esta dissertação seja encarada como uma provocação ao pensamento normatizador que impera na educação brasileira.

Esta pesquisa é importante para demonstrar que, no município de Tefé, Amazonas, ainda há descaso sobre as questões concernentes à violência sexual e de gênero, requerendo dos profissionais da Educação maior sensibilidade com relação às duas temáticas. Como pioneira, esta dissertação é importante porque inaugura, dentro do Programa de Pós-Graduação em

⁶⁷ Esta gestão do trabalho pedagógico não está mais na função, pois, no período da pesquisa, o apoio pedagógico se mostrou aberto à discussão e receptível à temática. Essa proposição é evidenciada na categoria 4.3.4- “A percepção dos(as) profissionais quanto à educação para a sexualidade na escola” (p. 91).

Educação – PPGED/UEA, uma rede de discussões que precisam ser detalhadas e pesquisadas pelas próximas turmas que virão.

Solicita-se também, portanto, o olhar atento da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, que está há 20 anos em Tefé, no sentido de promover atividades educativas, buscar dialogar com as escolas, assim como já fazemos com o Clube das Manas. É preciso que a sociedade se envolva para que essas situações sejam resolvidas.

REFERÊNCIAS

ABRAPIA. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Editora Autores & Agentes & Associados, 2002.

ALVES, Nilda. Cultura e cotidiano escolar. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23 maio/jun./jul./ago 2003, p. 62-74. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000200005>. Acesso em 20 fev 2023.

ANDRÉ, Marli; SIMÕES, Regina, H. S; CARVALHO, Janete M.; BRZEINSKI, Iria. Estado da arte da formação de professores no Brasil. **Educação & Sociedade**, ano XX, n. 68, dez./99, p. 301-309. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/TJLC6dqDhsWxMMmYs8pkJJy/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 30 set 2022.

ARAÚJO, Maria de Fátima; SCHRAIBER, Lilia Blima; COHEN, Diane Dede. Penetração da perspectiva de gênero e análise crítica do desenvolvimento do conceito na produção da saúde coletiva. **Interface** (Botucatu), v. 15, n. 38, p. 805-818, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/icse/v15n38/aop4211.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2022.

AZAMBUJA, Maria Regina Fay. **Violência sexual intrafamiliar**: é possível proteger a criança? Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2004.

BALBINOTTI, Cláudia. A violência sexual infantil intrafamiliar: a revitimização da criança e do adolescente vítimas de abuso. **Direito & Justiça**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 5-21, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/iberoamericana/management/settings/N%C3%83%C6%92O%20https://www.scimagojr.com/index.php/fadir/article/view/8207/5894>. Acesso em: 14 dez. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Violência Intrafamiliar**: orientações para prática em serviço. Brasília: Secretaria de Políticas de Saúde, 2001. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf. Acesso em: 18 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais de saúde**: um passo a mais na cidadania em saúde. Brasília: Secretária de Assistência à Saúde, 2002. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/notificacao_maustratos_crianças_adolescentes.pdf. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. **Relatório anual do Disque 100**: Relatório de denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes em 2019. Disponível em: http://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/ouvidoria/Disque100Relatorio_Criancaeadolescentes.pdf. Acesso em: 22 ago. 2022.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos (MDH). **Disque 100**. Brasília: MDH, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico**. Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017. Brasília: Secretaria de Vigilância em Saúde, v. 49, n. 27, jun. 2018. Disponível em:

<https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/07/2018-024.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2022.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência Da República (SDH/PR). **Disque 100**: Quatro mil denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes foram registradas no primeiro trimestre de 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/sdh/noticias/2015/maio/disque-100-quatro-mil-denuncias-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-foram-registradas-no-primeiro-trimestre-de-2015>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. Secretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e Adolescente. **Violência contra crianças e adolescentes**: análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018. 377p. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/consultorias/conada/violencia-contra-criancas-e-adolescentes-analise-de-cenarios-e-propostas-de-politicas-publicas.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2023.

BUENO, Samira; PEREIRA, Carolina; NEME, Cristina. A invisibilidade da violência sexual no Brasil. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2019, p. 116-121. Disponível em: https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf. Acesso em: 23 maio 2022.

CACAU, Claudioney Lofiego. **Políticas públicas educacionais**: análises sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes nos Planos Municipais de Educação da região Metropolitana de Manaus/AM. 2021. 138f. Dissertação (Mestrado em Educação) – PPGE/UFAM, Manaus, 2021. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/8418>. Acesso em: 23 nov. 2022.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil**: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. 24. ed. Revista, atualizada e ampliada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

CAVALCANTE, Emanuel Bernardo Tenório. O conceito de adultocentrismo na história: diálogos interdisciplinares. **Fronteiras: Revista de História**, Dourados, v. 23, n. 42, p. 196-215. jul./dez. 2021.. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/15814>. Acesso em: 15 jan. 2023.

COHEN, Cláudio. “O incesto”. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo (Org.). **Infância e violência doméstica**: fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez, 2009.

DELMANTO, C.; DELMANTO, R.; DELMANTO, R. Jr.; DELMANTO, F.M.A. (Ed.). **Código penal comentado**. São Paulo: Saraiva; 2010.

FELIPE, Jane. Afinal, quem é mesmo o pedófilo? **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 201-223, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/zZSN3sYGnVJH6rB6Wwws5Qd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 6 jun. 2022.

FELIPE, Jane. Gênero, sexualidade e a produção de pesquisas no campo da educação: possibilidades, limites e a formulação de políticas públicas. **Pro-Posições**, v. 18, n. 2, v.53, p. 77-87, maio/ago. 2007. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643546>. Acesso em: 15 fev. 2022.

FELIPE, Jane. Educação para a sexualidade: uma proposta de formação docente. **Salto para o futuro**, v. 18, n. 26, p. 31-38, nov. 2008. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/salto_futuro_educacao_igualdade_genero.pdf#page=31. Acesso em: 15 fev. 2022.

FELIPE, Jane. *Scripts de gênero, sexualidade e infâncias: temas para a formação docente*. In: ALBUQUERQUE, Simone Santos; CORSO, Luciana Vellinho; FELIPE, Jane (Org.). **Para pensar a docência na Educação Infantil**. Porto Alegre: Evanfrag, 2019. p. 238-250. Disponível em: <https://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2021/10/para-pensar-a-docencia-na-educacao-infantil.pdf#page=238>. Acesso em: 27 out. 2022.

FERREIRA, Aurélio Buarque. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021.

FLORENTINO, B. R. B. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 2, p. 139-144, jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/dPY6Ztc8bphq9hzdhSKv46x/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 6 fev. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**: ano 12, 2018. São Paulo: FBSP, 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**: ano 13, 2019. São Paulo: FBSP, 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**: ano 14, 2020. São Paulo: FBSP, 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**: ano 15, 2021. São Paulo: FBSP, 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**: 2022. São Paulo: FBSP, 2022.

GABEL, Marceline. **Les enfants victims d'abus sexuels**. Paris: Presses Universitaires de France, 2007.

GADOTTI, Moacir. Escola. In: STRECK, Danilo R; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Org.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. rev. amp.. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2021. p. 260-262.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, mar./abr. 1995. p. 57-63. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFVgpwNkCgmnC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 jan. 2022.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paidéia**, v. 12, n. 24, p. 149-161, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/8zzDgMmCBnBJxNvfk7qKQRF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2022.

GOUVEIA, A.J. “Notas a respeito das diferentes propostas metodológicas apresentadas”. **Cadernos de Pesquisa**, n. 49, p. 67-70, maio 1984. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0100-15741984000200009&script=sci_abstract. Acesso em: 29 jan. 2023.

GÜNTHER, H. **Como elaborar um questionário**. Brasília, DF: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental, 2003. (Série: Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais, n. 1). Disponível em: https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/lapsam/Metodo%20de%20pesquisa/Metodos%20de%20pesquisa%202013/Texto_11-Como_elaborar_um_questionario.pdf. Acesso em: 11 fev. 2022.

HOHENDORFF, Jean Von; HABIGZANG, Luísa Fernanda; KOLLER, Silva Helena. **Violência sexual contra meninos: teoria e intervenção**. Curitiba: Juruá, 2014.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

IERVOLINO, Solange Abrocesi; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. **Rev Esc Enf USP**, v. 35, n.2, p. 115-21, jun. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/kFzCC9Dfbfv7WzPNQbJZVmF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 jul. 2022.

JEFFREY, Weeks. **Sexualidad**. México: Paidós; PUEG; UNAM, 1998.

KOVALESKI, Nadia Veronique Jourda; TORTATO, Cintia de Souza Batista; CARVALHO, Marília Gomes. Gênero: flashes de uma construção. In: CASAGRANDE, Lindamir Salete; LUZ, Nanci Stancki; CARVALHO, Marília Gomes (Org.). **Igualdade de gênero: enfrentando o sexismo e a homofobia**. Curitiba: Ed. UTFPR, 2011.

LANDINI, Tatiana Savoia. **O professor diante da violência sexual**. São Paulo: Cortez, 2011.

LAMAS, Marta. **Cuerpo: diferencia sexual y género**. México: Taurus, 2002.

LEGENDRE, Renald. **Dictionnaire actuel de l'éducation**. 2. ed. Montreal: Guér, 1993. [Éditeur limitée].

LOURO, Guacira Lopes. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. **Formação Docente**, Belo Horizonte, v. 3, n. 4, p. 62-70, jan./jul. 2011. Disponível em: <http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br>. Acesso em: 7 jan. 2023.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 46, p. 201-218, 2007. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/n46/n46a08.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2022.

LOWENKRON, Laura. **O monstro contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2015.

MACHADO, Rita de Cássia Fraga; MARINHO, Hemily Pastanas. Clube das Manas Tefé: Uma experiência de Educação Feminista na pandemia, 2022. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 22, n. 1, p. 299-315, jan.-abr. 2023. Disponível em: <http://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/65717/36023>. Acesso em: 15 fev. 2023.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. **Questionário e entrevista na pesquisa qualitativa:** elaboração, aplicação e análise de conteúdo – Manual didático. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

MAREN, Jean-Marie van de. **Méthodes de recherche pour l'éducation.** Montréal: Les Presses de l'Université de Montréal, 1995.

MASSI, Fernanda. **Quando usar [sic]?**. [S.l.] Letraria E-ditora, 2023. 1 vídeo (3 min). Disponível em: <https://youtu.be/LkvK4UNzk20>. Acesso em: 22 abril 2023.

MATOS, Rosana Trindade de. **Violência sexual contra crianças na idade pré-escolar:** em foco, a percepção de nove gestoras dos Centros Municipais de Educação infantil da DDZ/Leste II da cidade de Manaus – AM. 2020. 139f. Dissertação (Mestrado em Educação) – PPGE/UFAM, Manaus, 2020. Disponível em; <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/8099>. Acesso em: 23 nov. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social.** Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social.** Teoria, método e criatividade. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MINAYO, M.C.S.; GUERRIERO, LCZ. Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2014, v. 19, n. 4, p. 1103-1112. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2014.v19n4/1103-1112/pt/>. Acesso em: 15 fev. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social.** Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O legado da pesquisa qualitativa – Minayo. **Youtube.** Rio de Janeiro: Geces, 2015. 1 vídeo (51 min). Disponível em: https://youtu.be/41ZazulbD_c. Acesso em: 14 fev. 2023.

MIRANDA, Fernanda R. Escritora, pensadora e abolicionista negra. In: MACHADO, Rita de Cássia Fraga (Org.). **As pensadoras:** vol. 2. São Leopoldo, RS: Editora As Pensadoras, 2022. p. 52-72.

MORIN, Edgar. **Ensinar a viver: manifesto para mudar a educação.** Tradução de Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Porto Alegre: Sulina, 2015.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** 7 ed. rev. e atualizada. Petrópolis: Vozes, 2016.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa:** abordagem teórico-prática. 18 ed. ver. e ampl. Campinas, SP: Papirus, 2016.

PARAÍSO, Marlucy; CALDEIRA, Carolina Maria (Org.). **Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades.** Belo Horizonte: Mazza Editores, 2021.

QUEIROZ, Danielle Teixeira; VALL, Janaina; SOUZA, Ângela Maria Alves e; VIEIRA, Neiva Francenely Cunha. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e

aplicações na área da saúde. **Rev. Enferm, UERJ**, Rio de Janeiro, v. 15, n.2, p. 276-283, abr./jun. 2007. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2020779/mod_resource/content/1/Observa%0B%C3%A7%C3%A3o%20Participante.pdf. Acesso em: 5 jun. 2022.

RIBEIRO, P. R. M. (Org.). Os momentos históricos da educação sexual no Brasil. In: RIBEIRO, Paulo. **Sexualidade e educação: aproximações necessárias**. São Paulo: Arte e Ciência, 2004.

SANTOS, Henrique Luís Sacchi dos; KARNOPP Lodenir Becker. **Ética e pesquisa em educação: questões e proposições às ciências humanas e sociais**. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: https://archive.org/details/scott_gender/page/n29/mode/2up. Acesso em: 6 jun. 2022.

SILVA, Francisca Jocineide da Costa e; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. O estado da arte das pesquisas educacionais sobre gênero e educação infantil: uma introdução. In: REDOR, 18, Recife, 2014. **Anais...** Recife: UFPB, 2014. p. 346-362. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/view/2192>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SOUZA, Nicollas Rosa de. **Módulo 3: vítimas de abuso sexual e efeitos psicológicos**. Material oficial de curso da BRAPSI. 15 abr. 2021.

SPAZIANI, Raquel Baptista. **Violência sexual contra crianças: a inserção da perspectiva de gênero em pesquisas de pós-graduação da área da Educação (1987-2015)**. 2017. 207 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/151606>. Acesso em: 6 jun. 2022.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2014.

THOUVENIN, Christiane. La parole de l'enfant: de l'intime au social. In: GABEL, Marceline. **Les enfants victims d'abus sexuels**. Paris: Presses Universitaires de France, 2007.

UNICEF. **Nos últimos 5 anos, 35 mil crianças e adolescentes foram mortos de forma violenta no Brasil, alertam UNICEF e Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/nos-ultimos-cinco-anos-35-mil-criancas-e-adolescentes-foram-mortos-de-forma-violenta-no-brasil>. Acesso em: 12 dez. 2022.

VEIGA-NETO, Alfredo. Paradigmas? Cuidado com eles! In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

VEIGA-NETO, Alfredo. Incluir para excluir. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (Org.). **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p. 105-118.

VIANNA, Cláudia; UNBEHAUM, Sandra. Contribuições da produção acadêmica sobre gênero nas políticas educacionais: elementos para repensar a agenda. In: VIANNA, Cláudia; CARREIRA, Denise; LEÃO, Ingrid; UNBEHAUM, Sandra; CARNEIRO, Suelaine; CAVASIN, Sylvia. **Gênero e educação: fortalecendo uma agenda para políticas educacionais**. São Paulo: Ação educativa, Cladem, Ecos, Geledés, Fundação Carlos Chagas, 2016.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World report on violence and health**. Geneva: World Health Organization, 2002.

YAREMKO, R. K.; HARARI, H.; HARRISON, R. C., & LYNN, E. **Handbook of research and quantitative methods in psychology**. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum, 1986.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZANELLA, Maria Nilvane; LARA, Angela Mara de Barros. Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes: estratégias de prevenção na rede de proteção. **Revista da FAEEBA**, Salvador/BA, v. 25, n. 46, p. 75-87, mai./ago., 2016. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/download/2703/1831>. Acesso em: 23 nov. 2022.

ZANETTE, Jaime Eduardo. **Coordenação pedagógica na educação infantil e as (im)possibilidades de uma rede (in) formativa sobre gênero e sexualidade**. 2018. 139f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/193546>. Acesso em: 6 jun. 2022.

ZAPPELINI, M. B.; FEUERSCHÜTTE, S. G. O uso da triangulação na pesquisa científica brasileira em administração. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 16, n. 2, p. 241-273, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.13058/raep.2015.v16n2.238>. Acesso em: 13 dez. 2022.

APÊNDICE A – OFÍCIO ENCAMINHADO PARA PESQUISA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA NORMAL SUPERIOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

Ofício nº 002/2023 PPGED – UEA - ENS

Manaus, [REDACTED]

De: Célia Aparecida Bettiol
Coordenadora do Mestrado em Educação -PPGED

Para: Maria Zélia Maria Marinho Figueiredo
Coordenadora da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino SEDUC - Tefé

Assunto: Coleta de dados para pesquisa de Mestrado em Educação

A Universidade do Estado do Amazonas por meio do Curso Mestrado em Educação, apresenta a mestranda **Carmen Mily dos Reis Leocádio**, RG: [REDACTED] CPF: [REDACTED], sob orientação da Professora Doutora **Rita de Cássia Fraga Machado**. Nesta oportunidade solicitamos a viabilização da pesquisa intitulada “**Violência/Abuso Sexual: Um estudo de caso em uma escola pública na cidade de Tefé- Amazonas**”, a ser desenvolvida na Escola Estadual Santa Thereza e na Coordenação do Departamento de Professores. A pesquisa tem como objetivo: Investigar sobre o entendimento que os profissionais da Educação têm ou deveriam ter a respeito da Violência/Abuso Sexual contra crianças e adolescentes e sobre como essa compreensão interfere na prática educativa e por isso, a discente necessita coletar dados para a Produção da Dissertação de Mestrado. Na certeza de contar com o apoio de V.Sa. Agradecemos atenciosamente pela relevante parceria.

Contato:
Carmen Mily dos Reis Leocádio
Cel: [REDACTED]
E-mail: [REDACTED]

Atenciosamente,

[REDACTED]

Prof. Dra. Célia Aparecida Bettiol
Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação - PPGED
Portaria 546/2022-GR/UEA
Universidade do Estado do Amazonas – UEA



Escola Normal Superior
Av. Djalma Batista, 2470 - Chapada
CEP: 69.050-010 / Manaus - AM

